



FACNOPAR

**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL**

FACULDADE DO NORTE NOVO DE APUCARANA FACNOPAR

PDI 2023- 2027



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2023 - 2027

Documento apresentando o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da Faculdade do Norte Novo de Apucarana – FACNOPAR, referente ao período de 2023 a 2027.

Apucarana, março de 2023.

MANTENEDORA:

CESA – CENTRO DE ESTUDO SUPERIOR DE APUCARANA

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica: 03.347.235/0001-42, pessoa jurídica privada sem fins lucrativos, com sede na Avenida Zilda Seixas do Amaral, 4350, Parque Industrial Zona Norte.

DANILO LEMOS FREIRE

Presidente

JUMBERTO CILIÃO SACHELLI

Tesoureiro

ANNA ELISA PACHECO SACCHELI FREIRE

Secretária

MANTIDA:

FACNOPAR – FACULDADE DO NORTE NOVO DE APUCARANA,

Recredenciada pela Portaria 333/2012, publicada no D.O.U. em 10/04/2012, credenciada para o Ensino a Distância pela Portaria 659/16, publicada no D.O.U. de 19/07/2016, estabelecida na Avenida Zilda Seixas Amaral, 4350, Parque Industrial Zona Norte.

Danilo Lemos Freire

Diretor Geral

Maria de Lurdes Bragueto

Diretora Acadêmica

Cleonice Aparecida da Silva Camargo

Diretora Financeira

Organização e Elaboração:

Maria de Lurdes Bragueto

Colaboração Técnica e Científica:

Danilo Lemos Freire

LISTA DE SIGLAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BASis	Banco de Avaliadores
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESA	Centro de Estudos Superiores de Apucarana
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONASUP	Conselho de Administração Superior
CONSAC	Conselho Acadêmico
CPA	Comissão Permanente de Avaliação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DOU	Diário Oficial da União
EaD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FACNOPAR	Faculdade do Norte Novo de Apucarana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IES Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LMS	Learning Management System
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PCS	Plano de Cargos e Salários
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
QCD	Quadro Carreira Docente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TA	Técnico-administrativo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
WEB	Word Wide Web

SUMÁRIO

<u>MANTENEDORA:</u>	3
<u>MANTIDA:</u>	3
<u>LISTA DE SIGLAS</u>	4
<u>SUMÁRIO</u>	5
<u>ÍNDICE DE QUADROS DEMONSTRATIVOS</u>	7
<u>1 APRESENTAÇÃO</u>	8
<u>1.1 DADOS DA MANTENEDORA</u>	10
<u>1.2 DADOS DA MANTIDA</u>	10
<u>1.3 CORPO DIRIGENTE</u>	11
<u>1.4 APOIO E ACESSORAMENTO</u>	11
<u>2 – PERFIL INSTITUCIONAL</u>	12
<u>2.1 – BREVE HISTÓRICO DA FACNOPAR</u>	12
<u>2.1.1 INSERÇÃO REGIONAL</u>	18
<u>2.1.2 VINCULAÇÃO DA OFERTA EDUCACIONAL DA IES ÀS DEMANDAS LOCAIS E REGIONAIS, (INCLUSÃO SOCIAL, TECNOLOGIA, POLÍTICA E CULTURAL, DO RESPEITO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL).</u>	24
<u>2.2 – MISSÃO, CREDO E DIRETRIZES INSTITUCIONAIS</u>	29
<u>DIRETRIZES INSTITUCIONAIS</u>	29
<u>2.3 – BALANÇO DO PERÍODO ANTERIOR</u>	31
<u>2.4 – OBJETIVOS E ESTRUTURA DO PLANEJAMENTO PARA O PERÍODO DE 2022-2026</u>	33
<u>OBJETIVO INSTITUCIONAL</u>	33
<u>OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA O PERÍODO 2022 - 2026</u>	33
<u>ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO 2022 - 2026</u>	33
<u>2.5 – ÁREA DE ATUAÇÃO</u>	35
<u>QUADRO 01 – RELAÇÃO DAS CIDADES PARA EXPANSÃO DOS POLOS.</u>	37
<u>2.6 – POLOS DE APOIO PRESENCIAL</u>	39
<u>3 – PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI</u>	72
<u>3.1 – PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E POLÍTICOS</u>	72
<u>3.2 POLÍTICAS PARA ENSINO</u>	74
<u>3.3 POLÍTICAS PARA PÓS-GRADUAÇÃO</u>	74
<u>3.4 POLÍTICAS DE PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL</u>	75
<u>3.5 POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL</u>	78
<u>3.6 POLÍTICAS PARA O PESSOAL</u>	78
<u>3.7 POLÍTICAS PARA A INFRA-ESTRUTURA</u>	79
<u>3.8 POLÍTICAS PARA A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA</u>	80
<u>3.9 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.</u>	80
<u>3.10 LIBRAS (DEC. 5773/2006 E DEC. 5626/2005)</u>	82
<u>3.11 POLÍTICAS DE GESTÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL</u>	83
<u>3.10.1 RELATO INSTITUCIONAL</u>	84
<u>3.12 POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL</u>	104
<u>3.13 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</u>	105
<u>3.14 POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO A DISTANCIA</u>	106
<u>3.15 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRA</u>	106
<u>3.16 POLÍTICA PARA DIREITOS HUMANOS</u>	107
<u>3.17 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA</u>	107
<u>3.18 POLÍTICA DE MANUTENÇÃO E GUARDA DO ACERVO ACADÊMICO</u>	108

<u>3.19</u>	<u>POLITICA DE INCLUSÃO SOCIAL</u>	109
<u>3.20</u>	<u>POLITICA DE PROTEÇÃO DO DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA</u>	110
<u>3.21</u>	<u>ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA INSTITUCIONAL</u>	112
4	<u>–ENSINO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA NA FACNOPAR</u>	122
<u>4.5</u>	<u>– SITUAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO</u>	122
	<u>QUADRO 03- RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO REALIZADAS PELO MEC NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS. CURSOS PRESENCIAIS</u>	123
<u>4.6</u>	<u>- MODELO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA FACNOPAR</u>	125
▪	<u>MULTIMIDIÁTICO</u>	129
▪	<u>INTERATIVO</u>	129
▪	<u>SÍNCRONO E ASSÍNCRONO</u>	130
▪	<u>TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC</u>	131
▪	<u>AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - AVA</u>	131
▪	<u>MATERIAIS PEDAGÓGICOS IMPRESSOS E DIGITAIS</u>	132
▪	<u>BIBLIOTECA</u>	132
<u>4.7</u>	<u>PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU E EDUCAÇÃO CONTINUADA</u>	133
<u>4.8</u>	<u>PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS TECNOLÓGICOS, BACHARELADOS E LICENCIATURAS:</u>	134
<u>4.9</u>	<u>AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO</u>	137
<u>4.10</u>	<u>FLEXIBILIDADE CURRICULAR</u>	139
<u>4.11</u>	<u>APROVEITAMENTO DE ESTUDOS</u>	140
<u>4.12</u>	<u>PROJETOS INTEGRADORES</u>	143
<u>4.13</u>	<u>- METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM</u>	144
▪	<u>DISCOVERY LEARNING OU APRENDIZAGEM POR DESCOBERTA</u>	145
▪	<u>INQUIRY LEARNING OU APRENDIZAGEM BASEADA EM INVESTIGAÇÃO</u>	146
▪	<u>CASE-BASED LEARNING OU APRENDIZAGEM BASEADA EM ESTUDOS DE CASO</u>	146
▪	<u>COLABORATIVE LEARNING OU APRENDIZAGEM COLABORATIVA</u>	147
▪	<u>COOPERATIVE LEARNING OU APRENDIZAGEM COOPERATIVA</u>	147
▪	<u>OUTRAS AÇÕES INTEGRADORAS</u>	148
▪	<u>DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA</u>	148
<u>4.14</u>	<u>– POLÍTICA DE ATENDIMENTO ACADÊMICO</u>	149
<u>4.15</u>	<u>- POLÍTICAS, AÇÕES E METAS PARA A GRADUAÇÃO</u>	152
<u>4.16</u>	<u>– POLÍTICAS, AÇÕES E METAS PARA A PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO.</u>	158
	<u>QUADRO 07 – POLÍTICAS, AÇÕES E METAS PARA A PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO.</u>	160
<u>4.17</u>	<u>-POLÍTICAS, AÇÕES E METAS PARA A EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL</u>	166
	<u>QUADRO 08 – POLÍTICAS, AÇÕES E METAS PARA A EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.</u>	167
	<u>CRONOGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO DE CURSOS</u>	170
	<u>QUADRO 09: CRONOGRAMA DE OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EAD</u>	170
<u>4.18</u>	<u>– POLÍTICAS, AÇÕES E METAS PARA OS RECURSOS HUMANOS E GESTÃO</u>	177
	<u>QUADRO 14 - POLÍTICAS, AÇÕES E METAS PARA OS RECURSOS HUMANOS E GESTÃO.</u>	179
<u>4.19</u>	<u>- POLÍTICAS, AÇÕES E METAS PARA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE SERVIÇOS</u>	183
	<u>QUADRO 15 – POLÍTICAS, AÇÕES E METAS PARA A INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS.</u>	184
<u>4.20</u>	<u>– POLÍTICAS, AÇÕES E METAS DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA</u>	190
	<u>QUADRO 16 – POLÍTICAS, AÇÕES E METAS DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.</u>	191
	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	193

ÍNDICE DE QUADROS DEMONSTRATIVOS

Quadro 01 – Relação de cidades para expansão de polos de apoio presencial	15
Quadro 02 – Relação de cidades e nº de habitantes próximas de Apucarana	17
Quadro 03 – Resultados das avaliações de cursos de graduação realizados pelo MEC nos últimos 3 anos	95
Quadro 04 - Cronograma de Implantação da Educação a Distância	52
Quadro 05 – Plano de Gestão da Educação a Distância	53
Quadro 06 – Políticas, ações e metas para o ensino de graduação	86
Quadro 07 – Políticas, ações e metas para a pesquisa e pós-graduação	93
Quadro 08 – Políticas, ações e metas para a extensão e responsabilidade socioambiental	100
Quadro 09 – Cronograma de oferta de cursos de graduação na modalidade EAD	103
Quadro 10 – Cronograma de oferta de cursos de graduação na modalidade presencial	104
Quadro 11 – Cronograma de oferta de cursos de pós-graduação presencial e distância	104
Quadro 12 – Cronograma de oferta de cursos técnicos	105
Quadro 13 – Previsão de cursos de extensão	105
Quadro 14 – Políticas, ações e metas para os recursos humanos e gestão	113
Quadro 15 – Políticas, ações e metas para a infraestrutura e serviços	118
Quadro 16 – Políticas, ações e metas de sustentabilidade financeira	125

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2023 - 2027
EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 21 DO DECRETO 9.235 DE
15/12/2017 – D.O.U. 18/12/2017

1 APRESENTAÇÃO

O presente documento torna público o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade do Norte Novo de Apucarana- FACNOPAR- está organizado a partir do Art. 21 do Decreto Nº. 9.235 de 15/12/17, D.O.U. de 18/12/17 e dos eixos que compõem o formulário eletrônico de credenciamento, conforme Anexo II da Portaria 1.382 de 31/10/2017 que apresentam os tópicos que devem constar no PDI e que merecem atenção e avaliação do MEC/INEP, nos processos avaliativos da IES.

O ensino superior na cena contemporânea de um mundo globalizado e modificado pela revolução tecnológica se reveste de novas exigências, pois a sociedade exige conhecimentos e competências que excedem o atual modelo industrial.

Um novo modelo ao qual os autores se permitem chamar pós-industrial, atendendo à sugestão de Alain Touraine¹, apresenta características bem distintas do anterior, industrial. Assim, em primeiro plano a “Academia” tem de responder aqueles que serão os desafios éticos da “era das ideias”, onde a experiência se une à inovação.

No mundo atual, globalizado ou mundializado como querem alguns, o aspecto cultural se sobrepõe aos demais e aumenta em muito a responsabilidade política e social das instituições de ensino superior. Educar numa época que se configura como uma economia do conhecimento inclui muito mais do que encaminhar para a memorização ou urdir um projeto de fundo conteudista.

Naquela que a UNESCO define como uma sociedade de informação, esta é um bem valioso com o qual o acadêmico pode contar para sua vida profissional, contudo, o sentido maior da educação pressupõe formar, agregar valores e com isso viabilizar a cidadania.

Entre as quatro vias que se apresentam para um país chegar ao desenvolvimento e realizar suas políticas públicas, a neoliberal e a socialista radical representam dois extremos. Entre eles a terceira via e, para a FACNOPAR, a quarta via se afigura como a melhor, porque admite a possibilidade de consecução de uma democracia participativa, proposta de superação da atual, representativa que se apresenta em crise.

Para chegar a esse ideal é preciso fornecer subsídios aos acadêmicos e é fundamental a atuação do ensino superior. A escalada do conhecimento, estruturadora da sociedade do século XXI inclui não só anexar conhecimentos procedentes da aprendizagem teórico-formal, como também visar à valorização do prático e informal. Neste caso a chamada aprendizagem ao longo da vida terá um ponto de inflexão decisivo após a permanência na Academia, viabilizando a capacidade de bem responder à veloz economia do conhecimento.

Ao ensino superior cabem atribuições em escala crescente, uma vez que para só uma competência não basta: a preparação profissional que antecede à capacidade de atuar como profissional inclui também aquela virtude especial que permite a um ser humano fazer a diferença ao reconhecer – e comunicar para seus semelhantes algumas das armadilhas daqueles que pretendem o monopólio do saber. Decifrar o mundo que nos cerca, a partir de nossas raízes para entender o presente e, se possível antecipar o futuro, eis a meta ambiciosa que se propõe o ensino superior.

A Educação Superior tem a missão de oportunizar aos acadêmicos a busca, a produção e a divulgação do saber, da ciência e da tecnologia em todas as áreas do conhecimento humano desenvolvido pela humanidade até o presente. Ao mesmo tempo se incumbem da função de preparar profissionais integrados com a realidade, atentos às demandas regionais, nacionais e internacionais.

O PDI - da FACNOPAR, apresentado a seguir, além de constituir uma exigência da atual legislação do ensino superior, expressa as finalidades e as projeções para o quinquênio 2023-2027.

Deste modo, o presente plano visa:

- I. Preparar o credenciamento institucional da FACNOPAR;

II. Estabelecer uma sistemática educacional que possa ser compreendida, aplicada e validada em condições reais.

III. Estabelecer as bases conceituais, metodológicas e operacionais do projeto de desenvolvimento da instituição;

IV. Atender às necessidades institucionais de planejamento e permitir a adequação ao contexto econômico, social e cultural;

V. Consolidar as bases de agente transformador da sociedade na qual se insere.

Para a elaboração deste PDI foi mobilizada a participação de todos os setores da Instituição. Para tanto, a Diretoria Geral – nomeou 4 equipes responsáveis pelos eixos do formulário de avaliação constante no anexo II da Portaria 1.382 de 31/10/2017, as ações desencadearam dois grandes conjuntos de atividades:

VI. Análise dos aspectos do PDI anterior, visão retrospectiva e seus resultados, realizado pela equipe do eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional e a CPA;

VII. Definição de estratégias, seus respectivos objetivos e metas para o PDI 2022-2026 de cada eixo: 2 (Desenvolvimento institucional), 3 (Políticas acadêmicas), 4 (Políticas de Gestão) e 5 (Infraestrutura), em todas as abordagens e perspectivas futuras, trazendo no seu bojo o diagnóstico institucional e as propostas.

Considerando a dinâmica dos ambientes interno e externo da instituição, o presente PDI constitui-se de um conjunto de compromissos, possibilidades e intencionalidades da FACNOPAR que deverá ser continuamente monitorado e ajustado para atender aos desafios apresentados, entendendo que somente com o envolvimento coletivo, a FACNOPAR crescerá ainda mais com qualidade e contextualizada, superando desafios concretos e tendo noção exata de suas possibilidades e limitações.

1.1 DADOS DA MANTENEDORA

- Código da Mantenedora: 1224
- CESA- CENTRO DE ESTUDO SUPERIOR DE APUCARANA

- CNPJ: 03.347.235/0001-42
- Endereço: Avenida Zilda Seixas Amaral, 4350- Parque Industrial Norte , CEP 86806-380 – Apucarana- Paraná.

- Tel: (43) 3420-1700
- E-mail: facnopar@facnopar.com.br
- Presidente da Mantenedora: Danilo Lemos Freire

1.2 DADOS DA MANTIDA

- Código da Mantida: 1856
- Faculdade do Norte Novo de Apucarana
- Sigla: FACNOPAR
- Endereço: Avenida Zilda Seixas Amaral, 4350- Parque Industrial Norte, CEP 86806-380 – Apucarana- Paraná.

- Tel: (43) 3420-1700
- E-mail: facnopar@facnopar.com.br
- Diretor Geral: Danilo Lemos Freire

1.3 CORPO DIRIGENTE

- Diretor Geral: Prof. Me. Danilo Lemos Freire- daniolemosfreire@gmail.com
- Diretora Acadêmico: Prof. Maria de Lurdes Braguetto - direcaoacademica@facnopar.com.br
- Diretora Financeiro: Cleonice Camargo - direcaofinanceira@facnopar.com.br

1.4 APOIO E ASSESSORAMENTO

- Secretária Acadêmica (presencial e virtual): Josiane Cristina de Sousa – secretariacademica@facnopar.com.br
- Pesquisadora Institucional: Prof. Paulo Queiroz. paulo.queiroz@aneducao.com.br

2 PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 BREVE HISTÓRICO DA FACNOPAR

A Faculdade do Norte Novo de Apucarana – FACNOPAR, recredenciada pela Portaria Ministerial nº 333, de 09 de abril de 2012, publicada no D.O.U. de 10 de abril de 2012, foi concebida como um estabelecimento de ensino superior mantida pelo CESA – Centro de Estudo Superior de Apucarana, o qual, a partir de 2006, passou a ser constituído como uma “associação para fins não econômicos, como instituição de educação mantenedora de ensino superior e assistência social beneficente na área de ensino superior, sem finalidade lucrativa, com autonomia jurídica, administrativa e financeira” (Estatuto, 2006, p. 1).

O novo estatuto da mantenedora está registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Apucarana sob nº 654/7, livro A-4, em 20 de fevereiro de 2006.

Como instituição assistencial, o CESA foi registrado no Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Serviço Público Federal, pela Portaria nº 1.033, de 29/06/2006 e publicado no D.O.U. de 30/06/2006. Encontra-se registrado no Conselho Nacional de Assistência Social, órgão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com Atestado de Registro nº R0492/2006. No estado do Paraná, foi declarado como instituição de utilidade pública por meio da Lei nº 15.088, de 04/05/2006 e, no município de Apucarana, por meio da Lei nº 031/06, de 24/08/2006.

Tendo em vista essa mudança estatutária, a FACNOPAR, para se ajustar a essa nova realidade, vem realizando profundas mudanças, tanto do ponto de vista legal, com a alteração do seu Regimento e demais instrumentos reguladores e normativos, quanto da forma e direcionamento na definição das políticas para o próximo período.

Em termos de cursos, o Curso de Direito, com oferta de 80 vagas anuais nos turnos diurno e noturno, foi implantado no ano de 2002, o qual vem sendo ofertado sem interrupção.

No ano de 2004 foram implantados os cursos de: Comunicação Social, com as habilitações em Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas, e Normal Superior, que em 2007 passou a ser ofertado como Pedagogia, atendendo as Diretrizes

Curriculares, com a oferta de 100 vagas, para cada habilitação, sendo 50 (cinquenta) vagas no período matutino e 50 (cinquenta) vagas no período noturno. No ano de 2005, implantou e ofertou processo seletivo sem interrupção, para os Cursos Superiores de Tecnologia em: Gestão de Empreendimentos Rurais, cuja denominação passou a ser Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, Administração, Design de Interiores, Gestão em Comércio Exterior, estes com a oferta de 100 (cem) vagas, sendo 50 (cinquenta) para o período matutino e 50 (cinquenta) para o período noturno, o Curso Superior Tecnológico de Administração de Varejo, que em 2007, passou a denominar-se Curso Superior de Tecnologia em Administração, com a oferta de 100 (cem) vagas no período noturno e o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Imobiliária, com a oferta de 50 (cinquenta) vagas no período noturno. Em 2010, a FACNOPAR obteve autorização do MEC, para a oferta do Curso Bacharelado em Administração, com início da primeira turma em 2011. Em 2013, o Curso de Ciências Contábeis foi autorizado e teve início em 2014.

Em 2016 a Instituição foi credenciada para oferta de Cursos em EAD, Portaria 659 de 18/07/2016 e autorizados os cursos de Bacharelado em Administração, Portaria 356 de 08/08/2016; Licenciatura em Pedagogia, Portaria 357 de 08/08/2016; Curso Superior de Tecnologia em Logística, Portaria 358 de 08/08/2016 e Gestão de Recursos Humanos, Portaria 05 de 02/01/18, todos em funcionamento e com demanda de alunos. Em 2018 foram protocolados cinco cursos, para oferta em EAD, sendo que já foram realizadas a visita in loco, aguardando somente a publicação da Portaria. Os polos autorizados no credenciamento em funcionamento são: Apucarana (sede), Borrazópolis, Cornélio Procópio, Jandaia do Sul, Mauá da Serra, Londrina. Em 2019, foram cadastrados 5 (cinco) polos no Rio de Janeiro e um polo em Rolândia, e outro polo em Tamarana e também em Florianópolis (Praia dos Ingleses).

A FACNOPAR encontra-se inserida em um contexto regional extremamente industrializado, onde predomina tanto as indústrias quanto a agropecuária, fazendo com que toda sua plataforma institucional seja voltada para o empreendedorismo, como se verifica pelo perfil dos cursos que a compõe.

A população estimada do município de Apucarana, segundo dados do IBGE (2018), é de 140 mil habitantes. A população da região de influência direta na IES,

representada por 27 (vinte e sete) municípios, atinge mais de 1 milhão de habitantes. A cidade tem destaque nacional como polo na área de brindes, principalmente na fabricação de bonés, que gera milhares de empregos. É também Centro de Produção e Industrialização de derivados de milho que abastece diversas cidades do país; Centro de industrialização de couro que gera milhares de empregos, diretos e indiretos e têm seus produtos exportados para inúmeros países, responsável pela quase totalidade da exportação desse produto pelo Paraná e por 3% do total brasileiro.

A localização geográfica, além de polo da região do Vale do Ivaí, coloca Apucarana entre pontos equidistantes de duas cidades de maior população – Londrina (aproximadamente 600 mil habitantes) e Maringá (aproximadamente 400 mil habitantes), sendo, portanto, servida por grande demanda de trabalho para a área.

A FACNOPAR está localizada, praticamente, no limite de Apucarana e Arapongas, sendo que esta possui o segundo maior parque moveleiro do país.

Conforme os dados do Sindicato Moveleiro de Arapongas, o município conta com, aproximadamente, 140 indústrias moveleiras instaladas, gerando 5 mil empregos diretos e movimentando R\$ 500 milhões por ano. As indústrias moveleiras constituem no principal sustentáculo econômico e gerador de empregos do município. Os móveis produzidos em Arapongas são comercializados no mercado interno e também exportados.

Na sua implantação, a FACNOPAR definiu sua missão e os objetivos gerais que visavam apresentá-la à comunidade, objetivando conquistar credibilidade e aceitação. Cumprida essa etapa com grande êxito, a instituição alcançou um novo momento em que se consolidou no mercado e na qualidade de seus cursos. A IES está cadastrada para ofertar bolsas do PROUNI e também FIES.

Devido à mudança estatutária, a FACNOPAR, para se ajustar a essa nova realidade, vem realizando profundas mudanças, tanto do ponto de vista legal, com a alteração do seu Regimento e demais instrumentos reguladores e normativos, quanto da forma e direcionamento na definição das políticas para o próximo período.

No período de 2017 a 2021, a Instituição trabalhou na realização das propostas apresentadas no PDI, cujas metas evidenciavam que a instituição ainda

tinha muito a caminhar em termos organizacionais, concretizações de metas, concretização da missão e principalmente, organização do aspecto jurídico e contábil.

Nesse sentido, este PDI reflete um contexto real de mudança, cuja concretização é visualizada numa análise de conjunto das ações, as quais estão sendo propostas e realizadas para o período de 2022 a 2026.

Após a implantação do PDI 2012 a 2016 e 2017 a 2021, uma série de requisitos e situações socioeconômicas fez com que a Instituição reformulasse suas metas relacionadas no PDI para o período, de forma que a IES pudesse manter-se estável em sua missão educacional.

A FACNOPAR, desse modo, passou o período de 2017 a 2021 revendo as metas apresentadas no PDI vigente, e conforme apontado pela Comissão Permanente de Avaliação.

- CPA, dimensão I, essa revisão não só foi importante e necessária, mas fundamental e notavelmente sentida, apontando como fragilidade tão somente a necessidade de se reavaliar e modernizar o PDI, medidas saneadoras que hora se toma.

Ao mesmo tempo, a FACNOPAR formou seu quadro docente, de técnico-administrativo e de gestores. Esse processo permitiu um desenvolvimento da instituição e garantiu as condições necessárias para a elaboração e definição de políticas com base na realidade em que está inserida, trazendo a necessidade de se agregar ao quadro de docentes um número maior, quase total de professores com pós-graduação *stricto sensu*.

Com a confirmação das políticas da FACNOPAR, a partir de então, a Instituição passou a ser orientada por linhas mestras, os quais permitem dar um direcionamento específico para a definição das ações. Ao mesmo tempo, a análise conjuntural para o estabelecimento das metas a serem realizadas, foi fundamentada no relatório da CPA que foi utilizado como instrumento norteador para o estabelecimento de tais metas.

Com isso, após estudos internos, ficou deliberado que o objetivo geral para o período de 2022 a 2026, é o de “Consolidar a instituição, seus cursos e serviços com conceitos de excelência, nos diferentes níveis e modalidades de ensino,

estabelecendo com a comunidade uma relação de parceria e de comprometimento com a melhoria da qualidade de vida.”.

Para cumprir essa linha mestra, a instituição vem passando por ajustes, ordenamentos e realinhamentos para garantir que, no prazo de cinco (5) anos, esse objetivo seja alcançado.

Resultados das avaliações dos cursos e institucional realizadas pelo MEC nos últimos anos:

ENSINO PRESENCIAL

CURSO	PORTARIA	CONCEITO
RECRENCIAMENTO	Portaria nº 333 de 05/04/2012	3
ADMINISTRAÇÃO	Portaria de reconhecimento nº 212 de 22/06/2016	4
DIREITO	Portaria de Renovação de Reconhecimento nº 207 de 25/06/2020	4
AGRONEGÓCIO	Portaria de Renovação de Reconhecimento nº 528 de 01/08/2018	4
EDUCAÇÃO FÍSICA	Portaria de Autorização nº 1.081 de 24/09/2021	4
MARKETING	Portaria de Renovação de Reconhecimento nº 1.710 de 08/12/2021	4

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Portaria de Renovação de Reconhecimento nº 207 de 25/06/2020	5
PSICOLOGIA	Portaria de Autorização nº 1.110 de 01/10/2021	4
DESIGN DE INTERIORES	Portaria de Renovação de Reconhecimento nº 821, de 22/11/2018	4
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Portaria de Renovação de Reconhecimento nº 207 de 25/06/2020	3

ENSINO A DISTÂNCIA

CURSO	PORTARIA	CONCEITO
CREDENCIAMENTO EAD	Portaria nº 659 de 18/07/2016	4
COMÉRCIO EXTERIOR	Portaria de Autorização nº 144 de 18/02/2021	4
LOGÍSTICA	Portaria de Autorização nº 358 de 08/08/2016	4
ADMINISTRAÇÃO	Portaria de Autorização nº 356 de 08/08/2016	4
PEDAGOGIA	Portaria de Reconhecimento nº 96 de	3

	09/04/2020	
GESTÃO COMERCIAL	Portaria de Autorização nº 337 de 11/07/2019	4
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Portaria de Autorização nº 5 de 02/01/2018	3
MARKETING	Portaria de Autorização nº 344 de 12/07/2019	4
NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	Portaria de Autorização nº 610 de 22/06/2021	4

PROCESSOS PROTOCOLADOS

Nº PROCESSO	ATO	CURSO
202123451	Autorização EAD	DIREITO
202111107	Reconhecimento de Curso EAD	ADMINISTRAÇÃO
202111108	Reconhecimento de Curso EAD	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
202111109	Reconhecimento de Curso EAD	MARKETING
202120963	Reconhecimento de Curso EAD	GESTÃO COMERCIAL
201717597	Reconhecimento de Curso EAD	LOGÍSTICA
201904084	Recredenciamento	-
202027351	Recredenciamento EAD	-
202017310	Renovação de Reconhecimento de Curso	ADMINISTRAÇÃO
202020661	Renovação de Reconhecimento de Curso	DESIGN DE INTERIORES

2.1.1 Inserção Regional

A FACNOPAR, como dito anteriormente encontra-se situada na região do Vale do Ivaí, onde possui uma característica regional voltada para a Agroindústria.

Forte na produção de móveis, café, soja, indústria de modificação e prestações de serviços.

A Região do Vale do Ivaí é uma região metropolitana brasileira, localizada no Paraná, foi instituída pela da Lei Complementar Estadual 187, de 13 de janeiro de 2015, sendo formada pelos municípios de Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Borrazópolis, Califórnia, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí, sendo a 8ª. Maior Região do Paraná.

Região Metropolitana de Apucarana	
	
Localização da Região Metropolitana de Apucarana	
Unidade federativa	 Paraná
Lei	LCE 187/2015
Data da criação	13 de janeiro de 2015
Número de municípios	23
Cidade-sede	Apucarana
Características geográficas	
Área	6 836 192 km²
População	306 639 hab. (53°) IBGE/2014
Densidade	0,04 hab./km²

IDH	0,782 – alto
PIB	R\$ 3.214.633,037 mil IBGE/2008
PIB per capita	R\$ 10.483,44 '

O projeto inicial de 1998, que visava ao desenvolvimento econômico e social de 12 cidades. Além de Apucarana, a Região Metropolitana seria constituída por Arapongas, Bom Sucesso, Califórnia, Cambira, Jandaia do Sul, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Marumbi, Novo Itacolomi, Rio Bom e Sabáudia, contudo, com o desenvolvimento da região foi alterado o projeto inicial, O Projeto de Lei 187/2015, de autoria do deputado estadual Nelson Justus (DEM) é aprovado pela Assembleia Legislativa do Paraná, abrange 23 municípios do Vale do Ivaí. Fazem parte do projeto Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Borrazópolis, Califórnia, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

Município	Área (km²)	População (2014)	IDH (2000)	PIB (Produto Interno Bruto) (2008)	PIB per capita	Distância à Apucarana (km)
<u>Apucarana</u>	558,389	140.000	0,799	1,3 bilhões	10.909,59	---
<u>Arapuã</u>	218,938	3.554	0,687	42,6 milhões	10.546,55	124,0
<u>Ariranha do Ivaí</u>	240,625	2.453	0,688	29,9 milhões	11.668,88	137,0
<u>Borrazópolis</u>	334,378	7.877	0,727	96,1 milhões	11.511,74	67,0
<u>Califórnia</u>	141,817	8.464	0,745	53,5 milhões	6.898,54	17,3
<u>Cruzmaltina</u>	312,299	3.166	0,678	42,4 milhões	13.443,66	79,5
<u>Faxinal</u>	715,943	17.084	0,732	183,1 milhões	11.443,66	78,2
<u>Godoy Moreira</u>	131,012	3.337	0,672	22,2 milhões	6.109,34	119,0
<u>Grandes Rios</u>	314,198	6.625	0,695	53,5 milhões	6.818,59	106,0
<u>Ivaiporã</u>	432,470	32.705	0,764	399,9 milhões	9.317,89	111,0
<u>Jardim Alegre</u>	410,481	15.325	0,713	101,9 milhões	6.855,34	101,0
<u>Kaloré</u>	193,299	4.473	0,753	52,4 milhões	11.046,36	68,8

<u>Lidianópolis</u>	159,138	3.972	0,734	37,5 milhões	9.035,07	90,5
<u>Lunardelli</u>	199,220	5.159	0,692	42,1 milhões	8.169,61	102,0
<u>Marilândia do Sul</u>	384,424	9.083	0,739	167,8 milhões	18.260,47	36,4
<u>Marumbi</u>	208,470	4.750	0,735	30,6 milhões	7.297,72	39,2
<u>Mauá da Serra</u>	108,324	9.534	0,719	114,1 milhões	13.812,13	49,4
<u>Novo Itacolomi</u>	162,163	2.906	0,706	22,1 milhões	7.852,42	34,6
<u>Rio Bom</u>	177,836	3.372	0,713	30,8 milhões	9.290,21	29,2
<u>Rio Branco do Ivaí</u>	385,595	4.072	0,670	38,9 milhões	9.753,93	142,0
<u>Rosário do Ivaí</u>	371,250	5.588	0,662	48,2 milhões	8.630,36	146,0
<u>São João do Ivaí</u>	353,331	11.523	0,689	123,8 milhões	10.301,42	86,3
<u>São Pedro do Ivaí</u>	322,692	10.733	0,745	169,6 milhões	17.162,24	69,0
TOTAL	6.836,192	306.639	---	3,1 bilhões	10.483,44	---

Em função do sucesso econômico dos anos 1940 a 1970, obtido graças aos ciclos madeireiro, cafeeiro e da atividade comercial cerealista, a cidade rapidamente se tornou um centro comercial dinâmico, referência de serviços e comércio de bens de todo o vale do Ivaí (na época, uma próspera região agrícola) e dotada de uma ampla rede bancária. A base econômica do desbravamento foi a atividade madeireira, que representou o berço da atividade industrial da cidade e abriu espaço para a agricultura. O rápido crescimento se deu pela migração, de paulistas em sua maioria, porém com contingentes ainda importantes de mineiros e baianos. Também foi muito significativa a imigração de portugueses, ucranianos, poloneses, alemães e japoneses.

Ao momento em que entrava em declínio gradual a exploração da madeira, se instalou a cafeicultura e o rico comércio de grãos, fomentado estrategicamente pelas facilidades logísticas da cidade, um entroncamento rodoviário e férreo, convergindo o transporte da produção agrícola de todo o norte do Paraná para os canais exportadores de Santos e depois Paranaguá. Com a Rodovia do Café que ligava Apucarana à capital do estado do Paraná, Curitiba, inaugurada pelo então governador Ney Braga, a cidade ligou-se ao governo central, possuindo inclusive

forte representação política através de dois deputados estaduais locais, Marino Pereira e João Antonio Braga Côrtes. Em meados dos anos 1970, Apucarana contava com uma emissora de televisão, dois cinemas (uma sala de grande porte), sete hospitais ou clínicas, duas emissoras de rádio, dois jornais, uma instituição de ensino superior, uma de ensino técnico, três escolas privadas de ensino médio e ao menos duas públicas também de ensino médio. Chegou a contar com voos diretos semanais para São Paulo nos anos 1960.

A depressão econômica persistiu por pelo menos uma década, até o meio dos anos 1980, quando os galpões abandonados da região da Barra Funda e os altos índices de desemprego ofereceram condições de baixo custo para o começo da indústria do boné e algumas empresas de vestuário. Ainda que tardiamente (em relação à vizinha Arapongas, por exemplo) foram organizadas pequenas zonas industriais setorializadas que serviram melhor ao parque moageiro e incentivaram outras empresas de porte médio a se instalarem. Os serviços comerciais, de saúde e de educação continuavam atraentes e, lentamente, começou a se recuperar a construção civil.

A lenta, mas contínua, recuperação se manteve desde então. Melhoras expressivas da infraestrutura se refletiram na melhor qualidade da pavimentação asfáltica (ainda é um sério problema) da rede de água encanada, na expansão da cobertura de esgoto e no desvio do trânsito de cargas do perímetro urbano por meio do Contorno Sul. Ocorreu um significativo progresso urbanístico, com parques de lazer como os lagos Jaboti e da Raposa, a sofisticada reforma da praça da matriz, o calçamento do 28, entre outras melhorias. O comércio da região central voltou a atrair investimentos e consumidores da região, e teve importante diversificação. Depois de décadas de empobrecimento e perda de prestígio, no início deste século Apucarana voltou a crescer como as principais cidades do eixo norte-paranaense e, apesar da longa crise, nunca deixou de ser um dos 20 mais ricos municípios do estado.

Mesmo com o declínio após a ciclo de geadas dos anos 1960 e 1970, o café ainda é um importante produto agrícola da região, sendo ainda o que mais gera renda na atividade agrícola do município.

Com uma área menos expressiva que em outros municípios, que fosse adequada para o plantio, mesmo assim a soja ocupa um lugar de destaque na

agricultura, sendo apenas lentamente superada pelo milho em anos recentes. O feijão, por ser cultura de rápido desenvolvimento, é plantado em alternância com as demais culturas.

Cidade de destaque nacional como polo na área de brindes, principalmente na fabricação de bonés, que gera milhares de empregos. Centro de Produção e Industrialização de derivados de milho que abastece diversas cidades do país. Centro de industrialização de couro que gera milhares de empregos, diretos e indiretos e têm seus produtos exportados para diversos países, responsável pela quase totalidade da exportação desse produto pelo Paraná e por 3% do total brasileiro.

Sendo o destaque da economia do município, o boné, é responsável pela geração de cerca de 6 000 empregos diretos e 4.000 empregos indiretos. Com uma produção de aproximadamente 2.000.000 de bonés por mês, a cidade é responsável por oitenta por cento da produção nacional, consolidando-se como a capital nacional do boné.

Em 2006, foi criada a Fundação Apucarana Cidade Educação. A fundação nasce voltada a pensar permanentemente sobre a educação em tempo integral e implementar ações que fortaleçam o seu aprimoramento, como cursos, capacitações, treinamentos e outras, atendendo as necessidades de Apucarana e de outros municípios.

Na cidade de Apucarana, o sistema público oferece:

Mais de 1 900 vagas para a Educação Infantil; Mais de 7 500 vagas para o Ensino de primeira à quarta séries; Mais de 7 900 vagas para o Ensino de quinta à oitava séries; Mais de 4 700 vagas para o Ensino Médio (1º a 3º anos).

A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais oferece educação precoce, infantil, escolar e profissionalizante. Com a inauguração da nova sede em 2007, foram disponibilizadas cerca de quatrocentas vagas novas, além das 315 já existentes.

Apucarana conta com dezenove Centros Municipais de Educação Infantil que atendem a mais de 1 900 crianças de quatro meses a seis anos.

Com todas estas características regionais, Apucarana possui um alto potencial Industrial e Agrônômico, fazendo com que seja necessário um alto grau de

educação em ensino superior, que possibilite aos seus cidadãos se prepararem para o crescimento, bem como para serem futuros empreendedores.

Atualmente a FACNOPAR tem tido um papel muito importante, por meio de seus projetos de Extensão e seus cursos, voltados para o empreendedorismo, bem como atento às pequenas culturas regionais.

A FACNOPAR, reconhecida pela excelência de seus cursos, sediada em Apucarana, possui uma grande área de atuação na Região do Vale do Ivaí, no Paraná, com alunos de várias cidades circunvizinhas. Também é reconhecida pela atuação junto à comunidade por suas ações extensionistas e cumprimento de sua responsabilidade socioambiental.

A FACNOPAR, ao longo de seus anos, procurou aliar sua prática em consonância com esses compromissos - a formação profissional e social. Atualmente, a Instituição está consolidada como estabelecimento de ensino superior de qualidade que mantém cursos com conceitos positivos e também com conceito institucional também positivo.

Considerando sua trajetória, a instituição obteve seu credenciamento já em 2016 e a implantação da Educação a Distância - EAD consolidando a formação humanística e profissional que proporciona aos seus discentes e a diversificação das áreas dos cursos de graduação ofertados, para tornar-se um Centro Universitário.

Para atingir os objetivos pretendidos, a instituição está estruturando para os próximos anos novos programas, visando à inovação e qualidade dos cursos ofertados com intuito de manter os conceitos obtidos, ou superiores, conforme avaliações do MEC.

Com base no desenvolvimento institucional da FACNOPAR e na consolidação de resultados positivos no processo de Recredenciamento e de Avaliação dos cursos presenciais, e, considerando a necessidade de oportunizar a melhoria da qualidade de vida para a população brasileira, a Instituição tem voltado sua atenção para o Projeto. Dessa forma, implantou um processo de EAD inovador e sistema de avaliação e premiação por desempenho do cursista, que propicia a formação profissional do educando com inserção no mundo do trabalho e que o mesmo possa assumir suas responsabilidades perante a sociedade.

Pela constatação que é preciso repensar as formas de educação de jovens e adultos, que até o momento tiveram suas expectativas limitadas em sua formação e integração com a sociedade, e com a evolução científica e tecnológica que proporcionaram novas estratégias e metodologias de ensino, a Instituição estabeleceu como meta prioritária a implantação do projeto em referência. Define também como compromisso acadêmico e social oportunizar acesso ao ensino de qualidade, proporcionando a formação de cidadãos que possam superar as desigualdades sociais com comprometimento em seu contexto social.

Assim a FACNOPAR ocupa um especial papel, possibilitando a diversas pessoas sua ascendência profissional, qualificando, educando e formando como cidadão e profissional especializado, bem como preparar seus acadêmicos para se tornarem verdadeiros investidores desenvolvendo seus próprios negócios. A história da cidade e região tem provado a importância que a FACNOPAR assumiu nos últimos anos no auxílio ao plano social e econômico da região.

2.1.2 Vinculação da oferta educacional da IES às demandas locais e regionais, (inclusão social, tecnologia, política e cultural, do respeito e preservação ambiental).

A FACNOPAR propôs a oferta de cursos na modalidade presencial e a distância. As ofertas na modalidade presencial atendem as demandas locais e da microrregião de Apucarana, enquanto as ofertas na modalidade EAD, constituem-se como estratégia para o fomento das mudanças socioculturais e político-econômicas necessárias nas diversas regiões brasileiras. Deste modo, a proposta da formação a distância teve, como finalidade principal, a possibilidade de democratização do acesso ao ensino superior nos mais variados contextos regionais, favorecendo as comunidades longínquas, uma formação de qualidade, em observância às determinações do MEC e indicações das Diretrizes Curriculares. Em 2016 foram autorizados os cursos em EAD: Administração, Curso Superior de Tecnologia em Logística e Pedagogia. Em 2018: Curso Superior em Gestão de Recursos Humanos. Em 2019: Curso Superior de Tecnologia e Marketing e Gestão Comercial e foi

implantada a 2ª Licenciatura e Pedagogia. Em 2021 foram autorizados: Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior e Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários.

Essa proposta de formação para atuar também nos municípios distantes dos grandes centros urbanos, e não apenas neles, está contribuindo efetivamente para a concretização de mecanismos sócio-políticos que promovam o pleno exercício da cidadania e da ética em todo o território nacional.

A exclusão social hoje se dá simultaneamente pelas vias do trabalho, da cultura, da etnia, da idade, do gênero, e, assim sendo, torna-se difícil atribuí-la apenas um aspecto desse fenômeno, tendo em vista que se constitui de vários elementos. Deste modo, dificilmente se poderá compreender a situação sem antes conhecer o fenômeno da exclusão e suas formas de manifestação que são, muitas vezes, degradantes e tão presentes na sociedade contemporânea.

Ao compreendermos esta realidade, ganham importância as discussões sobre os tempos atuais: a sociedade globalizada neoliberal, a consequente necessidade da humanização do processo global, e os desafios impostos à educação frente às demandas e aos desafios do século XXI.

Importa ressaltar que, nesse cenário, a educação precisa evidenciar seu potencial criativo, instigante e produtivo, em resposta às expressões da questão social, na consolidação da democracia e nos direitos da cidadania, tornando-se um dos emergentes desafios. Há um fenômeno mundial, chamado exclusão social, exigindo ações propositivas que visem à emancipação e garantia de direitos.

A FACNOPAR, ciente dos desafios que a atual realidade brasileira apresenta, especialmente no tocante às desigualdades sociais, tem buscado explicitar na elaboração dos seus Projetos Pedagógicos, o compromisso educativo com o fortalecimento do processo histórico de construção de um país socialmente mais humano e mais justo - conforme preconizam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Constituição Federal (1988), o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente (1990). Visa, desta forma, à formação de profissionais comprometidos com o pleno desenvolvimento humano e com capacidade crítica para compreender de forma contextualizada os elementos que caracterizam a realidade hoje.

O desenvolvimento da tecnologia, nas últimas décadas, proporcionando o fluxo global de informações, provocou o acelerado ritmo das transformações dos sistemas industriais e empresariais, abreviou os ciclos de produtos, ampliou a busca por novos mercados e baixo custo e fez surgir oportunidades de oferta de serviços personalizados como garantia de alta produtividade com qualidade. Há, portanto, necessidade da atualização dos currículos dos cursos, principalmente no que se refere aos avanços e às inovações tecnológicas, fatores imprescindíveis no processo de desenvolvimento de um país.

Nesse mesmo cenário da globalização se desenham graves questões ambientais e torna-se, cada vez mais necessário o controle da qualidade, de normatização, de acompanhamento e de avaliação de processos e de empreendimentos. A carência de profissionais que atuem com competência e responsabilidade social, no desenvolvimento e aplicação de tecnologias, dificulta o desenvolvimento do país e justificam, pelo menos em parte, a ampliação da oferta da EAD.

As transformações no cenário mundial exigem mudanças na formação e na qualificação profissional.

Nesse sentido, faz-se necessário que as instituições de ensino superior estejam atentas às exigências da dinâmica do mundo globalizado, quando se propõem a oferecer formação profissional que responda, de modo adequado e veloz, às necessidades contextuais e à nova ordem mundial, advindas das novas tecnologias da informação e da comunicação, da automação e suas respectivas aplicações na indústria e nos serviços.

Em vista da recente revolução tecnológica e da crise de mão de obra especializada, que possa assegurar o desenvolvimento do país no contexto da economia globalizada, a expansão da oferta dos cursos superiores na área tecnológica deverá atender aos anseios do mercado produtivo brasileiro que se ressentem de um maior número de profissionais qualificados para a sustentação de um projeto de autonomia tecnológica, econômica, ambiental e social para o país. Ao mesmo tempo, será necessário proporcionar a formação continuada daqueles que já possuem a formação técnica em nível médio e superior, já atuantes no mercado de

trabalho, mas impedidos de se afastarem de suas funções para frequentarem os cursos presenciais.

Para adequar-se a essas mudanças, a administração das organizações vem evoluindo da simples integração e funcionamento de seus subsistemas operacionais para um processo mais complexo de diagnóstico e análises gerenciais. O investimento crescente na capacitação/qualificação de seu capital intelectual, a incorporação contínua de tecnologia e a demanda por qualidade de serviços tem obrigado as instituições a selecionar quadros com grau de conhecimento especializado maior, a cada instante, tornando dispendioso o investimento na formação direta de tais colaboradores. A grande variedade de conhecimentos necessários aos funcionários tem impossibilitado às empresas o treinamento do pessoal de que necessita e a velocidade das inovações exige formação rápida e específica como exigência da atuação profissional.

Os Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs) vêm ao encontro desta demanda por pessoal especializado e com grau superior de conhecimento técnico, pois visa à formação de profissionais que acumulam conhecimentos básicos em suas áreas de atuação, constituindo-se em meio efetivo de inserção de novos e qualificados profissionais no mercado de trabalho, além de inovar ao proporcionar uma visão macro e micro do ambiente empresarial e de estimular práticas adequadas ao meio organizacional contemporâneo. Assim, a FACNOPAR tem ampliado a oferta dos cursos tecnológicos. Atualmente são 5 (cinco) CSTs presenciais e 6 (seis) a distância.

As grandes organizações buscam, hoje, no mercado de trabalho, profissionais proativos, com conhecimentos de condutas adequadas frente às situações do cotidiano, enfatizando cuidados em termos de aprimoramento, aquisição e aperfeiçoamento de certas habilidades de comunicação para facilitar a compreensão mútua.

Busca-se aprimoramento nas relações, um melhor e maior entendimento dos fatores que conduzem à autorrealização, à satisfação do executar bem as propostas apresentadas na competitividade profissional. Além do mais, a gestão de pessoas tornou-se algo imprescindível em qualquer processo produtivo. Isso devido ao novo

cenário que surge, enfatizando a importância de se ter pessoas bem-preparadas, qualificadas e motivadas no dia a dia das organizações.

Os cursos tecnológicos (CSTs) ofertados proporcionam, em tempo reduzido, a formação de novos profissionais em sintonia com o mercado produtivo, aptos a desenvolver atividades vinculadas ao eixo tecnológico de sua formação, estabelecendo o equilíbrio entre gerir pessoas e o avanço tecnológico que assola as organizações. Acredita-se assim que, com a implantação desses cursos na modalidade EAD, a FACNOPAR contribuiu para que o avanço tecnológico seja mais uma ferramenta para o desenvolvimento do processo produtivo no trabalho, do ser humano, do ambiente e da sociedade.

De acordo com o Ministério da Educação, o bacharelado é o curso superior que “confere ao diplomado competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade acadêmica ou profissional”. O grau de Bacharel, referente à formação profissional, habilita o egresso a exercer uma profissão de nível superior após cumprir os currículos específicos do curso.

O século XXI é marcado por grandes transformações econômicas e sociais em todo o mundo, principalmente pela introdução de novas tecnologias e mudanças nos mercados mundiais. Essas transformações, que são de caráter globalizado, exigem maior qualificação profissional.

No Brasil, o grau de bacharel é conferido no nível de graduação na maioria das áreas do conhecimento humano, incluindo Ciências Exatas, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde e Ciências da Terra. A FACNOPAR oferta, atualmente, 5 (cinco) cursos de bacharelado (3 presenciais e 2 a distância) distribuídos especialmente na área de Ciências Sociais Aplicadas.

Com a reforma educacional brasileira, Lei nº 9.394/96, ficou estabelecido como exigência que, a partir de 2006, todos os professores que viessem a ser contratados para ministrar aulas no ensino fundamental e médio deveriam estar habilitados, com licenciaturas específicas em suas áreas de atuação.

Essa exigência ampliou a demanda por qualificação por parte dos professores que já atuavam na docência das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, embora não possuíssem formação em nível superior ou tal formação fosse

originária de outras áreas de graduação sem a necessária preparação pedagógica que faz parte dos currículos dos cursos de formação de professores.

A utilização da educação a distância surgiu nesse período como ferramenta necessária para a oferta das licenciaturas a um grande número de interessados já que as vagas para o ensino presencial não eram suficientes para cobrir a demanda ou como possibilidade de atender as necessidades regionais e pessoais.

Além desse aspecto, a clientela da EAD é um adulto que já possui muitas experiências de vida e espera que essa experiência seja considerada ao entrar em um curso superior. Também já acumula diferentes papéis na sociedade e, por isso, precisa conciliar as responsabilidades pessoais, profissionais e de estudante. Como, em muitos casos, tem vivência profissional como docente, espera que, ao cursar uma licenciatura não só se adequará ao que a lei determina bem como considera como fator importante a melhoria de status socioeconômico e a aquisição de competências complementares às que já possui e que serão importantes para a melhoria de sua prática pedagógica.

Justifica-se, dessa forma, a oferta de curso de licenciatura em Pedagogia (EAD), tanto para atender a demanda local como a de diferentes regiões do país. Existem muitas possibilidades de inserção dos egressos das Licenciaturas no mercado de trabalho, já que a educação escolar tem sido bastante valorizada pelo cidadão como forma de desenvolvimento pessoal e profissional, o que tem exigido a expansão da oferta de serviços na área da formação de professores.

Quando se pretende a construção da cidadania, a resolução dos problemas relacionados às desigualdades sociais, a educação está presente como condição essencial e a preparação para a docência e a gestão em educação precisa ser considerada uma questão relevante. Faz-se necessário uma sólida formação, que prepare o docente para lidar com um processo que inclui o conhecimento científico, a tecnologia e a informação.

A formação de professores permite um trabalho que amplia as formas de ensino-aprendizagem podendo atender um número expressivo de pessoas que antes não tinham acesso à educação escolar. Nesse contexto, a proposta educativa da FACNOPAR fundamenta-se em possibilidades reais de demanda para cursos na modalidade EAD, em um novo conceito de Projeto Pedagógico e nas tendências

que apontam para a formação de profissionais conscientes de seu papel social e humanitário, competentes enquanto profissionais e coerentes em todas as suas atitudes.

2.2 MISSÃO, CREDO E DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

A FACNOPAR, de acordo com seus princípios filosóficos e sua proposta política-pedagógica tem como missão e credo:

MISSÃO

Promover a formação integral da pessoa humana e sua capacitação ao exercício profissional, incentivando o aprendizado contínuo e a atuação solidária para o desenvolvimento da sociedade por meio de ensino presencial e a distância.

CREDO

A FACNOPAR crê que seu compromisso fundamental com a sociedade é o de promover a cultura do homem, que provém do homem e é para o homem.

DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

A partir de sua missão e o seu credo, foram definidas as diretrizes gerais como princípios fundamentais para a gestão acadêmica e administrativa:

- *Consolidar o ensino da FACNOPAR, nos cursos de graduação, com conceitos de excelência, na modalidade presencial e a distância.*
- *Consolidar as atividades de pesquisa e os cursos de pós-graduação visando o crescimento e aperfeiçoamento institucional e acadêmico.*
- *Consolidar a extensão articulada com o ensino e pesquisa, conforme perfil da instituição.*

- *Consolidar a FACNOPAR como uma instituição promotora e impulsionadora de ações de extensão e de responsabilidade socioambiental, realizada por ela e por outras instituições e/ou empresas que tenham parceria com a Instituição ou por ela assessorada.*

- *Consolidar as políticas de valorização dos recursos humanos como fundamento básico na consecução dos objetivos da FACNOPAR.*

- *Consolidar a gestão acadêmica e administrativa da instituição.*

- *Fortalecer as práticas internas de auto-avaliação, por meio de metodologias de avaliação apropriadas a cada área, com respeito e responsabilidade ao direito individual e coletivo, garantindo a manifestação livre de diferentes correntes de pensamento, em clima de liberdade, consolidando-se como instituição aberta e autocrítica.*

- *Consolidar e prover infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades da Instituição.*

- *Consolidar e expandir as atividades acadêmicas, administrativas e de serviços da Instituição, com desenvolvimento sustentável.*

Essas Diretrizes gerais sustentam a definição de políticas para cada setor, cuja elaboração e definição contaram com uma ampla e democrática participação dos respectivos setores e de seus respectivos agentes executores.

Cabe ressaltar ainda, que a definição das ações e metas deste PDI teve como base dois grandes referenciais: primeiro, de caráter projetivo, objetivado no PDI anterior da instituição, no qual estão explicitados os anseios e expectativas a partir de uma realidade parcialmente conhecida; e segundo, com base em experiências e dados reais, oriundos do processo de avaliação institucional, interno e externo, o qual indicou os aspectos e condições reais de realização das metas propostas e em terceiro, a realidade socioeconômica vivida pela instituição, que a direcionou nas medidas administrativas de mudança para manter sua auto sustentabilidade.

Para tanto, foi utilizada a seguinte metodologia de trabalho:

- *Leitura e discussão dos documentos legais que regem a avaliação do ensino superior;*

- *Composição de uma equipe responsável pela sistematização do documento do PDI, composta pela direção geral, vice-direção, direção acadêmica e equipe de apoio;*
- *Elaboração de um documento-mestre com a definição das áreas estratégicas para as quais seriam definidas políticas específicas;*
- *Análise dos resultados do relatório de auto-avaliação institucional.*
- *Repasse a cada um dos setores esses resultados para nortear a definição das ações e metas, tomando como referência, além dos objetivos e diretrizes, os recursos humanos e materiais para a execução das políticas;*
- *Análise e sistematização das propostas de cada setor;*
- *Redação final do documento; e*
- *Divulgação, apresentação e aprovação pelas instâncias superiores.*

Esse processo foi muito importante para a consolidação de uma prática de gestão participativa, pois permitiu que cada um dos setores passasse a ter uma visão de conjunto da instituição, uma vez que pode apresentar e discutir os limites e as possibilidades de cada área, quando da definição das políticas, ações e metas. Dessa experiência, um dos resultados mais significativo foi o fortalecimento de uma equipe diretiva e executiva, ciente de seus desafios e capaz de perceber sua função e responsabilidade para a realização dos objetivos coletivos.

Antes de apresentar os resultados desse trabalho, torna-se importante destacar em linhas gerais um breve balanço em torno do que foi projetado no período anterior.

2.3 BALANÇO DO PERÍODO ANTERIOR

Tomando como referência os PDIs anteriores, os quais serviram para a autorização e implantação e credenciamento da FACNOPAR, algumas considerações são necessárias em torno das propostas e intenções definidas naqueles documentos em relação às políticas para o ensino de graduação de pós-graduação, a pesquisa e a extensão.

Numa certa medida, as linhas de ação explicitadas nos documentos anteriores, mostraram-se, de certo modo, inaplicáveis no contexto socioeconômico em que a FACNOPAR está inserida. Dessa forma, as intenções projetadas a partir dos anseios e expectativas do corpo diretivo e da mantenedora necessitaram de reavaliação.

A experiência e a profissionalização da equipe deliberativa, diretiva e operacional, ainda que tenham ocorrido alterações nesse período, possibilitaram a construção de um PDI para o período de 2022 a 2026, com maior clareza e segurança na consolidação das políticas e conseqüentemente, reformulação das ações e metas da FACNOPAR.

Diante dessas questões, em relação ao período anterior, em linhas gerais, pode-se expor as seguintes considerações:

Quanto à implantação dos cursos, alguns que foram ofertados, necessitaram de uma reavaliação tendo em vista a conjuntura regional em termos de oferta por outras instituições de ensino superior, bem como o conhecimento com maior detalhe sobre o potencial e o perfil do público com o qual a FACNOPAR atua. Em função desses aspectos, foi realizado um estudo da demanda e oferta dos cursos de graduação.

Em relação à pesquisa e pós-graduação, foi constatado que apesar dos investimentos realizados, contemplados no PDI 2007-2011, a necessidade de revisão das metas propostas e o desenvolvimento de ações administrativas e educacionais com o intuito de destacar a participação docente e discente nessas atividades. Da mesma forma, as atividades de extensão apresentavam a necessidade de redimensionamentos para o próximo período porque a temática da Responsabilidade Socioambiental continua sendo uma dimensão fundamental da instituição.

Considerando as metas estabelecidas para o desenvolvimento de recursos humanos, essas também não atingiram satisfatoriamente seu objetivo, foram novamente

readequadas, dando andamento ao Plano de Carreira Docente proposto anteriormente, bem como a contratação de pessoal técnico-administrativo com formação e experiência para atuar no ensino superior. Nesses últimos anos, o quadro de pessoal vem adquirindo maior estabilidade, com investimento no treinamento do pessoal técnico-administrativo. A instituição está mais segura quanto ao seu potencial e com aplicação de sua política de recursos humanos tem conseguido manter um quadro técnico-administrativo adequado às funções que exercem.

Uma das medidas de maior importância, definida no PDI anterior, certamente diz respeito à definição do processo de avaliação institucional, explicitado na Lei SINAES que, com certeza, representa um avanço para o ensino superior no Brasil. Os resultados do processo de autoavaliação e das avaliações externas proporcionam à instituição importantes diretrizes para a gestão acadêmica e no ajuste constante quanto às dimensões, critérios e processos que devem ser considerados no estabelecimento das metas e institucionais relacionadas no PDI.

2.4 OBJETIVOS E ESTRUTURA DO PLANEJAMENTO PARA O PERÍODO DE 2023-2027

Do Projeto Pedagógico Institucional - PPI da FACNOPAR pode ser destacado o objetivo geral que indica a orientação da instituição na oferta de cursos de qualidade e de estabelecer com a comunidade social relações que promovam a melhoria de vida. Nesse sentido, formando seu compromisso em difundir o conhecimento e proporcionar educação voltada aos problemas regionais e nacionais, a Instituição, para o período 2022-2026, estabelece seus objetivos específicos descritos abaixo:

OBJETIVO INSTITUCIONAL

- *Consolidar a instituição, seus cursos e serviços com conceitos de excelência, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, estabelecendo com a comunidade uma relação de parceria e de comprometimento com a melhoria da qualidade de vida.*

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA O PERÍODO 2023 - 2027

- *Obter o reconhecimento dos cursos de Educação a Distância em cursos de graduação.*
- *Obter credenciamento como Centro Universitário.*
- *Obter autorização para atuar no ensino médio e técnico na modalidade a distância.*

No sentido de alcançar os objetivos específicos, este documento foi formulado com metas e ações direcionadas visando o desenvolvimento institucional, a manutenção da qualidade dos cursos ofertados, a implantação de novos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, a expansão dos espaços físicos, da infraestrutura, dos serviços e, principalmente, a consolidação dos recursos humanos.

ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO 2023 - 2027

Com base nos documentos institucionais e legislação pertinente à avaliação institucional – interna, externa e de cursos – procurou-se estruturar este PDI de acordo com as dimensões explicitadas naqueles documentos. Conforme as políticas instituídas foram definidas as seguintes áreas para a formulação de ações e metas para o período de vigência deste PDI:

- *Ensino*
- *Pós-Graduação*
- *Extensão e Responsabilidade Socioambiental*
- *Recursos Humanos e Gestão*
- *Infraestrutura*
- *Sustentabilidade financeira*

Para uma melhor visualização, essas informações foram organizadas numa tabela com as políticas, as ações e as metas para períodos de curto, médio e longo prazo. Quanto à dimensão temporal as metas foram definidas como:

- *curto prazo: de 2023 até 2024;*
- *médio prazo: de 2024 até o final de 2026; e*
- *longo prazo: de 2023 até o final de 2028.*

Considerando as metas prioritárias estabelecidas pela FACNOPAR, tomando por base as diretrizes para o período deste PDI e os documentos de avaliação institucional, foram definidos os seguintes Aspectos e Dimensões considerados na definição das ações e metas:

I. Programas para o Desenvolvimento Acadêmico

- *Implantação das bases metodológicas do PPI (ensino com extensão, interdisciplinaridade, indissociabilidade da teoria e da prática)*
- *Desenvolvimento e implantação de políticas pedagógicas institucionais para oferta de Educação a Distância nos diferentes níveis de ensino, com base nos padrões de excelência aplicados nos cursos presenciais.*
 - *Programa de Estágios Profissionais.*
 - *Programa de Bolsas.*
 - *Programa de Nivelamento.*
 - *Infraestrutura de acompanhamento das atividades e avaliações acadêmicas.*
 - *Sistema de informação de registro e controle acadêmico.*
 - *Sistema de acompanhamento de egressos.*
 - *Sistema integrado de contabilidade.*
 - *Sistema integrado financeiro.*
 - *Sistema integrado à Biblioteca.*

II. Programa de Preparação para a Inserção no Mundo do Trabalho

- *Semana Acadêmica para alunos finalistas do ensino médio.*
- *Programa de orientações gerais ao ingressante.*
- *Programa de Acompanhamento Psicopedagógico ao Discente.*
- *Desenvolvimento de cursos de educação continuada presencial e a distância.*

III. Programas Complementares de Qualidade Institucional

- *Sistemática de avaliação da qualidade da atividade docente.*
- *Programa de Qualidade de Vida da FACNOPAR.*
- *Programa de Qualidade de Trabalho e Ergonomia.*

CIDADE	Estado	População
Alfenas	MG	73.722
Barbalha	CE	55.373
Belo Horizonte	MG	2.375.444
Bom Jesus de Lapa	BA	63.508
Brasília	DF	2.789.761
Cachoeiro do Itapemirim	ES	198.878
Campos Geraes	MG	51.509
Catalão	GO	84.964
Ceilândia	DF	398.374
Contagem	MG	603.442
Dourados	MS	194.068
Feira de Santana	BA	556.756
Florianópolis	SC	477.798
Fortaleza	CE	2.447.409
Garanhuns	PE	130.580
Irecê	BA	66.404
Itacoatiara	AM	86.840
Jaraguá	SC	93.333
Itapipoca	CE	116.065
Itumbiara	GO	91.892
Manaus	AM	1.802.525
Marabá	PA	361.991
Paulo Afonso	BA	108.419
Rio Branco	AC	348.354
Rio Verde	MG	185.465
Santa Maria da Vitória	BA	40.571
São João del-Rei	MG	90.949
São Lourenço	MG	118.833
São Sebastião	DF	100.000
Serra	ES	409.324
Sobradinho	DF	128.789
Solânea	CE	188.277
Taguatinga	DF	221.909
Uberaba	MG	295.988
Uberlândia	MG	604.013
Valparaíso de Goiás	GO	122.771
Viçosa	MG	72.244
Vitória	ES	325.453

2.5 ÁREA DE ATUAÇÃO

A FACNOPAR, reconhecida pela excelência de seus cursos, sediada em Apucarana, possui uma grande área de atuação na Região do Vale do Ivaí, no Paraná, com alunos de várias cidades circunvizinhas. Também é reconhecida pela atuação junto à comunidade por suas ações extensionistas e cumprimento de sua responsabilidade socioambiental.

Consolidado o seu projeto inicial, pretende expandir o alcance de seu ensino e serviços a outras regiões do país com a obtenção de credenciamento para a Educação a Distância – EAD.

Para cumprir suas políticas educacionais no EAD, a FACNOPAR tem como objetivo atuar em todo o território nacional com oferta de cursos técnicos, licenciaturas, bacharelados e tecnológicos, pós-graduação lato sensu e cursos de extensão. No entanto, a Instituição definiu inicialmente como prioridade os estados do Paraná, Santa Catarina e DF para abertura de polos de apoio presencial. Numa segunda etapa, foram constituídos polos em São Paulo, Rio de Janeiro. A Instituição pretende estruturar polos nos seguintes estados: Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Rondônia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins conforme os padrões de qualidade estabelecidos pela Legislação vigente.

Para a implantação do EAD a instituição após estudo sobre dados estatísticos dos municípios, principalmente aqueles referentes ao ensino médio e superior, estabeleceu as cidades abaixo relacionadas para abertura de polos de apoio presencial para os próximos anos e destacou as cidades que já possuem polos autorizados: Brasília, Florianópolis (Rio Vermelho), Apucarana, Jandaia do Sul, Cornélio Procópio, Londrina, Rolândia, Tamarana.

CIDADE	Estado	População
Ananindeua	PA	471.744
Apucarana	PR	140.0000
Ariquemes	RO	91.570
Belém	PA	1.402.056
Bezerros	PE	58.675
Buritis	RO	32.383
Campo Largo	PR	112.342
Campo Novo do Parecis	MT	27.574
Campos dos Goytacazes	RJ	463.545
Cascavel	PR	286.172
Cornélio Procópio	PR	46.925
Cuiabá	MT	551.350
Curitiba	PR	1.764.540
Garanhuns	PE	129.392
Guarapuava	PR	189.252
Jandaia do Sul	PR	20.269
Loanda	PR	21.211
Londrina	PR	537.566
Lucas do Rio Verde	MT	45.556
Marabá	PA	233.462
Maracaju	MS	37.407
Maringá	PR	357.117
Nova Andradina	MS	47.126
Paranavaí	PR	81.595
Parauapebas	PA	166.342
Pinhais	PR	139.379
Ponta Grossa	PR	318.000
Recife	PE	1.536.934
Rio de Janeiro	RJ	6.323.037
Rondonópolis	MT	202.045
São José dos Pinhais	PR	263.488
Sapezal	MT	18.080
Serra Talhada	PE	79.241
Sinop	MT	116.013
Sorriso	MT	75.000
Tangará da Serra	MT	84.076
Três Lagoas	MS	103.224
Xinguara	PA	40.573
Rolândia	PR	64.028
Tamarana	PR	10.166

Quadro 01 – Relação das cidades para expansão dos polos.

CIDADE	Estado	População
Porto Velho	RO	442.701
Ji-Paraná	RO	118.092
Rolim de Moura	RO	50.648
Bagé	RS	116.792
Bento Gonçalves	RS	107.341
Cachoeirinha	RS	119.100
Guaíba	RS	95.230
Novo Hamburgo	RS	239.051
Porto Alegre	RS	1.409.939
Chapecó	SC	189.052
Criciúma	SC	193.988
Florianópolis	SC	421.203
Joinville	SC	549.981
Lages	SC	171.583
São Bento do Sul	SC	74.792
São José	SC	209.804
Assis	SP	95.156
Botucatu	SP	130.348
Campinas	SP	1.080.999
Diadema	SP	386.054
Espírito Santo do Pinhal	SP	42.549
Fernandópolis	SP	63.054
Guarulhos	SP	1.222.357
Itanhaém	SP	91.153
Itapira	SP	68.365
Jundiaí	SP	875.054
Leme	SP	91.804
Lençóis Paulista	SP	70.331
Limeira	SP	278.853
Marília	SP	216.684
Paulínia	SP	82.150
Peruíbe	SP	59.793
Pindamonhangaba	SP	147.034
Praia Grande	SP	260.769
Santa Barbara D'Oeste	SP	180.148
São Carlos	SP	221.936
São José dos Campos	SP	629.921
São Paulo	SP	11.376.685
Ubatuba	SP	78.870
Araguaína	TO	150.520
Palmas	TO	228.297

Quadro 02 – Relação de cidades e número de habitantes próximas de Apucarana.

SEQ	MUNICÍPIO	HABITANTES
01	Apucarana	140.000
02	Arapongas	104.161
03	Bom Sucesso	6.568
04	Borrazópolis	7.877
05	Califórnia	8.069
06	Cambira	7.236
07	Cruzmaltina	3.162
08	Faxinal	16.317
09	Godoy Moreira	3.836
10	Grande Rios	7.868
11	Ivaiporã	31.812
12	Jandaia do Sul	20.283
13	Jardim Alegre	12.325
14	Kaloré	4.503
15	Lidianópolis	3.972
16	Lunardelli	5.126
17	Mandaguari	32.669
18	Marilândia do Sul	8.855
19	Marumbi	4.599
20	Mauá da Serra	8.553
21	Novo Itacolomi	2.827
22	Rio Bom	3.334
23	Rolândia	57.870
24	Rosário do Ivaí	6.585
25	Sabáudia	5.413
26	São João do Ivaí	13.196
27	São Pedro do Ivaí	9.473
TOTAL		519.385

2.6 POLOS DE APOIO PRESENCIAL

Para o desenvolvimento das atividades de EAD, a FACNOPAR, inicialmente, conta com os seguintes polos de apoio presencial:

- **SEDE**

Apucarana é um polo regional de educação que abrange toda a Região do Vale do Ivaí. Ainda é grande a demanda por curso superior, de pós-graduação e educação continuada em nas cidades circunvizinhas, relacionada no quadro abaixo:

A localização geográfica, além de polo da região do Vale do Ivaí, coloca Apucarana entre pontos equidistantes de duas cidades de maior população-do interior do Paraná: Londrina e Maringá, sendo, portanto, servida por adequada rede de transportes, facilitando o acesso de alunos de outros municípios.

A população estimada para 2018 do município de Apucarana é de 140.000 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 558.389 Km². O IDHN é de 0,748, considerado alto e mostra uma tendência ascendente considerando os índices anteriores.

Apucarana tem uma tradição agrícola muito forte, mas nos últimos anos tem atraído indústrias e é considerada hoje a Capital Nacional do Boné.

Na área educacional, a cidade possui 975 docentes atuando no ensino fundamental, distribuídos em 64 escolas e no ensino médio existem 487 docentes em 25 escolas. É bastante significativo o número de matrículas no ensino médio: 5.314.

No ensino superior, Apucarana proporciona cursos de ensino superior e educação continuada, mas existe demanda para cursos a distância considerando a população e distância das cidades da região.

Considerando a demanda atual para os cursos a distância, a Instituição dispõe de infraestrutura adequada para ofertar essa modalidade de ensino, funcionando como um polo de apoio presencial para levar educação de qualidade a um maior número de pessoas.

A FACNOPAR oferta cursos tecnológicos, licenciaturas e bacharelados na modalidade a distância na sede, proporcionando ao aluno a oportunidade de cursar graduação e pós-graduação com composição curricular mais flexível o que favorece a oportunidade de ensino superior de qualidade, principalmente, ao aluno que trabalha.

A FACNOPAR oferta dos seguintes cursos, na modalidade a distância: Administração, Gestão Recursos Humanos, Gestão Ambiental, Logística e Pedagogia que são voltados para suprir recursos humanos na área da indústria, produção agrícola, serviços e também para atender a necessidade da área educacional.

- **POLO DE CORNÉLIO PROCÓPIO**

A cidade foi fundada pelo Coronel Cornélio Procópio de Araújo Carvalho, figura de destaque na época do Império. A chegada da ferrovia está intimamente ligada com a colonização, surgimento e desenvolvimento da cidade. A Ferrovia trouxe consigo trabalhadores ingleses e portugueses, além dos pioneiros paulistas e mineiros em sua maioria.

A Companhia Ferroviária Noroeste do Paraná foi criada em 1920, por um grupo paulista, trocando essa denominação, em 1923, para Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. Cornélio Procópio surgiu e desenvolveu-se às margens do km 125 da ferrovia, esta também detentora de interessante história que funde-se com a própria história do Norte do Paraná.

O município de Cornélio Procópio foi criado pelo Decreto nº 6.212, de 18 de janeiro de 1938. Desde sua emancipação política Cornélio Procópio vem crescendo e se destacando no cenário regional, como o demonstra o fato de ser sede dos núcleos regionais de diversas secretarias estaduais, como a da Educação, da Agricultura, do Trabalho e da Saúde, bem como de serviços e agências estaduais e federais.

A população estimada pelo IBGE, para 2018, é de 48.420 habitantes distribuídos em 635.100 Km². O IDHM do município é 0,759, considerado muito bom. A cidade de Cornélio Procópio é um polo regional educacional para o qual convergem alunos das cidades da região.

Em 2011, a cidade possuía 1878 empresas, conforme Cadastro Geral de Empresas (IBGE, 2017), mostrando pleno desenvolvimento e atendendo serviços de saúde, comércio, indústria e educação.

Na área da educação, a cidade possui 398 docentes do ensino fundamental em 32 escolas e 281 docentes no ensino médio que atuam em 13 escolas. No ensino

superior, o município possui 29 instituições de ensino superior com 2.613 alunos matriculados nos cursos presenciais.

O ensino presencial vem apresentando uma queda no número de alunos desde 2006, porque é grande a procura por curso de graduação na modalidade a distância. O EAD permite uma flexibilidade maior de horário possibilitando aos acadêmicos que trabalham nas empresas e unidades de serviços fazerem um curso superior de qualidade.

O Polo de Cornélio Procópio quando foi autorizado foi administrado por Richard Willian Maturana, e funcionou na Rua Alberto Carazzae nº 916, com o compromisso com a oferta de cursos de qualidade, com infraestrutura adequada ao ensino superior, com possíveis expansões conforme demanda de alunos. Os cursos ofertados inicialmente no polo são: Administração, Gestão de Recursos Humanos, Logística e Pedagogia.

Também estão sendo ofertados, na modalidade a distância, cursos de extensão e de pós-graduação lato sensu.

- **POLO DE FLORIANÓPOLIS**

A cidade de Florianópolis é a capital do Estado de Santa Catarina, conhecida também como "Ilha da Magia". Situa-se no litoral catarinense, e conta com uma parte insular, a ilha de Santa Catarina, e outra parte continental.

Foi considerável o número de navegadores de várias nacionalidades que desde o início do século XVII visitaram a ilha. A ilha, por sua posição estratégica como vanguarda dos domínios portugueses no Brasil meridional, passa a ser ocupada militarmente a partir de 1737, quando começam a ser erguidas as fortalezas necessárias à defesa do seu território.

Com a ocupação, tiveram prosperidade a agricultura e a indústria manufatureira de algodão e linho, permanecendo resquícios desse passado no que se refere à confecção artesanal da farinha de mandioca e das rendas de bilro. Em meados do século XVIII, verifica-se a implantação das "armações" para pesca da baleia, cujo óleo era comercializado pela Coroa fora de Santa Catarina, não trazendo benefício econômico à região.

No século XIX, Florianópolis, que nessa época era denominada Desterro, tornou-se Capital da Província de Santa Catarina em 1823 e inaugurou um período de prosperidade, com o investimento de recursos federais. Projetou-se a melhoria do porto e a construção de edifícios públicos, entre outras obras urbanas. A modernização política e a organização de atividades culturais também se destacaram.

Florianópolis tem sua economia alicerçada nas atividades do comércio, prestação de serviços públicos, indústria de transformação e turismo. Dentre os atrativos turísticos da capital salientam-se, além das magníficas praias, as localidades onde se instalaram as primeiras comunidades de imigrantes açorianos, como o Ribeirão da Ilha, a Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa e o próprio centro histórico da cidade de Florianópolis.

Atualmente o município de Florianópolis possui uma área de 675.409 Km² e uma população estimada de 453.285 habitantes para 2013. O IDHM do município é de 0,847, considerado um índice muito bom.

As empresas estabelecidas em Florianópolis, com atividade principal em turismo, serviços educacionais e de saúde. No total são 24.152 empresas atuantes. A Região Metropolitana de Florianópolis, também conhecida como Grande Florianópolis, apresenta processo de desenvolvimento com crescimento urbano contínuo.

Para o Estado de Santa Catarina, a Região Metropolitana de Florianópolis constitui-se numa área estratégica para o desenvolvimento do estado. Nela encontram-se algumas das melhores praias do país, com intensa atividade das empresas relacionadas ao turismo, comércio e serviços com necessidade crescente de trabalhadores qualificados.

Na educação, Florianópolis conta hoje com um número muito expressivo de professores na educação básica: 2.431 docentes no ensino fundamental, 1.164 professores do ensino médio e 825 professores do ensino pré-escolar. O número de matrículas também é considerado positivo, com destaque para o ensino médio com 17.270 matrículas. A demanda por professores capacitados tem aumentado significativamente no município de Florianópolis. Professores e alunos do ensino médio constituem um número expressivo da demanda por cursos de graduação e de pós-graduação. O município conta atualmente com oferta de 188 cursos de graduação na

modalidade presencial com 35.176 alunos matriculados em suas Universidades, Centros Universitários e Faculdades.

Apesar da oferta, ainda é grande a procura por curso de graduação na modalidade a distância que dá a oportunidade ao aluno que trabalha de cursar ensino superior de qualidade por proporcionar ao aluno uma maior flexibilidade de horário na realização dos conteúdos curriculares.

A FACNOPAR estabeleceu o Polo de Apoio Presencial de Florianópolis, na Rua Servidão Reginaldo José Sagaz, nº. 281/03, Bairro Ingleses que possui a infraestrutura necessária ao ensino superior, com possíveis expansões, caso necessário. Os cursos de graduação que serão ofertados inicialmente para atender à demanda no município de Florianópolis são: Administração, Gestão de Recursos Humanos, Logística, Gestão Ambiental e Pedagogia. Também serão ofertados no Polo de Florianópolis cursos de extensão e de pós-graduação.

- **POLO DE JANDAIA DO SUL**

O município de Jandaia do Sul está localizado no Terceiro Planalto Paranaense, na região Norte do Paraná. Possui atualmente uma área de 187.600 Km² e uma população estimada de 21.057 habitantes em 2013. O IDHM de Jandaia do Sul é de 0,747, considerado positivo.

Jandaia do Sul, seguindo a tradição dos municípios do norte do Paraná, tem na agricultura e pecuária as principais fontes de renda do Município. Existem no município 1.043 empresas atuantes e na pecuária, destaca-se o grande número de granjas de aves e de porcos e criação de gado, constituindo 161 estabelecimentos agropecuários que demandam mão-de-obra especializada em atividades administrativas, logística e preservação do meio ambiente.

Os dados do ensino em Jandaia do Sul podem ser resumidos em: 200 docentes do ensino fundamental, 98 docentes do ensino médio e 31 docentes no ensino pré-escolar. O município possui 15 escolas do ensino fundamental, 5 escolas do ensino médio e 12 escolas do ensino pré-escolar. O município possui 2610 matrículas no ensino fundamental e 895 no ensino médio.

Na área do ensino superior, Jandaia do Sul conta hoje com 12 cursos de graduação e 1.085 alunos matriculados que provém da região circunvizinha e do próprio município. Contudo, existe demanda para novos cursos, em especial, na área de gestão.

Ainda é grande a procura por curso de graduação na modalidade a distância que dá a oportunidade àquele que se dedica ao trabalho nas empresas e unidades de serviços, por proporcionar ao aluno uma maior flexibilidade de horário e de realização dos conteúdos curriculares com ensino de qualidade.

Dessa forma, o Polo de Apoio de Jandaia do Sul será um polo próprio, isto é, administrado pela FACNOPAR, no Colégio São Marcos, sito a Rua José Maria de Paula Rodrigues, nº 1825, que tem compromisso com a oferta de cursos de qualidade, com infraestrutura adequada ao ensino superior, com possíveis expansões conforme demanda de alunos. Os cursos que serão ofertados inicialmente no polo são: Administração, Gestão de Recursos Humanos, Logística, Gestão Ambiental e Pedagogia. Também serão ofertados, na modalidade a distância, cursos de extensão e de pós-graduação lato sensu.

- **POLO DE LONDRINA**

O início da povoação de Londrina data de 1930, quando chegaram os primeiros compradores de terra e os colonos nacionais, alemães e japoneses, procedentes do Estado de São Paulo, orientados por agenciadores da Companhia de Terras Norte do Paraná.

Implantou-se o plano de colonização e povoamento do setentrião paranaense, de propriedade da Companhia de Terras Norte do Paraná, sendo sua maior acionista a firma "Paraná Plantations Limited" de Londres, em virtude de compra de mais de 500.000 alqueires de terras, com a outorga do título de propriedade pelo Governo do Estado.

O Distrito e o Município foram criados em 3 de dezembro de 1934, pelo Decreto-Lei n.º 2.519. A instalação ocorreu em 10 de dezembro do mesmo ano.

Entre 2000 e 2010, Londrina aumentou os índices de educação, renda e expectativa de vida. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,778, o que representa um crescimento de 62 pontos em dez anos e faz o IDH de Londrina ser

considerado de alto desenvolvimento. Em todo o País, apenas 44 municípios possuem essa classificação, a maior parte deles nos estados de São Paulo e Santa Catarina.

Atualmente o município de Londrina possui uma área de 1.653.075 Km² e uma população estimada de 537.566 habitantes para 2013.

Os dados do ensino em Londrina podem ser resumidos em: 3.484 docentes que atuam no ensino fundamental, 1468 docentes do ensino médio e 1026 docentes no ensino pré-escolar. O município possui 207 escolas do ensino fundamental, 72 escolas do ensino médio e 281 escolas do ensino pré-escolar.

Londrina tornou-se um centro de prestação de serviços, com enfoque principal nos serviços de saúde, além da sua vocação agrícola, pecuária e educacional. A cidade conta atualmente oferta de 197 cursos na modalidade presencial com 35.086 alunos matriculados em suas Instituições de Ensino Superior.

Contudo, ainda é grande a procura por curso de graduação na modalidade a distância que dá a oportunidade àquele que se dedica ao trabalho nas empresas e unidades de serviços por proporcionar ao aluno uma maior flexibilidade de horário e de realização dos conteúdos curriculares com ensino de qualidade.

Dessa forma, a FACNOPAR estabeleceu o Polo de Apoio Presencial de Londrina, na Rua Alagoas 2001, sob responsabilidade de Richard Willian Maturana, que firmou compromisso de fornecer a infraestrutura necessária ao ensino superior, com possíveis expansões, caso necessário. Os cursos ofertados inicialmente para atender a demanda da cidade de Londrina são: Administração, Gestão de Recursos Humanos, Logística, Gestão Ambiental e Pedagogia.

- **POLO DE MAUÁ DA SERRA**

A história do município de Mauá da Serra remonta ao ano de 1928, quando, no território de Araruva, teve início um núcleo habitacional denominado “Bairro dos Mirandas”, constituídos por membros da família Miranda, ou irmãos Miranda – Pedro, Antônio, Merzido e outros. Em 1930, a região que já contava com outras famílias de agricultores, passou a ser conhecida por Lagoa Bonita, nome originário de uma grande lagoa. Mais tarde, no local onde hoje é sede do município de Mauá da Serra, formou-se um pequeno núcleo de moradores, sendo denominada de Munhoz da Rocha em

homenagem ao então governador Bento Munhoz da Rocha. O pioneiro Donato José dos Santos foi o primeiro morador dessa localidade. Os primeiros comerciantes foram Salvador Maurício da Silva, João Bento e Antônio Cordeiro. Em 1954, o colonizador Jamil Assad Jamus, responsável por diversos loteamentos na área de Apucarana, lançou o empreendimento imobiliário denominado Cidade Mauá, com vendas de lotes urbanos. Deu-se, assim, o início planejado da cidade, na qual os primeiros comerciantes foram Cezinando Rodrigues, José Rodrigues de Oliveira, Genipe Rodrigues e outros. A partir de 1957, deu-se a grande arrancada para o desenvolvimento com a chegada de membros da colônia japonesa que transformaram a região num verdadeiro celeiro agrícola.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Mauá da Serra, pela Lei n.º 8.416 de 21-11-1986, subordinado ao município de Marilândia do Sul. Em divisão territorial datada de 1988, o distrito de Mauá da Serra, figura no município de de Marilândia do Sul.

Elevado à categoria de município com a denominação de Mauá da Serra, pela Lei Estadual n.º 9.272, de 24-05-1990, desmebrado do município de Marilândia do Sul. Sede no atual distrito de Mauá da Serra (ex-localidade) Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada de 1993, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2017.

• POLO DE BORRAZÓPOLIS

A história do município de Borrazópolis, está intimamente ligada à Colonizadora Rio Bom de propriedade do banco do Rio Grande do Sul S/A que, como detentora de uma gleba de terras, situada no Vale do Rio Ivaí, própria para a cultura do café, deu início, em 1948, à organização de um Patrimônio, derrubando a floresta, abrindo estradas, medindo e demarcando datas e promovendo a vinda dos interessados na compra de terras na localidade. Estava, assim, criado um povoado cuja primitiva denominação era “Catugi” e que, dado ao seu vertiginoso progresso, em apenas cinco anos, ou seja, de 1948 a 1953, passou de um simples Patrimônio localizado no interior do município de Apucarana, a município autônomo, possuindo a sua sede os foros de cidade.

O topônimo é em homenagem a Francisco José Borraz, Superintendente Geral do Banco do Rio Grande do Sul S/A, e que foi um dos fundadores e impulsionadores do seu progresso.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Catugi, pela Lei Estadual n.º 790, de 14-11-1951, subordinado ao município de Rio Bom. Pela Lei Municipal n.º 8, de 27-01-1953, é criado o distrito de Santo Antônio do Palmital com as terras do distrito de Catugi e anexado ao município de Rio Bom. Pela Lei Estadual n.º 1.132, de 12-06-1953, é transferida a sede do município, passando o distrito à condição de município com a

denominação de Catugi e Rio Bom à condição de distrito. Pela Lei Estadual n.º 14, de 06-08-1954, é transferido o distrito de Rio Bom do município de Catugi para o de Araruna. Pela Lei Estadual n.º 250, de 18-11-1954, o município de Catugi passou a denominar-se Borrazópolis. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 2 distritos: Borrazópolis e Santo Antônio do Palmital.

Pela Lei Estadual n.º 4.059, de 28-04-1964, é transferido o distrito de Santo Antônio do Palmital do município de Borrazópolis para o novo município de Rio Bom.

Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2017.

- **POLO DE ROLÂNDIA**

Rolândia é um município brasileiro do norte do estado do Paraná, localizado na Região Metropolitana de Londrina. Sua população estimada é de 63.316 habitantes.

História

A cidade de Rolândia foi fundada pela “Companhia de Terras Norte do Paraná”, subsidiária da “Paraná Plantation Ltda”, cujos donos eram ingleses. No dia 29 de junho de 1934, iniciou-se a construção da primeira casa no perímetro urbano, o Hotel Rolândia. Daí para frente as construções se sucederam e uma próspera vila emergiu no local da mata. Nascia Rolândia.

A fama da fertilidade da “Terra Roxa” se espalhou por todos os rincões do país e o Norte do Paraná ficou sendo conhecido como a Canaã Brasileira. Logo, estrangeiros mineiros, paulistas, baianos e filhos de imigrantes alemães radicados em Santa Catarina e Rio Grande do Sul estavam povoando e construindo Rolândia. Os imigrantes estrangeiros foram direcionados a se estabelecerem aqui, ou por alguma Sociedade que cuidava da imigração, ou por orientação da própria Companhia de Terras.

Dos imigrantes estrangeiros que colaboraram no desenvolvimento de Rolândia, destacam-se japoneses, alemães, italianos, portugueses, espanhóis, sírio-libaneses, húngaros, suíços, poloneses, tchecos, austríacos, entre outros. O nome de Rolândia é de origem germânica, nome dado em homenagem a Roland, legendário herói alemão,

que na Idade Média guerreava ao lado de seu tio, Carlos Magno, e seu lema era lutar pela “Liberdade e Justiça”. Após a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha foi assolada por uma grande crise econômica. Alguns políticos alemães, interessados em solucionar os problemas, principalmente dos filhos dos pequenos lavradores, criaram Companhias com objetivo de incentivar a imigração. Entre estas se destacou a “Companhia Para Estudos Econômicos Além-Mar”. Esta Companhia teve como 1º Presidente o Ministro Alemão Hans Luther, e alguns anos após, Erich Koch-Weser assumiu a presidência. Neste período muitas Companhias Colonizadoras Inglesas ofereciam terras aos interessados em imigração, entre elas, a “Paraná Plantation Ltda.” que possuía duas filiais no Brasil, A “Companhia de Terras Norte do Paraná” e a “Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná”. Ao assumir a presidência da Companhia para Estudos Econômicos Além-Mar, Erich Koch-Weser convidou Oswald Nixdorf para estudar junto à “Paraná Plantation”, um local ideal para dar início a uma colonização alemã no Brasil. (1931): Escolhido o local, em 1932, Nixdorf é contratado pela Companhia Alemã, com a finalidade de seguir para o Brasil e aqui orientar os imigrantes alemães. No início, os imigrantes que se dirigiram ao Brasil eram basicamente constituídos de filhos de agricultores ou pessoas que queriam tentar a sorte em outro país. Contudo, a partir das perseguições políticas, religiosas e raciais, desencadeadas pelo Nazismo, o tipo de imigrante mudou. Todo aquele que, de uma maneira ou de outra, temia a política repressiva do Nazismo procurou sair da Alemanha. Políticos, religiosos e alemães-judeus (estes quase todos com cursos universitários) vão engrossar o número daqueles que procuraram vir para Rolândia. Em 1934, inicia-se na Alemanha uma restrição à imigração. Até então, o valor que cada imigrante poderia levar consigo era de dez mil marcos. Com a restrição, este valor caiu para dez marcos. A Companhia de Terras logo encontrou a solução, a da PERMUTA. Como a Companhia de Terras precisava de material para levar a Estrada de Ferro até Rolândia e a Alemanha possuía este material (trilhos etc.), ficou combinado que o dinheiro do imigrante ficaria na própria Alemanha. O imigrante compraria o material ferroviário que a Companhia de Terras precisava e em troca recebia títulos que equivaliam a terras em Rolândia. Graças a esta forma de permuta, a Companhia de Terras conseguiu o prolongamento da Estrada de Ferro até Rolândia. Em janeiro de 1935 aqui chegava pela primeira vez a famosa Maria Fumaça. A contribuição dos imigrantes estrangeiros e dos migrantes brasileiros foi de

fundamental importância no desenvolvimento de nossa cidade. Os primeiros anos foram de muitas dificuldades, mas a vontade de vencer e de sobreviver fez do pioneiro um forte, verdadeiro herói anônimo, que além de tudo teve que suportar as agruras decorrentes da Segunda Guerra Mundial.

Rolândia, a exemplo de outras cidades brasileiras, cujos nomes eram de origem germânica, teve que mudar seu nome (assim como Cambé). Em 30 de dezembro de 1943, ao mesmo tempo em que era criado o município de Rolândia, o nome foi trocado para Caviúna. Somente em 1947 é que retornou o antigo nome Rolândia. Hoje, aos 68 de sua fundação, podemos dizer que Rolândia é uma cidade humana, cuja riqueza ainda é proveniente da agricultura. No começo, os cafezais é que geravam a riqueza; hoje, a diversificação da agricultura se faz presente com destaque na soja, milho, trigo, cana de açúcar e laranja. Rolândia conta ainda com uma empresa frigorífica, uma cooperativa agropecuária, uma usina de álcool, um setor pecuarista e parque industrial fortes.

Geografia

A sede do município está situada a 730 metros de altitude. Os municípios limítrofes são Jaguapitã e Cambé (norte), Londrina (leste), Arapongas (sul) e Pitangueiras (oeste). Seu território estende-se pelas microbacias hidrográficas do ribeirão Vermelho, do rio Tibagi e do rio Bandeirantes do Norte.

- **POLO DE NOVA FRIBURGO- JACAREPAGUÁ- RJ**

A colonização do território pertencente aos municípios de Nova Friburgo e Cantagalo data do reinado de D. João VI, que autorizou, em 1818, a vinda de 100 famílias suíças, oriundas do cantão de Friburgo, para criação de uma “colônia”.

Nomeado inspetor da povoação recém-formada, o Monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros, instalou a sede da colônia, sob a denominação de Nova Friburgo, em vista da procedência dos colonizadores. As primeiras levas de colonos suíços chegaram, em número de 30 famílias, em fins de 1819 e começos de 1820, depois de serem construídos os edifícios imprescindíveis à vida da colônia.

A 3 de janeiro de 1820, considerando o progresso da colônia, baixou o governo alvará

que concedia a Nova Friburgo predicamento de “Vila” e desmembrava suas terras da área de Cantagalo. A instalação da Vila verificou-se aos 17 de abril do mesmo ano, localizando-se a sede na povoação do Morro Queimado.

Em 1823, foi incumbido o major George Antônio Scheffer de contratar na Alemanha a vinda de novos imigrantes para o Brasil, destinados às colônias de Leopoldina e Frankenthal, fundadas na Bahia em 1816. Os colonos foram desviados, porém, desses destinos e, por motivos ignorados, encaminhados para Nova Friburgo, onde chegaram a 3 de maio de 1824. Em 1831, terminou o sistema de administração especial da colônia, passando sua gestão à competência da Câmara da Vila. Mais tarde, com a chegada de imigrantes italianos, portugueses e sírios, acentuou-se o progresso da localidade, que a 8 de janeiro de 1890 era elevada à categoria de cidade.

Formação Administrativa

Freguesia criada com a denominação de Nova Friburgo, pelo Decreto de 03-01-1821, subordinado ao município de Cantagalo. Elevado à categoria de vila com a denominação de Nova Friburgo, por Alvará de 03-01-1820, desmembrado do termo da antiga Vila de Cantagalo. Sede na antiga povoação de Morro Queimado. Instalado em 17-04-1820. Pela Deliberação de 18-10-1889, é criado o distrito de Lumiar e anexado à vila de Nova Friburgo.

Pela Deliberação de 08-08-1890, o distrito de Lumiar passou a denominar-se São Pedro. Recebeu foros de cidade com a denominação de São Lumiar, pelo Decreto Estadual n.º 34, de 08-01-1890. Pela Lei Estadual n.º 519, de 17-12-1901, o distrito de Lumiar voltou denominar-se São Pedro. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Nova Friburgo é constituído de 2 distritos: Nova Friburgo e São Pedro.

Pela Lei Estadual n.º 1.242, de 22-02-1915, o distrito de São Pedro volta a denominar-se Lumiar. Pela Lei Estadual n.º 1.809, de 25-01-1924, são criados os distritos de Amparo, Terras Frias e Estação do Rio Grande, e anexados ao município de Nova Friburgo. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município de Nova Friburgo é constituído de 5 distritos: Nova Friburgo, Amparo, Estação do Rio Grande, Lumiar e Terras Frias. Assim permanecendo em divisões territoriais datada de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo Decreto-lei Estadual n.º 392-A, de 31-03-1938, o distrito de Terras Frias passou a denominar-se Campo do Coelho e Estação Rio Grande a denominar-se simplesmente Rio Grande. Pelo Decreto Estadual n.º 641, de 15-12-1938, o distrito de Amparo passou a denominar-se Refúgio. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Nova Friburgo, Campo do Coelho (ex-Terras Frias), Lumiar, Refúgio (ex-Amparo) e Rio Grande (ex-Estação Rio Grande). Pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.056, de 31-12-1943, o distrito de Rio Grande passou a denominar-se Riograndinha. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 5 distritos: Nova Friburgo, Campo do Coelho, Lumiar, Refúgio e Riograndina (ex-Rio Grande). Pela Lei Estadual n.º 1.428, de 07-01-1952, é criado o distrito de Conselheiro Paulino (ex-povoado) e anexado ao município de Nova Friburgo. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 6 distritos: Nova Friburgo, Amparo (ex-Refugio), Campo Coelho, Conselheiro Paulino, Lumiar e Riograndina.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1983.

Pela Lei Estadual n.º 1.363, de 12-10-1988, homologado pela Lei Municipal n.º 2.107, de 02-04-1987, é criado o distrito de São Pedro da Serra, com área formada com parte dos distritos de Amparo e Lumiar e anexado ao município de Nova Friburgo.

Em Síntese de 31-XII-1994, o município é constituído de 7 distritos: Nova Friburgo, Amparo, Campo do Coelho, Conselheiro Paulino, Lumiar, Riograndina e São Pedro da Serra. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

- **POLO DE NOVA IGUAÇU- RIO DE JANEIRO**

O Município de Iguassú foi criado no dia 15 de janeiro de 1833, com sua sede instalada às margens do Rio Iguassú, que serviu de inspiração para o seu nome. Ele surgiu a partir da Vila de Iguassú – uma localidade que desde o século XVIII era utilizada como pouso de tropeiros que faziam o Caminho de Terra Firme. Ainda em 1822, durante o Ciclo do Café, foi aberta a Estrada Real do Comércio, que em conexão com os portos de Iguassú, escoava a produção de cana-de-açúcar e do café plantado nas serras. O movimento foi tão expressivo que provocou a mudança do status de Vila para Município.

Em 1858, com a inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II, iniciou-se o crescimento do Arraial de Maxambomba. Por conta disso, foi realizada a transferência da sede do município para um novo centro econômico. Em 1916, Maxambomba passa a se chamar Nova Iguassú.

No século XX, a principal atividade do Município passa a ser o plantio de laranjas. Os pomares de Nova Iguaçu se estendiam por toda a Estrada de Madureira, Cabuçu, Marapicu, alcançando também Itaguaí. Na época, Nova Iguaçu ficou conhecida como “Cidade Perfume” por causa do cheiro das frutas. Porém, diante de forte influência da Segunda Guerra Mundial, aconteceu a explosão demográfica da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro. Seu cultivo e exportação da laranja entraram em decadência levando a economia da cidade, o que culminou na divisão do território.

Foi a partir da década de 40 que surgiu o processo de emancipação do Município. Nova Iguaçu perdeu Duque de Caxias (1943), Nilópolis e São João de Meriti (1947). Nos anos 90, foi a vez de Belford Roxo e Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999). Vale lembrar que em 1952, com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra e a recuperação da malha ferroviária, a cidade passou por um aumento populacional e assumiu outras funções, entre elas, a de cidade dormitório e de corredor de acesso à capital.

Hoje, Nova Iguaçu é o maior município da Baixada Fluminense em extensão territorial e segundo em população. Possui um dos centros comerciais mais importantes

do Estado do Rio de Janeiro, um polo que atrai consumidores das cidades de seu entorno.

- **POLO DE BAURU- SP**

Primeiros Tempos da Nossa Bauru -Foi por volta de 1856 que Felicíssimo Antônio de Souza Pereira e Antônio Teixeira do Espírito Santo, ao se estabelecerem nesta região, iniciaram um difícil trabalho, isto é, a derrubada das matas seculares, onde ergueram paliçadas rústicas e levantaram casebres para que pudessem alojar suas famílias. O duro aço das ferramentas feria, pela primeira vez, a terra recém-conquistada, com o início de diferentes plantações. Para garantir sua propriedade, Felicíssimo Antônio de Souza Pereira se deslocou até Botucatu, numa viagem demorada e lá registrou a posse, colocando no final do documento: Bauru, 15 de abril de 1856. Era, talvez, a primeira vez que o nome de Bauru, como povoado, aparecia em um documento oficial.

Começava, desta maneira, a surgir a Vila de Bauru, um lugarejo modesto, humilde, mas que tinha tudo para expandir e transformar-se na grande cidade que hoje é. Chegavam novos moradores, parentes e conhecidos daqueles dois desbravadores considerados os fundadores de nossa cidade. Azarias Ferreira Leite, nascido na localidade de lavras, Minas Gerais, no dia 8 de dezembro de 1866, aqui chegou pela primeira vez em fins do século passado, tendo retornado em outras ocasiões para, em 1888 radicar-se definitivamente em Bauru com sua mulher Vicentina, filha de outro influente pioneiro -João Batista de Araújo Leite -que com ele para cá veio(era tio e sogro de Azarias). Novos colonos surgiram atraídos pela fecundidade dos sertões de Bauru, para aventurar fortuna.

A lavoura cresceu e, onde anteriormente eram matagais, aparecia, agora, o verdor das plantações enfileiradas. Foi o início da marcha para o Oeste, o desabrochar de uma esperança para aquela região do Estado de São Paulo. De diferentes pontos do território brasileiro chegavam homens destemidos, e até mesmo representantes de outros povos que para o Brasil imigravam, para Bauru vinham e, assim, naquela mescla de raças se alicerçava a pequenina localidade. Nossa modesta vila era subordinada ao

município de Fortaleza (próximo de Agudos) criado em 1887, cuja instalação, bastante solene, aconteceu no dia 7 de janeiro de 1889. No entanto, Bauru progredia e as quatro léguas que separavam o lugarejo nascente da sede do município eram um entrave ao seu progresso, principalmente quanto às dificuldades para a legalização de qualquer ato, por esse motivo um movimento emancipador começava a ganhar força.

Em 1888, a Câmara Municipal de Lençóis a cujo município Bauru pertencia, por proposta que partiu do vereador Faustino Ribeiro da Silva, então presidente da edilidade daquela cidade, foi nomeado arruador para o patrimônio de Bauru o cidadão Vicente Ferreira de Faria. A ele coube tomar as primeiras providências que diziam respeito à urbanização da vila, delineando ruas e determinando o alinhamento das casas. O trecho da estrada onde já existiam construções passou a ser chamado de rua principal. As primeiras casas se localizavam na altura dos quarteirões 4, 5, 6, 7 e 8 da Araújo Leite. Ali foi o centro comercial dos primórdios de Bauru.

Quanto à vida religiosa da terra bauruense, salientamos que foi ainda em 1888 que Faustino Ribeiro da Silva solicitou, à Câmara Municipal de Lençóis, um auxílio financeiro para o começo da construção de uma igreja em Bauru, finalmente erguida sobre quatro vigas de aroeira. Desta maneira, nasceu o primeiro templo católico dedicado ao Espírito Santo, onde os bauruenses expressavam suas religiosidades.

A igrejainha estava entre a atual porta principal da Catedral e o coreto, por onde posteriormente veio a passar a rua Batista de Carvalho, visto a demolição do lendário templo em 1913. Lembramos que o primeiro sinal de religiosidade da então vila de Bauru surgiu com o erguimento de uma cruz, nos idos de 1886, bem defronte à atual catedral, no então Largo Municipal ou Jardim Público e que, a partir de 1923, recebeu a denominação mantida até hoje, isto é, praça Rui Barbosa.

Foi assim que teve início a história da Paróquia do Divino Espírito Santo. Sempre lutando por Bauru, Araújo Leite e Azarias Leite em 1893 viajaram para São Paulo e lá procuraram os seus amigos de maior prestígio quando demonstraram o desenvolvimento e as possibilidades da região de Bauru, pedindo que entrassem em contato com as autoridades, a fim de que fosse criado um Distrito de Paz na cidade. Apesar da séria oposição de Lençóis e Fortaleza, finalmente no dia 30 de agosto de 1893 o dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado de São Paulo, promulgou a Lei

nº 209 que criou um Distrito de Paz na povoação de Bauru, anexa ao município de vila de Fortaleza.

Aconteceram então as eleições para a escolha do primeiro juiz de Paz bauruense e nada mais justa a preferência que recaiu na pessoa de João Baptista de Araújo Leite, nome este sufragado por unanimidade. A instalação do Distrito aconteceu festivamente no dia 6 de julho de 1894, numa das salas da residência de Manoel Jacynto Bastos, em frente ao cruzeiro que este ajudara a levantar na praça Rui Barbosa, do lado da rua Gustavo Maciel. Outro fato importante para a vida bauruense estava para acontecer, visto que o modesto povoado iria realizar as suas primeiras eleições e, no auge das discussões entre os políticos de Bauru e os de Fortaleza, uma honrosa composição foi proposta, com os líderes de nossa cidade fingindo aceitar, possibilidades, que o sangue não viesse manchar aquele acontecimento.

No Cartório de João Pedro de Oliveira funcionou a seção eleitoral do Distrito e o juiz de Paz, Araújo Leite, foi quem a presidiu sob os olhares rigorosos de uma fiscalização atenta de ambos os lados. E assim chegou-se o final do pleito (30 de julho de 1895), felizmente com a ausência de um conflito que estava previsto, mas não consumado. Procedida a votação, seis bauruenses conseguem se eleger: Manoel Jacynto Bastos, Domiciano Silva, João Antônio Gonçalves, José Alves de Lima, Joaquim Pedro da Silva e Francisco Pereira da Costa Ribeiro. Ardentes protestos são formulados pelos moradores da decadente vila de Fortaleza e até mesmo recursos surgem. Mas, em vão! O Senado Estadual ordena que a 7 de novembro se fizesse legalmente a apuração e a 7 de janeiro do ano seguinte os eleitos fossem empossados. A justiça vencera a prepotência e Bauru passou a comandar o domínio e a liderança no município, com a conquista do legislativo.

- **POLO DE LAGES- SC**

Habitada até o século XVIII por índios caingangues e xoclingues, começou sua história com a construção da estrada ligando as províncias do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Em seguida alguns colonos iniciaram fazendas de gado e de exploração de erva-mate e madeira. Isso fez surgir conflitos entre índios e colonos ocasionados pela

disputa dos pinheirais. Os pinhões de araucária e animais eram a fonte de alimento básica dos índios.

Fundada em 1766 pelo bandeirante paulista Antônio Correia Pinto de Macedo, Lajes servia inicialmente como estalagem para a rota comercial entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, principalmente na passagem do gado dos campos gaúchos para abastecer os trabalhadores da extração de ouro em Minas Gerais.

Correia Pinto batizou-a assim devido à abundância da pedra laje na região, o nome original era Nossa Senhora dos Prazeres dos Campos das Lajens.

Instituída vila pelo governador de São Paulo Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Lajes teve seu território transferido da capitania de São Paulo para a capitania de Santa Catarina, por D. João VI, em 9 de setembro de 1820.

Décadas após o fim da Revolução Farroupilha, teve seu primeiro paço municipal edificado entre 1898 e 1902.

Formação Administrativa

Freguesia criada com a denominação de Lages em 1768.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Lages, por Carta Régia, de 26-01-1765, desmembrada da antiga Capitania de São Paulo, por Alvará de 09-11-1820. Instalado em 22-05-1871.

Pela Lei Provincial n.º 420, de 10-05-1856, é criado o distrito de Campo Belo e anexado ao município de Lages. Pelo decreto de 10-04-1890, é criado o distrito de Paineira e anexado ao município de Lages. Elevado à categoria de cidade, pela Lei Provincial n.º 500, de 25-05-1860.

Pela Lei Municipal n.º 54, de 07-01-1899, é criado o distrito de Capão Alto e anexado ao município de Lages. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 4 distritos: Lages, Campo Belo, Paineira e Capão Alto. Pela Lei Municipal n.º 412, de 06-07-1917, é criado o distrito Rio Bonito e anexado ao município de Lages. Pela Lei Municipal n.º 500, de 07-07-1920, é criado o distrito de Correia Pinto e anexado ao município de Lages.

Pela Lei Estadual n.º 1.646, de 03-10-1929, o distrito de Rio Bonito passou a denominar-se Bocaina. Pela Lei Estadual n.º 1.648, de 03-10-1929, é criado o distrito da Anita Garibaldi, desmembrado do distrito de São Francisco do Cerro Negro e anexado

ao município de Lages. Pelo Decreto Estadual n.º 119, de 15-05-1931, é criado o distrito de Palmeira e anexado ao município de Lages.

Pela Lei Municipal n.º 435, de 06-07-1918, é criado o distrito de São Francisco do Cerro Negro e anexado ao município de Lages. Pela Lei Municipal n.º 436, de 06-07-1918, é criado o distrito de São José do Cerrito e anexado ao município de Lages. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 10 distritos: Lages, Bocaina, Capão Alto, Campo Belo, Corrêa Pinto, Anita Garibaldi, Palmeira, São Francisco do Cerro Negro, Painel e São José do Cerrito.

Pelo Decreto-lei Estadual n.º 86, de 31-03-1938, o distrito de Palmeira passou a denominar-se Santo Antônio dos Índios, São Francisco do Cerro Negro passou a denominar-se Cerro Negro e São José do Cerrito a denominar-se Cerrito.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 10 distritos: Lages, Anita Garibaldi, Bocaina, Campo Belo, Capão Alto, Cerrito (ex-São José do Cerrito), Correia Pinto, Santo Antônio dos Índios (ex-Palmeira), Painel e Cerro Negro (ex-São Francisco do Cerro Negro). Pelo Decreto-lei Estadual n.º 941, de 31-12-1943, o distrito de Campo Belo passou a denominar-se Antônio Inácio, o distrito de Bocaina passou a denominar-se Bocaina do Sul e distrito de Cerrito a denominar-se Caru.

Pela Lei Estadual n.º 23, de 13-12-1947, é criado o distrito de Palmeira. Desmembrado do distrito de Índios e anexado ao município de Lages.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 11 distritos: Lages, Anita Garibaldi, Antônio Inácio (ex-Campo Belo), Bocaina do Sul (ex-Bocaina), Capão Alto, Caru (ex-Cerrito), Cêrro Negro, Correia Pinto, Índios, Painel e Palmeira.

Pela Lei Estadual n.º 260, de 22-07-1949, o distrito de Antônio Inácio passou a denominar-se Campo Belo do Sul. Pela Lei Municipal n.º 13, de 28-02-1953, o distrito de Caru voltou a denominar-se São José do Cerrito. Pela Lei Municipal n.º 145, de 14-11-1957, é criado o distrito de Celso Ramos e anexado ao município de Lages.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960 o município é constiuído de 13 distritos: Lages, Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul (ex-Antônio Inácio), Capão Alto, Celso Ramos, Cêrro Negro, Correia Pinto, Índios, Octacílio Costa, Painel, Palmeira e São José do Cerrito (ex-Caru).

Pela Lei Municipal n.º 180, de 13-08-1958, é criado o distrito de Otacílio Costa, desmembrado do distrito de Palmeira e anexado ao município de Lages. Pela Lei

Municipal n.º 731, de 17-07-1961, são desmembrados do município de Lages os distritos de Anita Garibaldi, Campos Belo do Sul e Cêrro Negro, para formar o novo município de Anita Garibaldi.

Pela Lei Estadual n.º 779, de 07-12-1961, é desmembrado do município de Lages o distrito de São José do Cerrito. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 8 distritos: Lages, Bocaina do Sul, Capão Alto, Correia Pinto, Índios, Otacílio Costa, Painel e Palmeira.

Pela Lei Estadual n.º 6.058, de 10-05-1982, é desmembrado do município de Lages o distrito de Correia Pinto. Elevado à categoria de município. Pela Lei Estadual n.º 6.059, de 10-05-1982, são desmembrados do município de Lages os distritos de Otacílio Costa e Palmeira, para formar o novo município de Otacílio. Em divisão territorial datada de 18-VIII-1988, o município é constituído de 5 distritos: Lages, Bocaina do Sul, Capão Alto, Índios e Painel.

Pela Lei Estadual n.º 9.652, de 16-07-1994, é desmembrado do município de Lages o distrito de Bocaina do Sul. Elevado à categoria de município.

Pela Lei Estadual n.º 9.677, de 07-08-1994, é desmembrado do município de Lages o distrito de Painel. Elevado à categoria de município.

Pela Lei Estadual n.º 9.697, de 29-09-1994, é desmembrado do município de Lages, o distrito de Capão Alto. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 15-VII-1997, o município é constituído de 2 distritos: Lages e Índios.

Em divisão territorial datada de 15-VII-1999, o município é constituído de 3 distritos: Lages, Índio e Santa Terezinha do Salto.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2003.

- **POLO DE SÃO PAULO**

A fundação da cidade de São Paulo aconteceu no **local conhecido como Pátio do Colégio, no dia 25 de janeiro de 1554**. A edificação foi construída pela missão jesuítica liderada pelos padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, com a intenção de catequizar as populações indígenas que viviam na região.

A cidade foi, aos poucos, ganhando centralidade econômica e política na região e **tornou-se capital da província em 1815**. A intensificação dos fluxos de migrantes e do desenvolvimento econômico de São Paulo aconteceu, principalmente, durante o ciclo do café. O **avanço da industrialização, juntamente do fenômeno da urbanização**, foi consolidando o papel da cidade na economia regional e nacional, chegando, atualmente, à classificação de cidade global.

Geografia da cidade de São Paulo

A cidade de São Paulo abriga a sede do governo do estado, localizado na região Sudeste. São Paulo **possui atualmente área de 1.521,110 km²**, sendo a 9^a em extensão do estado. O município é considerado sede da Região Metropolitana de São Paulo, composta, no total, por 39 cidades e mais de 20 milhões de habitantes.

De acordo com a classificação do IBGE, a capital paulista **é considerada uma grande metrópole nacional**. Em função dos serviços que concentra em setores variados e do dinamismo econômico, São Paulo é também classificada como cidade global.

O clima predominante é o **Subtropical Úmido**, caracterizado pelas temperaturas amenas, com média de 22 °C, e chuvas bem distribuídas ao longo do ano. O município, entretanto, apresenta algumas particularidades com relação ao tempo.

A **amplitude térmica diária é bastante elevada**, podendo apresentar temperaturas muito baixas, nos períodos da manhã e noite, e atingir rapidamente

valores máximos durante o dia. O fenômeno conhecido como ilha de calor, característico dos grandes centros urbanos, ajuda-nos na compreensão dessas variações.

O município está inserido no **bioma Mata Atlântica**. Um estudo recente^[1] sobre a cobertura vegetal de São Paulo mostra que 48,18% da sua área possui algum tipo de vegetação, e que 43,66% da cobertura correspondem à vegetação natural. As principais formações são floresta, campos naturais, brejo e vegetação de várzea.

São Paulo encontra-se numa área em que há a **predominância de planaltos**. As formações encontradas no município são morros, serras e planícies. O ponto mais elevado da cidade é o Pico do Jaraguá, na Serra da Cantareira, com 1.135 metros.

Demografia da cidade de São Paulo

A cidade de São Paulo **possui 12.325.232 habitantes**, constituindo a **cidade mais povoada do Brasil**. Considerando-se os dados do último censo, a densidade demográfica do município é de 7.398,26 hab/km², o que o coloca em primeiro lugar entre os mais povoados. A taxa de crescimento populacional tem diminuído com o passar dos anos, e na última década (2010-2019) registrou um valor de 0,55%.

Atualmente a população de São Paulo concentra-se na faixa dos 20 aos 49 anos e vem **passando por um processo gradual de envelhecimento**. As porções centrais do município concentram maior número de idosos. A expectativa de vida média na cidade é de 70,1 anos. No entanto, o valor varia de distrito para distrito. Nas áreas de periferia, a expectativa de vida ao nascer é menor do que em bairros centrais ou bairros nobres, diferença que pode ser de até 23 anos.

A capital paulista **recebe anualmente muitos migrantes** de outros estados do Brasil e do mundo. Os principais fluxos internacionais são oriundos de Portugal, Bolívia, Japão, China e Itália. O município recebe também pessoas vindas da Venezuela, do Haiti e de países da África, como Angola, Nigéria e Senegal.

Economia da cidade de São Paulo

O PIB da cidade de São Paulo para 2018 foi de R\$ 714.683.362,46 (IBGE), o que correspondia a **10,2% do PIB brasileiro**. A maior parcela desse valor (74,08%) é formada pelas atividades do setor terciário, seguido da indústria (8,12%) e, por fim, com menor participação (0,005%), da agropecuária. No contexto mundial, São Paulo é a 21ª economia, e a 3ª maior da América Latina.

O município **destaca-se no setor financeiro**, abrigando as sedes de alguns dos principais bancos nacionais e internacionais bem como de **grandes indústrias**, que vão desde o setor de tecnologia, de comunicação, até montadoras de veículos e empresas do agronegócio mundial. No geral, 63% das empresas internacionais com filial no Brasil concentram-se em São Paulo. Em função disso, o município é considerado um importante centro financeiro do país.

Por conta da sua estrutura econômica e da densa rede de transportes e de serviços que garantem a conexão com diversas partes do mundo, São Paulo é um **grande atrativo para investimentos internacionais**, ficando atrás apenas de centros como Nova York, Hong Kong, Londres e Xangai.

O **comércio e o setor varejista** desempenham um importante papel na economia do município, liderando as atividades do setor terciário. Além disso, a capital paulista é **um dos principais destinos turísticos no país**, e foi considerada o segundo mais desejado do mundo em 2020. O turismo constitui, então, uma grande fonte de receitas para o município.

Infraestrutura da cidade de São Paulo

A capital paulista dispõe de uma **diversificada rede de transportes** composta por modais como ônibus, o meio mais utilizado pela população, trens e metrô. Este possui atualmente 101,4 km, com um total de 89 estações. Os aeroportos têm voos diários com destinos nacionais e internacionais, sendo o Aeroporto de Guarulhos e o Aeroporto de Congonhas os dois principais do município.

A mobilidade urbana, entretanto, é um dos grandes problemas enfrentados pela cidade de São Paulo, e isso inclui, além dos modais propriamente ditos e a qualidade dos transportes: o tempo gasto nos deslocamentos, que são mais altos nas áreas periféricas, os custos dos transportes com relação à renda da população, a condição das calçadas, a disposição de ciclovias e ciclofaixas, e a garantia de acessibilidade.

De acordo com o último Censo do IBGE (2010):

- 99% dos domicílios de São Paulo tinham energia elétrica;
- 99,3% tinham abastecimento de água potável;
- 96,3% tinham rede de esgoto.

No entanto, o tratamento da rede de esgoto atinge um percentual muito menor, de 64,66%. As periferias da cidade são as regiões mais afetadas pela falta de tratamento do esgoto.

Cultura da cidade de São Paulo

A composição populacional de São Paulo, que se deu por intensos **fluxos migratórios originários de diversos países e de outras regiões** do Brasil, reflete-se nas manifestações culturais encontradas na capital. Muitos bairros e estabelecimentos fundados por imigrantes acabam transpondo as suas culturas de origem para dentro do município de São Paulo, a exemplo do bairro da Liberdade, fundado por japoneses.

A cidade possui uma **extensa rede de museus, teatros, casas de show e centros culturais** que acabam tornando-se um atrativo turístico. Além disso, é famosa pelas comidas de ruas, que são igualmente diversificadas, e pelo dinamismo de sua vida noturna.

- **POLO DE BRASÍLIA- DF**

Em 1823, José Bonifácio de Andrade e Silva, o Patriarca da Independência, propôs a criação de uma nova capital no interior do Brasil (sugerindo o nome Brasília), longe dos portos para garantir a segurança do país. A vocação mística de Brasília se

inicia quando é incorporada à sua história o sonho de Dom Bosco. O Santo Italiano sonhou com uma depressão bastante larga e comprida, partindo de um ponto onde se formava um grande lago, entre os paralelos 15° e 20°, e que repetidamente uma voz lhe dizia que '...quando vierem escavar as minas ocultas, no meio destas montanhas, surgirá aqui a terra prometida, vertendo leite e mel. Será uma riqueza inconcebível...!'

No ano de 1892, foi nomeada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, liderada pelo astrônomo Luiz Cruls e integrada por médicos, geólogos e botânicos, que fizeram um levantamento sobre topografia, o clima, a geologia, a flora, a fauna e os recursos materiais da região do Planalto Central. A área ficou conhecida como Quadrilátero Cruls e foi apresentada em 1894 ao Governo Republicano.

Somente em 1955 foi delimitada uma área de 50 mil quilômetros quadrados – onde localiza-se o atual Distrito Federal. A construção da nova capital teve início em abril de 1956, no comando do então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, com a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) e o projeto de lei 2.874, o governo lançou o edital do Concurso Público para a construção do Plano Piloto. Lúcio Costa foi o vencedor do projeto urbanístico (que partiu do traçado de dois eixos cruzando em ângulo reto como o sinal da cruz.

Um destes eixos leva às áreas residenciais, sendo levemente inclinado, dando à cruz a forma de um avião; o outro denominado Monumental, com 16 Km de extensão, abriga os prédios públicos e os palácios do Governo Federal no lado leste; no centro a rodoviária e a torre de TV e no lado oeste os prédios do Governo do Distrito Federal) e Oscar Niemeyer o autor dos principais projetos arquitetônicos da cidade. No dia 21 de abril de 1960, a estrutura básica da cidade está edificada e Brasília então é inaugurada. Os candangos (nome dado aos primeiros habitantes da nova cidade) comemoram ao lado de Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, Lúcio Costa e Juscelino Kubitschek, os principais responsáveis pela construção de Brasília.

Formação Administrativa

A Lei n.º 3.754, de 14 de abril de 1960, dispõe sobre a Organização Judiciária de Brasília e dá outras providências.

- **POLO DE RIO DAS OSTRAS- RJ**

Primeiros registros

A origem de Rio das Ostras data, entretanto, de **cerca de 4 mil anos**, quando era habitada por caçadores e coletores seminômades, cuja presença pode ser comprovada em seu solo repleto de sambaquis, com áreas de sítios arqueológicos demarcadas em 1967 por pesquisadores do IAB - Instituto de Arqueologia Brasileira, confirmando sua pré-história.

Primeiras construções

Situada na Capitania de São Vicente, tinha a denominação de Leriipe (que em tupi-guarani significa “Lugar de Ostra”) ou Seriipe, sendo parte das terras da Sesmaria doada aos jesuítas pelo Capitão-Mor Governador Martins Corrêa de Sá em 20 de novembro de 1630. Esta faixa foi delimitada por dois marcos de pedra - PITOMBAS - colocados em Itapebussus e na barreta do Rio Leriipe com a insígnia da Companhia de Jesus. Os Jesuítas foram responsáveis pelas primeiras construções na região como o Poço de Pedras do Largo de Nossa Senhora da Conceição e a antiga Igreja.

Baía Formosa

Conhecida então como Baía Formosa no século XIX, foi um próspero arraial e seu crescimento se deu ao redor da igreja e do Poço de Pedras. O Rio das Ostras era rota de tropeiros e comerciantes, mas no arraial já existiam internatos masculino e feminino, o Grande Hotel, o Posto de Polícia Provincial, a Igreja e o Poço do Largo, com água pura que jorrava a beira-mar.

Imperador Dom Pedro II e a Figueira Centenária

A história de Rio das Ostras é comprovada por meio de relatos de antigos navegadores que por aqui passaram como o sapateiro da expedição de Villegagnon França-Antártica em 1510, Jean de Lery, o naturalista Augustin François César Prouvençal de Saint Hilaire, o Príncipe alemão Maximilian Alexander Philipp Zu Wied Neuwied e, em 1847, o Imperador D. Pedro II, que descansou a sombra da, hoje, centenária figueira a beira-mar, após ser recebido com bandas de música e folguedos, conforme noticiaram os jornais da época.

Emancipação Político-administrativa

A lei estadual nº 1984/92 criou o município de Rio das Ostras, com sede na atual Vila do mesmo nome, formado do território do distrito de Rio das Ostras, desmembrado do município de Casimiro de Abreu. No art. 2º, ao contrário do que muitos pensam, se extrai que o território de Rio das Ostras é constituído de um único distrito.

Lei que cria o Município de Rio das Ostras

Lei nº 1984, de 10 de abril de 1992

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Município de Rio das Ostras, com sede na atual Vila do mesmo nome, formado do território do Distrito de Rio das Ostras, desmembrado do Município de Casimiro de Abreu.

Art. 2º - O território do Município de Rio das Ostras, constituído de um único Distrito, é compreendido dentro dos seguintes limites:

1 - Com o Município de Macaé:

Começa da Estrada Lavapés, no Ponto em que alcança o divisor de águas dos Rios Macaé e São João, seguindo por este divisor até a sua nascente principal do Rio Imboassica, seguindo seu curso até a lagoa do mesmo nome, continuando pela linha média das águas da lagoa até sua barra, no Oceano Atlântico;

2 - Com o Oceano Atlântico:

Começa na barra da Lagoa de Imboassica, no Oceano Atlântico, segue pelo litoral até o ponto mais próximo da Polícia Rodoviária, na RJ-5;

3 - Com o Município de Casimiro de Abreu:

Começa em um ponto no litoral, mais próximo da Polícia Rodoviária na RJ-5, prossegue pela RJ-63 até encontrar a Estrada Municipal de Rocha Leão, prosseguindo por esta estrada até a Rodovia BR-101, a qual segue na direção de Rio Dourado, até a Fazenda União, no ponto onde convergem os limites de Casimiro de Abreu, de Macaé e do Município ora criado.

Art. 3º - O Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro designará a data em que serão realizadas as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, assim como a da posse dos Vereadores eleitos.

Art. 4º - O número de Vereadores da primeira legislatura será o mínimo previsto no artigo 29, IV, a, da Constituição da República.

Art. 5º - A instalação do Município dar-se-á na forma prevista na Lei Complementar nº 59, de 22 de fevereiro de 1990.

Art. 6º - O Município de Rio das Ostras, enquanto não contar com legislação própria, reger-se-á pela do Município de Casimiro de Abreu, obedecidas as disposições da Lei Complementar nº 59, de 22 de fevereiro de 1990.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1992.

- **POLO DE MEIER RJ**

No século XVIII, o Méier, como boa parte da cidade do Rio de Janeiro, era uma fazenda de cana-de-açúcar. No ano 1760, os jesuítas (os donos da fazenda, presenteados por Estácio de Sá) e a coroa portuguesa se desentenderam. A coroa expulsou os religiosos do Rio de Janeiro. Depois disso, a fazenda foi dividida em três partes: Engenho Novo, Cachambi e São Cristóvão.

No século seguinte, em 1884, o Imperador Dom Pedro II presenteou um amigo com parte dessas terras. O nome desse amigo deu origem ao nome do bairro: **Augusto**

Duque Estrada Meyer, – filho do comendador Miguel João Meyer, português de origem alemã e um dos homens mais ricos da cidade no final do século XVIII. Augusto era conhecido como “camarista Meyer”, pois tinha livre acesso às câmaras do palácio imperial.

Devido a isso, a região passou a ser chamada de ‘Meyer’. A pronúncia era um pouco diferente, mas com o tempo, passou a se chamar e se falar “Méier”.

“A família Duque-Estrada Meyer teve um papel relevante no desenvolvimento da região. Inicialmente, através da atuação do comendador Miguel João Meyer. Posteriormente, já no Império, através das iniciativas de seu filho, Augusto Duque Estrada Meyer. Por suas funções e qualidades pessoais, o camarista tornou-se um nobre com grande influência junto ao Imperador Pedro II. Tendo herdado joias do pai, estas lhe possibilitaram tornar-se grande proprietário de terras na região. E sua visão progressista transformou a área, que perdeu o aspecto tipicamente suburbano do segundo império para assumir uma feição urbana”, informa a Associação de Moradores do Méier – a AMME.

O Méier seguiu seu progresso nos trilhos. Uma parte do passado do bairro está ligada diretamente à história dos trens. O aniversário da estação ferroviária do bairro é utilizado como data de fundação do bairro: 13 de maio de 1889.

“Com seus extensos campos, a região tornara-se importante para o crescimento da cidade, no início por atender ao transporte coletivo – carruagens e bondes à tração animal – e mais tarde, por abastecer as tropas na Guerra do Paraguai. A partir da segunda metade do século XIX, quando começaram a circular os trens da Estrada de Ferro Pedro II, em 1858, os subúrbios foram definitivamente ocupados, ao longo da linha férrea e no entorno das estações. Ainda não havia estação no Méier, apenas uma parada na cancela em frente à Chácara do Bastos, conhecida como Perna de Pau, por causa do canceleiro, que tinha apenas uma perna. Marco definitivo da expansão do Méier, a estação só foi criada em terrenos doados pelos filhos do camarista, que morreu em 1882. A partir daí, as terras foram loteadas e as ruas pantanosas foram sendo saneadas. Os bairros surgiam agora com uma feição mais urbana: Lins, Engenho Novo, Engenho de Dentro e Piedade, entre outros. Os nomes muitas vezes eram homenagens a importantes proprietários de chácaras na Região. A Linha Auxiliar (E. F. Rio Douro)

incrementou a ocupação em outro sentido e de forma mais irregular, permitindo o aparecimento dos atuais bairros do Cachambi, Maria da Graça e Del Castilho, os dois últimos integrados atualmente à vizinha Região Leopoldina”, frisa a AMME.

Foi nos anos 1950 que o bairro passou a ter grandes proporções. Em 1954, o Méier ganhou o **Imperator**, na ocasião, a maior sala de cinema da América Latina, com 2.400 lugares. Em seguida, foi a vez do **Shopping do Méier** se instalar no bairro – o primeiro do gênero a ser inaugurado no Brasil.

É o Méier o orgulho dos subúrbios e dos suburbanos”, escreveu Lima Barreto em “Feiras e Mafuás”. Outro grande nome da nossa literatura ligada ao bairro é Millôr Fernandes, que nasceu por lá. Mais um motivo para ter uma história tão completa.

- **POLO DE LUBANGO- ANGOLA**

Lubango é uma cidade e município de Angola, capital da província de Huíla. Segundo as projeções populacionais de 2018, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística, conta com uma população de 876 339 habitantes e área territorial de 3 147 km², sendo o mais populoso município da província, da região sul de Angola e o sexto mais populoso do país, o primeiro fora da província de Luanda.^[1] Desenvolveu-se sobretudo a partir da "colônia de Sá da Bandeira", tomando esse nome entre 1884 e 1975, enquanto o município foi sempre denominado Lubango. Após a independência do país, tanto a cidade como o município tomam definitivamente o nome de Lubango. A cidade de Lubango forma com os vizinhos Chibia e Humpata a virtual Região Metropolitana do Lubango, uma área de forte conurbação e ligação de serviços urbanos.

Etimologia

O nome "Lubango" vem da redução do nome do rei tribal (soba) dos muílas que tinha o nome de Calubango (ou Kaluvango), que foi o líder local que recebeu a primeira expedição europeia nas suas terras. A área sob o seu domínio passou a ser denominada Terras do Calubango e, com o tempo, Terras de Lubango.

História

A cidade de Lubango, antes de ser erguida, estava num território sob influência do soba do Lubango, cuja ombala se localizava no distrito urbano actualmente conhecido como Munhino. Na chegada dos europeus ao sul de Angola, permaneceu por muito tempo como local de passagem para as incursões coloniais rumo às nascentes da bacia do Cunene, não havendo, até fins do século XIX, nenhuma posição fixa colonial.^[4]

Rotas coloniais

O primeiro contato europeu com a região do Lubango ocorreu em 1627, ano em que uma expedição luso-espanhola da cidade de Moçâmedes sobe o planalto da Humpata, na Serra da Chela, de onde era possível ver um vasto vale do domínio do soba Calubango, do País de Humbi-Onene. Entre meados do século XVII e meados do século XIX, a área do actual município do Lubango era de uso somente como parada referencial na rota mais rápida que ligava Moçâmedes à Caconda, que seguia os cursos dos rios Giraul, Neves, Caculavar, Calonga, Cunene e Cuunje. Não havia nenhum posto administrativo na área e o interesse pela colonização inexistia.

Missões científico-religiosas

A primeira tentativa de estabelecer um posto lusitano na área ocorreu em 1866, quando o padre e botânico Carlos Duparquet realiza, com auxiliares, uma expedição até a Serra da Chela, onde tenta estabelecer uma missão científica e evangelizadora, sendo expulso pelos nativos em seguida.

Anos mais tarde, em 1881, padre Duparquet e o padre José Maria Antunes realizam uma nova expedição ao mesmo local, que culmina num acordo com o soba para a fundação de uma missão católica agropastorial junto a actual comuna e distrito urbano lubanguense da Huíla-Lupolo, que no mesmo ano ganha estatuto eclesiástico ao servir como sede para a Missão Sui Iuris do Cunene.

Fundação da colónia agrícola

Porém, os portugueses só viriam planejar uma ocupação efetiva para a região por volta de 1880, no intuito de estabelecer de uma colónia com interessados recrutados no Arquipélago da Madeira, nos termos do decreto de 16 de agosto de 1881. A primeira comissão de madeirenses chegou a Moçâmedes em 19 de novembro de 1884, a bordo do navio Índia, atingindo o Planalto da Huíla a 19 de janeiro de 1885, onde fundaram a colónia de Sá da Bandeira, assim designada em homenagem a Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, Marquês de Sá da Bandeira. Lubango tornou-se uma administração autónoma em 1887 e um concelho em 1889, com José Augusto da Câmara Leme, o líder dos madeirenses, nomeado chefe do concelho em 19 de fevereiro de 1890.

O concelho recebe o nome de "Lubango", em homenagem ao antigo soba local. Leme também viria ser nomeado comandante militar do concelho do Lubango, com o posto de capitão de 2ª linha, em 19 de outubro de 1890. Nessa altura a colónia era formada por madeirenses e brasileiros, passando a abrigar também parte dos bôeres da Humpata. Apesar de já criado, foi somente em 1891 que ocorreu a primeira eleição para a Câmara do Lubango, ficando a presidência com João Gonçalves de Azevedo. Em 1898 a Missão Sui Iuris do Cunene ergue a Missão do Munhino, dentro do povoado de Sá da Bandeira, servindo como uma filial aos cuidados dos padres Bonnefoux e Lecomte.^[9] Em 1900 é feito o primeiro censo das populações dos planaltos da Humpata e Huíla, constatando que, em Sá da Bandeira, há 1575 habitantes — destes, 1248 brancos, dentre portugueses (inclui-se madeirenses) e bôeres.

Em 2 de setembro de 1901 foi criado, por desmembramento do distrito de Moçâmedes, o novo distrito da Huíla, com sede no Lubango, sendo esta povoação, pelo mesmo decreto, elevada à categoria de vila, com o nome de Sá da Bandeira. Em 1906 a professora Irene Betencourt de Medeiros Portela capitaneia a fundação da Escola Primária de Sá da Bandeira, a primeira instituição de ensino oficial do Estado na localidade (em operações desde 1906, mas oficializada só em 1919); anteriormente o ensino era eminentemente religioso. Abriu-se também o Liceu Diogo Cão (atual Escola Rei Mandume ya Ndemufayo), em 1922, numa altura em que só havia instituição do tipo

em Luanda. Lubango é elevada a categoria de cidade em 31 de maio de 1923, quando o Caminho de Ferro de Moçâmedes, depois de vencer o deserto e a serra, atingiu finalmente o planalto, inaugurando-se a estação ferroviária. A ferrovia permitiu uma ligação mais rápida e segura com Moçâmedes, marcando um período de grande prosperidade econômica. As três décadas seguintes trouxeram grandes progressos na arte e na cultura. Liderados por Leonel Cosme, a capital da Huíla pode desfrutar de uma vivência cultural de amplos horizontes, desde o cinema à pintura, literatura ou música clássica. Em 1940 é inaugurado o Hospital Geral de Sá da Bandeira (actual Hospital Central do Lubango). Entre 1963 e 1965 o edifício é expandido, e em 1968-1970 ganha outra remodelação.

Segunda metade do século XX: guerras

Em 1973 a ainda cidade de Sá da Bandeira festeja o cinquentenário da sua elevação a cidade. Na ocasião, a Câmara Municipal realiza o I Festival Internacional de Música, com a presença de artistas de várias partes do mundo, sob a direção do pianista Sequeira Costa. Nas celebrações, é erguido o Monumento ao Marquês de Sá da Bandeira. Inicialmente pouco afetada pela Guerra de Independência de Angola, Lubango viu-se mergulhada em confrontos entre portugueses e guerrilheiros nacionalistas no final da década de 1960 e década de 1970.

Em 1975 a região caiu sob domínio completo da UNITA. Sofrendo intervenção da Força de Defesa da África do Sul durante a Operação Savana, reforçada com o apoio da própria UNITA como consequência da Operação Rena, o Lubango ficou sob influência indireta sul-africana até o final da década de 1980, quando intensos conflitos marcaram a vitória militar do MPLA na província até 1992; neste mesmo ano os combates da guerra civil mais uma vez alcançaram o Lubango. Em meados da década de 1990, a UNITA havia sido novamente expulsa da região, ficando a mesma sob domínio do governo angolano até a confirmação definitiva do fim da guerra, em 2002.

Período da reconstrução

A partir de 2002 a região passa por uma grande transformação econômica com a reconstrução das infraestruturas, no pós-guerra; alguns dos marcos desse período foram a realização do Campeonato Africano das Nações de 2010, a retomada do Caminho de Ferro de Moçâmedes, e a recriação de uma universidade autônoma na cidade. É limitado a norte pelo município de Quilengues, a leste pelo município de Cacula, a sul pelos municípios de Chibia e Humpata, e a oeste pelo município da Bibala.

O município de Lubango é constituído pela comuna de Lubango (equivalente a própria cidade), e pelas comunas de Arimba, Hoque e Huíla. O principal referencial geográfico de Lubango é a Serra da Chela, uma grande cadeia montanhosa que cerca todo o oeste do município, de onde se registram algumas das maiores elevações da província e do país. Os mais importantes cursos d'água do município são os rios Mucufi e Caculuar, responsáveis por ceder água para a cidade do Lubango, embora estejam muito degradados pela poluição e pela ocupação desordenada de suas margens.

Demografia

Lubango é um município cosmopolita, que abriga povos das mais diversas origens e formações, havendo fortes traços europeus, do povo étnico-linguística nhaneca-humbe, do povo muíla, de ovimbundos, hereros, coissãs, chócues, ganguelas, entre outros. A principal língua falada é o português.

Clima

Estando aproximadamente a 1.790 metros acima do nível do mar, Lubango é a cidade mais elevada de Angola. Possui um clima oceânico (ou tropical de altitude), tipo Cwb, por consequência da sua própria altitude que o modifica. Durante o dia o clima é moderadamente abafado, mas à noite as temperaturas são consideravelmente mais baixas. Com temperatura média anual de 18°C é provavelmente a cidade com o clima mais ameno e temperado de Angola. Anualmente é comum a ocorrência de extremos de 1°C até 34°C. junho e julho são os meses mais frios, com eventuais geadas. As chuvas mais intensas ocorrem geralmente entre dezembro e março, os meses mais quentes são

setembro, outubro e novembro. Em zonas de alta altitudes como a serra da Leba e serra da Chela as temperaturas podem baixar bruscamente de 10 a -5 graus durante a noite.

Economia

A agropecuária foi o primeiro sustentáculo econômico de Lubango, sendo o trigo e a pecuária do gado os grandes motores do progresso socioeconômico e de riqueza da região. Quando os transportes passaram a ser mecânicos e as estradas boas vias de acesso, fixou-se o comércio e rapidamente também a indústria. Desde o final das guerras a economia de Lubango não se baseia tão fortemente na agropecuária como outrora foi, porém ainda se registra a produção de cereais, frutas e legumes.

No setor industrial, há um grande parque instalado especializado em curtumes, moagens, metalurgia, produção calçadista, produção alimentícia e de bebidas, de itens cerâmicos, de construção civil, de transformação de madeiras e de embalagens, entre outros. Desde a recuperação econômica experimentada pelo fim da guerra civil, Lubango tornou-se um grande centro de comércio e serviços, o grande centro atacadista para todo o sul do país. Em matéria de serviços, há grande especialização em serviços burocráticos e administrativos, financeiros, educacionais, de saúde e voltados ao turismo. Existe ainda uma relevante participação nos serviços vinculados à logística ferroviária e rodoviária.

Infraestrutura

Transportes

Lubango é interligada ao território nacional por diversos meios, sendo o principal o meio rodoviário. Neste, a principal rodovia é a EN-280, que a liga ao Hoque, ao leste, e à Humpata, á oeste. Outra rodovia importante á a EN-105, que liga o Lubango à Bibala, ao norte, e ao Chibia, ao sul. A cidade também é atravessada pelo Caminho de Ferro de Moçâmedes, que escoa a produção local até o porto do Namibe, em Moçâmedes, bem como dá acesso ao Menongue.

Por via aérea, o Lubango dispõe do Aeroporto Internacional da Mukanka.

Educação

O Lubango foi uma das primeiras cidades do interior a possuir ensino de segundo grau, não só o Liceu Nacional Diogo Cão (atual Escola Rei Mandume ya Ndemufayo), mas também a Escola Industrial e Comercial Artur de Paiva, bem como o Instituto Agrícola do Chivinguiro (Escola de Agronomia). Desde então Lubango passou a ser conhecido como um polo de ensino. Na educação superior, existe a Universidade Mandume ya Ndemufayo, com suas instituições orgânicas: Faculdade de Direito, Faculdade de Economia, Faculdade de Medicina e Instituto Superior Politécnico da Huíla. Outra instituição pública é o Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla. Em paralelo, existe no Lubango o campus da Universidade Privada de Angola, chamado de Instituto Superior Politécnico da Tundavala, e o Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo.

Cultura

Uma das principais manifestações culturais-religiosas do Lubango é a Procissão de Nossa Senhora do Monte, a padroeira católica da cidade. Sua realização é uma iniciativa da Arquidiocese do Lubango. Outra manifestação cultural muito popular é o carnaval, tanto o de rua quanto o de campeonato. Em Lubango existem muitos grupos de samba que disputam o campeonato carnavalesco todos os anos.

Lazer

As principais áreas de atração do município são devidas às belezas naturais, tais como:

- Fenda e barragem da Tundavala;
- Cascata da Huíla;
- Capela da Nossa Senhora do Monte;
- Serra da Leba
- Barragem das Neves (embora não possuindo cascata);
- Cristo-Rei do Lubango.

Desporto

Recentemente construído pelos chineses, o Estádio Nacional da Tundavala está entre os mais modernos estádios de futebol de África. Nele foram realizadas algumas partidas do Campeonato Africano das Nações de 2010. As principais equipes de futebol da cidade são a Benfica Petróleos do Lubango, o Sport Lubango e Benfica, o Clube Desportivo da Huíla e o Clube Ferroviário da Huíla, este último que manda seus jogos no Estádio do Ferroviário da Huíla. Torneios de judô tem despertado o interesse da população de Lubango. A geografia da cidade também propicia um bom espaço para o alpinismo e o rapel. Os desportistas distribuem-se por diversas modalidades como o basquetebol, futebol, karatê, atletismo, ténis, ténis de mesa, ginástica, ciclismo, boxe e automobilismo.

3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

3.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E POLÍTICOS

O ensino superior brasileiro passou por profundas transformações nas últimas décadas. Do ponto de vista social e cultural, assistimos ao reaparecimento de movimentos sociais o que permitiu um processo de reflexão e de leitura sobre nossas universidades, levando, com isso, a formação de grupos e instituições que lutavam pela ampliação e melhoria do ensino superior, bem como a redefinição do papel social das instituições de ensino superior.

Por outro lado, as mudanças econômicas geraram profundas alterações no setor produtivo, como, por exemplo, o desenvolvimento das novas tecnologias, fazendo com que se repensasse as bases da formação de nível superior em que eram praticadas até então.

A análise do contexto social, cultural e econômico exigiu da comunidade acadêmica brasileira a reformulação do Plano Nacional de Educação. Nesse documento, a avaliação era de que “A educação superior enfrenta[va], no Brasil, sérios problemas, que se agravarão se o Plano Nacional de Educação não estabelecer uma política que promova sua renovação e desenvolvimento”. (Brasil, 2001)

Não só nesse documento, mas também na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 – a questão do ensino superior brasileiro começou a ser tratada como uma visão estratégica para que o país pudesse alcançar uma condição econômica mais favorável diante do contexto internacional, o qual se mostrava ainda mais competitivo e fortemente alicerçado num trabalho mais qualificado. Era o declínio do trabalho mecânico e especializado para um mais intelectualizado e flexível (Harvey, 1994; Santos, 1999).

No Plano Nacional partiu-se desse contexto para estabelecer as diretrizes, pois:

Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo. (Brasil, 2001)

O reconhecimento de que a inserção do país no cenário internacional passava necessariamente pelo crescimento do ensino superior de qualidade, impulsionou certamente sua reorganização. Porém, a necessidade de uma maior articulação entre as comunidades e as instituições de ensino superior foi outro fator fundamental para uma política democratizante em torno do ensino superior. Como diz o documento:

As IES têm muito a fazer, no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o País à altura das exigências e desafios do Séc. XXI, encontrando a solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades. A oferta de educação básica de qualidade para todos está grandemente nas mãos dessas instituições, na medida que a elas compete primordialmente a formação dos profissionais do magistério; a formação dos quadros profissionais, científicos e culturais de nível superior, a produção de pesquisa e inovação, a busca de solução para os problemas atuais são funções que

destacam a universidade no objetivo de projetar a sociedade brasileira num futuro melhor. (Brasil, 2001)

Diante desse contexto, cabia ao setor público criar as condições legais e estruturais para a ampliação de vagas para a formação profissional de nível superior em todas as regiões do país, diminuindo com isso as desigualdades econômicas e sociais internas, bem como melhorando nossos índices econômicos externamente. Com isso, ficava estabelecida a necessidade de diversificar as instituições para que estas pudessem atender às diferentes demandas e funções, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Reconhecia também o documento a “(...) importante contribuição do setor privado, que já oferece a maior parte das vagas na educação superior e tem um relevante papel a cumprir, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino”. (Brasil, 2001).

Foi com base nesses aspectos que a Faculdade do Norte Novo de Apucarana – FACNOPAR – construiu seu projeto.

3.2 Políticas para Ensino

Especificamente, as políticas para o ensino, estão fundamentadas na legislação, interdisciplinaridade e formação da cidadania, visando à articulação entre o conhecimento, relações interpessoais e mercado de trabalho. As atividades de ensino observam os princípios da ciência, criação, crítica e reflexão, possibilitando formação de profissionais capazes de lidarem com as diversidades e solução de problemas.

O fazer pedagógico é entendido pela FACNOPAR como forma de romper com a fragmentação do conhecimento, superando as dicotomias entre teoria e prática, ciência e tecnologia, tendo como princípio a ação educativa e científica, mediadas pelas atividades de extensão.

Destaca-se que as políticas definidas para o ensino foram elaboradas após ampla reflexão sobre o nível de ensino que pretende ofertar, (ensino superior) que possui características únicas a partir de seu principal objetivo, formar profissionais de nível superior, qualificados para atender à sociedade e ao mercado de trabalho.

Desta forma, as Diretrizes Políticas gerais para o ensino estão associadas ao desenvolvimento de ações articuladas entre o ensino e a sociedade, da cidadania profissional, por intermédio do conhecimento e da interação com situações desafiadoras da realidade social.

Assim, se baseia na oferta de ensino de qualidade voltado para o atendimento das necessidades regionais, locais e nacionais e da capacitação e preparação do corpo docente proporcionando desenvolvimento das atividades pedagógicas de ensino, iniciação científica e extensão relevantes para a formação pessoal, profissional e cidadã.

3.3 Políticas para Pós-Graduação

A Pós-graduação *lato sensu* da FACNOPAR tem por objetivo promover o aperfeiçoamento profissional por meio do aprofundamento técnico-científico e político. Visa, portanto, formar especialistas, profissionais qualificados, docentes para atuar no ensino superior e preparar para a pesquisa, atendendo a demanda da sociedade. Assim sendo, constitui-se como um espaço de continuidade de formação aos egressos da graduação, como também aos profissionais que têm interesse em especializar-se. Os cursos ofertados são na área de Comunicação, Gestão, Ciências Política e Políticas Sociais.

A Política de pós-graduação da FACNOPAR tem os seguintes objetivos institucionais:

- *Estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento político-reflexivo;*
- *Incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica e promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e da difusão da cultura;*
- *Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;*

- *Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;*
- *Estimular o conhecimento dos problemas do mundo atual, particularmente os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;*
- *Promover e estimular o intercâmbio com instituições congêneres;*
- *Despertar a consciência reflexiva e criativa de sua comunidade acadêmica sobre democracia, ética, cidadania e equilíbrio ambiental;*
- *Contribuir para o desenvolvimento e a preservação da memória regional.*

3.4 Políticas de Pesquisa/Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural

A instituição procura estabelecer a prática da pesquisa entre os integrantes dos seus corpos docente e discente, apoiando iniciativas pessoais. Suas ações, neste sentido, fundamentam-se na consciência da importância dessas atividades dentro de uma instituição de ensino superior já que, pelas diretrizes do Ministério da Educação - MEC, não é obrigada a fazê-lo. Mesmo assim, será criado um núcleo de iniciação científica de estudantes que tenham interesse pela pesquisa. **O NIC** envolve professores e estudantes.

As atividades de Iniciação Científica, devem estimular, no estudante, o desenvolvimento de uma postura investigativa relativamente autônoma. Para tanto, ele deve conhecer e saber usar determinados procedimentos de pesquisa, como levantamento de hipóteses, delimitação de problemas, registro de dados, sistematização de informações, análise e comparação de dados, verificação, entre outros. Instrumentalizado, o estudante poderá ele próprio, produzir e socializar o conhecimento de modo sistemático. O discente constrói conhecimento quando investiga, reflete, seleciona, planeja, organiza, integra, avalia, articula experiências, recria e cria formas de intervenção junto à sua realidade profissional. Assim, a pesquisa constitui um instrumento de ensino e um conteúdo de aprendizagem na formação, especialmente importante para a análise dos contextos em que se

inserem as situações cotidianas. Ela possibilita que o profissional, em formação, aprenda a conhecer a realidade para além das aparências, de modo que possa intervir considerando as múltiplas relações envolvidas nas diferentes situações com que se depara.

É importante ressaltar, ainda, que a prioridade da Iniciação Científica é a formação do aluno, em seu contato com o grupo e com o professor, e não apenas os interesses de pesquisa do professor que orienta. Trata-se, portanto, de um instrumento de formação, caracterizado como uma forma de apoio teórico e metodológico para a realização de uma pesquisa.

Outro aspecto que a Iniciação Científica visa proporcionar é a diminuição do tempo médio de formação de mestres e doutores, já que permite a inserção do estudante nos projetos de pesquisa científica já em desenvolvimento, por meio de um rico instrumental de atuação teórico-prática (coleta de dados, contato com vários ramos do pensamento da área, obtenção de índices estatísticos, organização do pensamento, utilização de instrumentos de informática, desenvolvimento do texto científico e a consequente capacidade de expressar pensamentos teóricos, etc.), capacitando-o para a consequente inserção em cursos de pós-graduação.

O NIC visa possibilitar aos acadêmicos iniciar, em trabalhos orientados por professores, contatos com atividades de criação, discussão e organização do saber científico de modo metódico e sistematizado, além de fomentar a cultura acadêmica de trabalho em que se combine pesquisa e ensino. Ele tem como objetivo geral inserir os acadêmicos no processo de investigação científica, despertando vocações, incentivando talentos entre os acadêmicos de graduação tecnológica e preparando-os para a educação continuada. Sua lógica, então, é a de participação voluntária, pois que a principal motivação para a participação deva ser a possibilidade do desenvolvimento de suas próprias aptidões dos concernidos.

O NIC tem como princípios:

a) Possibilitar os contatos iniciais dos alunos, orientados pelos professores, com as atividades de criação, discussão e organização do saber científico.

b) A constituição de uma cultura acadêmica de trabalho em que se combine o ensinamento dos professores, em suas diversas disciplinas, com a construção do

conhecimento, com a necessidade de exercício e aplicação desses conhecimentos apresentados pelos alunos e com a possibilidade de utilização dessas informações na comunidade.

c) O estímulo a estudantes pesquisadores engajarem no processo acadêmico, possibilitando, além de outros benefícios, a ampliação da capacidade de orientação à pesquisa da instituição.

d) A promoção da elevação quanti-qualitativa da produção científica.

e) O envolvimento progressivo de novos pesquisadores na atividade de formação.

Ainda, o NIC será realizado anualmente através de processo seletivo por meio de edital, que conterà as linhas de pesquisa, as condições de participação, o processo seletivo, o número de vagas e o período estabelecido para a execução de um projeto. As condições de participação para inscrição de projetos de Iniciação Científica obedecerão aos seguintes requisitos para o professor que desejar participar:

a) Ser professor da FACNOPAR;

b) Possuir experiência na área de pesquisa;

c) Ter tempo disponível para orientação;

d) Ter titulação e produção científica relevante, ressalvados os casos especiais, a juízo da Direção Geral.

Já para o estudante que desejar participar serão aplicadas as seguintes condições:

a) Estar devidamente matriculado;

b) Ter disponibilidade de horário para o desenvolvimento da pesquisa;

c) Poder dedicar pelo menos 10 horas semanais às atividades de pesquisa.

A candidatura à Iniciação Científica se fará através de requerimento de inscrição, anexando o Projeto de Pesquisa, conforme estabelecido no edital, que poderá ser deferido ou não, em razão dos requisitos exigidos. Os projetos serão analisados por uma comissão constituída pelo Coordenador do Programa e por dois professores

pesquisadores convidados, pertencentes a cada área de conhecimento, que não participem como orientadores dos projetos inscritos.

Por certo, com o encaminhamento dos esforços organizacionais a pesquisa, ter-se-á condições para que o tripé de Ensino, Pesquisa e Extensão esteja verdadeiramente a sustentar a atividade institucional e, de modo que se dê relevo, permitindo que a instituição possa incrementar qualitativamente suas atividades de modo contínuo. Caberá à instituição colaborar para o desenvolvimento da Iniciação Científica, aprovando a concessão de incentivos para que se possa manter os grupos de pesquisa. A produção científica deverá ser incentivada mediante atribuição de carga horária, mesmo aos professores horistas, de 4 horas semanais. Tal incentivo será determinado pela titulação do professor-pesquisador (especialista, mestre, doutor). No caso dos Grupos de Pesquisa, os alunos poderão ser beneficiados com bolsas de estudo, e os professores com a remuneração correspondente às horas/aula dedicadas à pesquisa.

3.5 Políticas para a Extensão e Responsabilidade Social

A extensão na FACNOPAR é compreendida como uma atividade acadêmica, marcada por um processo educativo, cultural e científico que possibilita a professores e alunos o contato direto com as questões que envolvem a realidade social, trazendo crescimento e benefícios imensuráveis tanto para a IES quanto para a comunidade atendida.

A Política de Extensão e Responsabilidade Social da FACNOPAR tem os seguintes objetivos institucionais:

- *Estimular o conhecimento dos problemas do mundo atual, particularmente os da política nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;*
- *Promover a extensão aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;*

- *Contribuir para o desenvolvimento e a preservação da memória regional;*
- *Despertar a consciência reflexiva e criativa de sua comunidade acadêmica sobre democracia, ética, cidadania e equilíbrio ambiental.*

3.6 Políticas para o Pessoal

Desenvolver ações visando a qualidade dos serviços internos e externos da FACNOPAR, proporcionar meios de qualificação do corpo docente, e estabelecer fundamentos de qualificação do quadro Técnico-Administrativos (TA).

As políticas da FACNOPAR estabelecidas para o Pessoal visam, além de tudo, proporcionar um ambiente fértil de crescimento, tanto econômico como intelectual, assim a FACNOPAR mantém sempre um projeto de bolsa de estudo a todos os colaboradores.

Mantém, ainda, um Plano de Carreira e de Cargos e Salários, visando manter de forma objetiva as possibilidades de avanços horizontais e Verticais, sendo sempre transparente quanto aos planos de incentivos.

Visando por fim um ambiente saudável e agradável ao convívio, é realizado junto aos colaboradores momentos que visam cuidar do aspecto espiritual, onde realiza-se mensalmente encontros e celebrações.

Desenvolver ações visando a qualidade dos serviços internos e externos da FACNOPAR.

A Política de Pessoal caracteriza-se pelo plano de carreira do corpo docente e corpo técnico administrativo que contempla os critérios de seleção e contratação, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento profissional e, ainda, as condições de trabalho.

As políticas atuais de planos de carreira docente e do corpo técnico administrativo da FACNOPAR e da mantenedora estão pautadas nas diretrizes, critérios, instrumentos de regulação e orientação para as formas de ingresso e vínculo com base na CLT, remuneração e progressão funcional, capacitação continuada, incentivos e benefícios do corpo técnico-administrativo e colaboradores.

3.7 Políticas para a infraestrutura

As instalações físicas foram pensadas para atender a todos os requisitos necessários para a realização das atividades de ensino, iniciação científica e extensão que a Instituição oferecerá. A projeção da infraestrutura considera as orientações das normas arquitetônicas e atende a questões de acessibilidade, conforto e segurança necessários para que o corpo social possa realizar todas as atividades acadêmicas previstas nos projetos pedagógicos dos cursos.

As instalações direcionadas às atividades de ensino e iniciação científica estão adequadas para esse fim e todos os ambientes contam com sistema de segurança, iluminação, ventilação, equipamentos e mobiliários adequados.

A política da infraestrutura também prevê o acompanhamento, manutenção e conservação das condições das instalações para assegurar que os alunos, docentes e demais funcionários terão a todo o tempo condições de desempenharem suas funções.

A Instituição entende que é necessário o planejamento adequado dos ambientes para desenvolvimento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão, bem como o atendimento aos requisitos básicos mínimos de conforto quanto à iluminação, ventilação, climatização, acústica, segurança, recursos e equipamentos para garantir a manutenção, conservação e reposição.

O estabelecimento de cronograma de verificação prévia dos ambientes, as instalações e equipamentos visando antecipar consertos, reparos e manutenção previamente sem prejuízo das atividades acadêmicas estabelecidas no calendário acadêmico.

Da mesma forma, o planejamento da expansão física da infraestrutura ocorrerá de acordo com a expansão dos cursos, permitindo atender às necessidades de salas de aula, gabinetes para docentes, coordenações, laboratórios e biblioteca. A avaliação periódica dos ambientes internos e externos com vistas a adequar, quanto for o caso, as instalações para melhor atender às necessidades da comunidade acadêmica.

Assim, visa a FACNOPAR oferecer condições de trabalho de excelente qualidade em relação ao espaço físico;

Ampliar a quantidade dos equipamentos para atendimento às necessidades das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

Consolidar os serviços internos de apoio ao ensino e a extensão.

3.8 Políticas Para a Sustentabilidade Financeira

- Implantar mecanismos de planejamento financeiros;
- Consolidar Processos de análise financeira;
- Ampliar as fontes de captação dos recursos diretos e indiretos para projetos de extensão e/ou de pesquisa de caráter socioambiental;
- Manter cursos de graduação, tecnológicos e de pós-graduação autossustentáveis.

O projeto de Ampliação do sistema de monitoramento, bem como a presença constante do administrador, financeiro, contador junto ao campus da IES, passa a ser uma medida de constante monitoramento dos valores e orçamentos.

Com o advento das mudanças ocorridas junto aos repasses do FIES, obrigou ao desenvolvimento de novas medidas para suprimir espaço deixado nos meses sem faturamento.

Avançar com o desenvolvimento do EAD como forma de desenvolvimento tecnológico e retorno econômico, visando a expansão da IES, seu aprimoramento tecnológico e aumento na receita.

3.9 Política de Educação Inclusiva.

A inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a política de igualdade, em ambiente educacional favorável. Implica a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, éticas, socioeconômicas e requer sistemas educacionais planejados e organizados que deem conta da diversidade dos alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades. As diferenças são vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, sim, como fatores de enriquecimento.

Do ponto de vista teórico, “a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças” (GOMES, 2008, p. 17). Significa variedade e

multiplicidade que se constroem no contexto social e assim pode ser entendida como uma questão que se torna cada vez mais complexa, quanto mais complexas vão se tornando as sociedades.

A discussão sobre a diversidade na política de uma instituição de ensino implica na compreensão de que os aspectos observáveis que se aprende a ver como diferentes (étnico-raciais, sociais, geracionais, de religiosidade, de gênero, de orientação sexual, de pessoas com deficiências, entre outros), só passaram a ser percebidos dessa forma, porque os sujeitos históricos, na totalidade das relações sociais, no contexto da cultura e do trabalho, assim os nomearam e identificaram. A importância desta compreensão está na relação estreita entre o olhar e o trato pedagógico da diversidade e a concepção de educação que informa as práticas educativas da instituição.

A concepção que identifica a diversidade como norma da espécie humana - os seres humanos são diversos em suas personalidades, em suas experiências culturais e em suas formas de perceber o mundo – orienta a abordagem da diversidade e também ressalta que a luta pelo direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais.

Nesta linha de pensamento, o trato pedagógico da questão da diversidade indica que uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar, conjunto de políticas públicas e particulares com a finalidade de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e juventude.

No Brasil, a Constituição de 1988, assim como a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) destacam a importância e urgência de se promover a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade.

A legislação recente, e ainda pouco conhecida, coloca a questão da inclusão escolar para todos aqueles que se encontram à margem do sistema educacional: a população que não participa do consumo de bens materiais (produtos e mercadorias) e/ou serviços; que está fora do processo produtivo, seja pelo subdesenvolvimento, desemprego e subemprego e do acesso a bens culturais, saúde, educação, lazer e outros componentes da cidadania, e também os estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Partindo dessa premissa, a FACNOPAR traz consigo a preocupação e pretende ressaltar o papel de seus agentes não na homogeneização, mas na valorização das

diferenças e na percepção da importância do coletivo, da interdependência entre os sujeitos, para a construção de uma formação profissional ética, preocupada com a dinâmica e a inclusão social.

Para pôr em prática políticas de inclusão, faz-se necessário o desenvolvimento de ações educacionais que removam barreiras (atitudinais, educacionais e arquitetônicas) para que a aprendizagem pretendida seja alcançada. Entretanto, para sair do campo das intenções e chegar à prática inclusiva existe uma série de ações que precisam ser desenvolvidas ou continuadas.

3.10 Libras (Dec. 5773/2006 e Dec. 5626/2005)

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio legal de comunicação e expressão de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, de uso das comunidades de pessoas surdas; e reza que os sistemas educacionais federal, estadual e municipal e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino de Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente.

Por sua vez, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, trata do papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão de Libras; na formação, capacitação e qualificação de docentes, servidores e empregados para o uso e difusão de Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, e, conseqüentemente, da formação em nível superior do docente de Libras, da formação em nível médio do instrutor de Libras, e da formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa. O referido Decreto, no seu §2º do art. 7º, reza ainda que “A partir de um ano da publicação deste Decreto [2006], os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o docente de Libras em seu quadro de magistério”.

O processo de inclusão de Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia e nas Licenciaturas, de modo que a partir de um ano da publicação do Decreto Nº 5.626, ou seja, a partir de 2006, os sistemas e

as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o docente de Libras em seu quadro do magistério. Em conformidade com a Lei nº 10.436, de 14 de abril de 2002, e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a disciplina de LIBRAS será ofertada obrigatoriamente nos cursos previstos na legislação e de forma optativa nos demais cursos.

Atendendo os ditames Legais, a FACNOPAR estabeleceu diversas políticas internas visando possibilitar o acesso às pessoas com deficiências auditivas, para tanto, fica integrado a todos os PPCs da FACNOPAR a disciplina optativa de libras, respeitando as obrigatoriedades dos cursos de Licenciatura, bem como obrigado nas vídeo-aulas das modalidades EAD a implantação de tradução imediata de Libras.

A FACNOPAR mantém ainda um docente contratado e especialista na linguagem de sinais, para as interpretações das aulas EAD e presenciais, esta última, caso necessário.

A FACNOPAR, ainda respeitando os deficientes visuais, coloca a disposição livros em Braille, bem como teclados adaptados e disponibiliza em seus computadores de consultas e estudos o DOSVOX, bem como o fato de possuir todos seus sistemas Windows originais, disponibiliza os narradores oficiais do Windows.

3.11 Políticas de Gestão da Avaliação Institucional

As políticas de gestão e avaliação institucional para os próximos cinco anos estarão centradas numa atualização do sistema de planejamento da faculdade, com a institucionalização do planejamento estratégico tendo como norte os resultados oriundos da autoavaliação realizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, assim como das deliberações dos órgãos colegiados. Desta forma observa-se uma participação mais efetiva da comunidade acadêmica na gestão institucional.

São objetivos da gestão da FACNOPAR:

- *Coordenar e fomentar as atividades de caráter administrativo e operacional da Faculdade;*

- *Implementar programas de qualificação com vistas ao aprimoramento de seu corpo docente e técnico-administrativo, visando à formação continuada e à melhoria da atuação profissional;*
- *Promover a adequação da infraestrutura em função da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão;*
- *Manter a ouvidoria na busca de informação eficaz à gestão;*
- *Manter a instituição atualizada em relação às inovações tecnológicas.*

A autoavaliação institucional tem como objetivo possibilitar que os resultados obtidos com essa avaliação forneçam os subsídios necessários à reflexão e revisão de políticas, programas e projetos que favoreçam os processos de gestão em todas as instâncias da FACNOPAR – Faculdade do Norte Novo de Apucarana.

3.10.1 Relato Institucional

RELATO INSTITUCIONAL

O Relato Institucional foi concebido como uma inovação do Instrumento para Avaliação Institucional Externa, publicado na Portaria nº 92 de 31 de janeiro de 2014, que subsidia o ato de credenciamento e recredenciamento institucional e a transformação de organização acadêmica. Conforme consta no Instrumento, o Relato Institucional é um documento:

que deve ser organizado da seguinte forma: relato avaliativo do PDI; síntese histórica dos resultados dos processos avaliativos internos e externos da IES e síntese histórica do planejamento de ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações.

Desta forma, a FACNOPAR elabora o RI de acordo com a concepção acima descrita para os efeitos necessários do ato regulatório de Recredenciamento, atendo-

se à prescrição estrutural da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n. 62 de 09 de outubro de 2014 e optando por incluí-lo no PDI.

I. Breve histórico da IES

A Faculdade do Norte Novo de Apucarana – FACNOPAR, recredenciada pela Portaria Ministerial nº 333, de 09 de abril de 2012, publicada no D.O.U. de 10 de abril de 2012, foi concebida como um estabelecimento de ensino superior mantida pelo CESA – Centro de Estudo Superior de Apucarana, o qual, a partir de 2006, passou a ser constituído como uma “associação para fins não econômicos, como instituição de educação mantenedora de ensino superior e assistência social beneficente na área de ensino superior, sem finalidade lucrativa, com autonomia jurídica, administrativa e financeira” (Estatuto, 2006, p. 1).

O novo estatuto da mantenedora está registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Apucarana sob nº 654/7, livro A-4, em 20 de fevereiro de 2006.

Como instituição assistencial, o CESA foi registrado no Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Serviço Público Federal, pela Portaria nº 1.033, de 29/06/2006 e publicado no D.O.U. de 30/06/2006. Encontra-se registrado no Conselho Nacional de Assistência Social, órgão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com Atestado de Registro nº R0492/2006. No estado do Paraná, foi declarado como instituição de utilidade pública por meio da Lei nº 15.088, de 04/05/2006 e, no município de Apucarana, por meio da Lei nº 031/06, de 24/08/2006.

Tendo em vista essa mudança estatutária, a FACNOPAR, para se ajustar a essa nova realidade, vem realizando profundas mudanças, tanto do ponto de vista legal, com a alteração do seu Regimento e demais instrumentos reguladores e normativos, quanto da forma e direcionamento na definição das políticas para o próximo período.

Em termos de cursos, o Curso de Direito, com oferta de 80 vagas anuais nos turnos diurno e noturno, foi implantado no ano de 2002, o qual vem sendo ofertado sem interrupção.

No ano de 2004 foram implantados os cursos de: Comunicação Social, com as habilitações em Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas, e Normal Superior, que em 2007 passou a ser ofertado como Pedagogia, atendendo as Diretrizes Curriculares, com a oferta de 100 vagas, para cada habilitação, sendo 50 (cinquenta) vagas no período matutino e 50 (cinquenta) vagas no período noturno. No ano de 2005,

implantou e ofertou processo seletivo sem interrupção, para os Cursos Superiores de Tecnologia em: Gestão de Empreendimentos Rurais, cuja denominação passou a ser Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, Administração, Design de Interiores, Gestão em Comércio Exterior, estes com a oferta de 100 (cem) vagas, sendo 50 (cinquenta) para o período matutino e 50 (cinquenta) para o período noturno, o Curso Superior Tecnológico de Administração de Varejo, que em 2007, passou a denominar-se Curso Superior de Tecnologia em Administração, com a oferta de 100 (cem) vagas no período noturno e o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Imobiliária, com a oferta de 50 (cinquenta) vagas no período noturno. Em 2010, a FACNOPAR obteve autorização do MEC, para a oferta do Curso Bacharelado em Administração, com início da primeira turma em 2011. Em 2013, o Curso de Ciências Contábeis foi autorizado e teve início em 2014.

Em 2016 a Instituição foi credenciada para oferta de Cursos em EAD, Portaria 659 de 18/07/2016 e autorizados os cursos de Bacharelado em Administração, Portaria 356 de 08/08/2016; Licenciatura em Pedagogia, Portaria 357 de 08/08/2016; Curso Superior de Tecnologia em Logística, Portaria 358 de 08/08/2016 e Gestão de Recursos Humanos, Portaria 05 de 02/01/18, todos em funcionamento e com demanda de alunos. Em 2018 foram protocolados cinco cursos, para oferta em EAD, sendo que já foram realizadas a visita in loco, aguardando somente a publicação da Portaria. Os polos autorizados no credenciamento em funcionamento são: Apucarana (sede), Borrazópolis, Cornélio Procópio, Jandaia do Sul, Mauá da Serra, Londrina. Em 2019, foram cadastrados 5 (cinco) polos no Rio de Janeiro e um polo em Rolândia, e outro polo em Tamarana e também em Florianópolis (Praia dos Ingleses).

A FACNOPAR encontra-se inserida em um contexto regional extremamente industrializado, onde predomina tanto as indústrias quanto a agropecuária, fazendo com que toda sua plataforma institucional seja voltada para o empreendedorismo, como se verifica pelo perfil dos cursos que a compõe.

A população estimada do município de Apucarana, segundo dados do IBGE (2018), é de 140 mil habitantes. A população da região de influência direta na IES, representada por 27 (vinte e sete) municípios, atinge mais de 1 milhão de habitantes. A cidade tem destaque nacional como polo na área de brindes, principalmente na fabricação de bonés, que gera milhares de empregos. É também Centro de Produção e

Industrialização de derivados de milho que abastece diversas cidades do país; Centro de industrialização de couro que gera milhares de empregos, diretos e indiretos e têm seus produtos exportados para inúmeros países, responsável pela quase totalidade da exportação desse produto pelo Paraná e por 3% do total brasileiro.

A localização geográfica, além de polo da região do Vale do Ivaí, coloca Apucarana entre pontos equidistantes de duas cidades de maior população – Londrina (aproximadamente 600 mil habitantes) e Maringá (aproximadamente 400 mil habitantes), sendo, portanto, servida por grande demanda de trabalho para a área.

A FACNOPAR está localizada, praticamente, no limite de Apucarana e Arapongas, sendo que esta possui o segundo maior parque moveleiro do país.

Conforme os dados do Sindicato Moveleiro de Arapongas, o município conta com, aproximadamente, 140 indústrias moveleiras instaladas, gerando 5 mil empregos diretos e movimentando R\$ 500 milhões por ano. As indústrias moveleiras constituem no principal sustentáculo econômico e gerador de empregos do município. Os móveis produzidos em Arapongas são comercializados no mercado interno e também exportados.

Na sua implantação, a FACNOPAR definiu sua missão e os objetivos gerais que visavam apresentá-la à comunidade, objetivando conquistar credibilidade e aceitação. Cumprida essa etapa com grande êxito, a instituição alcançou um novo momento em que se consolidou no mercado e na qualidade de seus cursos. A IES está cadastrada para ofertar bolsas do PROUNI e também FIES.

Devido à mudança estatutária, a FACNOPAR, para se ajustar a essa nova realidade, vem realizando profundas mudanças, tanto do ponto de vista legal, com a alteração do seu Regimento e demais instrumentos reguladores e normativos, quanto da forma e direcionamento na definição das políticas para o próximo período.

No período de 2017 a 2021, a Instituição trabalhou na realização das propostas apresentadas no PDI, cujas metas evidenciavam que a instituição ainda tinha muito a caminhar em termos organizacionais, concretizações de metas, concretização da missão e principalmente, organização do aspecto jurídico e contábil.

Nesse sentido, este PDI reflete um contexto real de mudança, cuja concretização é visualizada numa análise de conjunto das ações, as quais estão sendo propostas e realizadas para o período de 2023 a 2027.

Após a implantação do PDI 2012 a 2016 e 2017 a 2021, uma série de requisitos e situações socioeconômicas fez com que a Instituição reformulasse suas metas relacionadas no PDI para o período, de forma que a IES pudesse manter-se estável em sua missão educacional.

A FACNOPAR, desse modo, passou o período de 2017 a 2021 revendo as metas apresentadas no PDI vigente, e conforme apontado pela Comissão Permanente de Avaliação.

- CPA, dimensão I, essa revisão não só foi importante e necessária, mas fundamental e notavelmente sentida, apontando como fragilidade tão somente a necessidade de se reavaliar e modernizar o PDI, medidas saneadoras que hora se toma.

Ao mesmo tempo, a FACNOPAR formou seu quadro docente, de técnico-administrativo e de gestores. Esse processo permitiu um desenvolvimento da instituição e garantiu as condições necessárias para a elaboração e definição de políticas com base na realidade em que está inserida, trazendo a necessidade de se agregar ao quadro de docentes um número maior, quase total de professores com pós-graduação stricto sensu.

Com a confirmação das políticas da FACNOPAR, a partir de então, a Instituição passou a ser orientada por linhas mestras, os quais permitem dar um direcionamento específico para a definição das ações. Ao mesmo tempo, a análise conjuntural para o estabelecimento das metas a serem realizadas, foi fundamentada no relatório da CPA que foi utilizado como instrumento norteador para o estabelecimento de tais metas.

Com isso, após estudos internos, ficou deliberado que o objetivo geral para o período de 2023 a 2027, é o de “Consolidar a instituição, seus cursos e serviços com conceitos de excelência, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, estabelecendo com a comunidade uma relação de parceria e de comprometimento com a melhoria da qualidade de vida.”.

Para cumprir essa linha mestra, a instituição vem passando por ajustes, ordenamentos e realinhamentos para garantir que, no prazo de cinco (5) anos, esse objetivo seja alcançado.

II. Conceitos obtidos pela FACNOPAR nas avaliações Externas e de Cursos de Graduação

A) FACNOPAR: O conceito referente ao Índice Geral de Cursos obtido, é o seguinte:

FACULDADE DO NORTE NOVO DE APUCARANA FACNOPAR	
2023/2027	
Conceito Institucional - CI	3 (2010)
Conceito Institucional - CI (EaD)	4 (2022)
Índice Geral de Cursos – IGC	3 (2021)
Índice Geral de Cursos - IGC (contínuo)	2,1905 (2021)

B) Cursos de Graduação: os conceitos ENADE, CPC e CC dos cursos de graduação são os seguintes:

CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS e EaD DA FACNOPAR HISTÓRICO RESULTANTE DE ATOS REGULATÓRIOS			
CURSO PRESENCIAL/EaD	ENADE Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes	CPC Conceito Preliminar de Curso	CC Conceito de Curso
Presencial			
ADMINISTRAÇÃO	2	2	4
DIREITO	3	3	4
AGRONEGÓCIO	4	3	4
EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	4
MARKETING	-	-	4
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	3	3	5
PSICOLOGIA	-	-	4
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	3	4	3
EaD			
COMÉRCIO EXTERIOR	-	-	4
LOGÍSTICA	4	3	4
ADMINISTRAÇÃO	-	-	3
PEDAGOGIA	2	2	3
GESTÃO COMERCIAL	-	-	4
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	-	-	3
MARKETING	-	-	4
NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	-	-	4

III. Projetos e Processos de Autoavaliação

A CPA, ao elaborar sua proposta institucional contempla as dimensões preconizadas pela Lei 10.861/04 – SINAES, considerando-a como prioridade. Agregado

ao projeto e processos, a CPA implantou as Comissões Setoriais de Avaliação (CSA) em cada curso de graduação mantido, com a finalidade de planejamento, execução, implementação e acompanhamento das atividades inerentes ao processo de autoavaliação/avaliação interna do curso ou setores de forma específica, assegurando a participação ampla da comunidade acadêmica e utilizando procedimentos e instrumentos de acordo com o SINAES e dela própria.

O Projeto de Avaliação Institucional surge como resposta à necessidade da sistematização de um mecanismo Institucional de acompanhar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), especialmente no que diz respeito às ações estratégicas e eixos perenes de atuação, além dos processos de avaliação externa executados pelos órgãos reguladores e pelas creditações nacionais e internacionais. Tem por finalidade conduzir o processo da Autoavaliação Institucional, segundo os critérios estabelecidos pelo SINAES, objetivando a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão e sua oferta, o aumento permanente de sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especificamente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da instituição de ensino superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Para Dias Sobrinho (2008), avaliar uma instituição universitária significa lidar não só com variáveis quantificáveis, mas também com situações polissêmicas, incertas e dinâmicas. Significa levar em conta as contradições, a pluralidade de pontos de vista, a diversidade dos sujeitos, os elementos estruturais e conjunturais. Nesse sentido, a avaliação caracteriza-se como prática social geradora de múltiplos sentidos.

O Plano de Ação da CPA, organiza o processo da Autoavaliação Institucional da FACNOPAR, de forma contínua e integrada, garantindo a efetividade das etapas e do alcance de suas metas e objetivos, durante o desenvolvimento das ações e atividades da avaliação que é um dos instrumentos centrais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão executivo desse processo, atua através desse Plano de Ação, com o foco voltado para as questões pedagógicas e

questões voltadas para a gestão e infraestrutura. Entretanto, vale ressaltar que durante o processo haverá sempre a necessidade de se avaliar os itens apontados como desafios e acompanhar as propostas traçadas para o ano letivo; avaliar, também, as atividades e eventos promovidos pela instituição e pelos cursos e o trabalho realizado pelos setores e revisar os instrumentos utilizados pela CPA.

A coleta dos dados a partir das respostas aos questionários, das reuniões para análise e quantificação de dados e indicativos dos setores, terá como referência as dimensões do SINAES e seus respectivos eixos, considerando suas análises qualitativas e quantitativas, bem como o diagnóstico de seus avanços e desafios em todos os seus níveis.

A definição do que será avaliado no processo da Autoavaliação a cada ano, será planejado de acordo com: as metas e ações propostas no PDI, os resultados do processo da Autoavaliação anterior, a listagem dos cursos que terão alunos no ciclo do ENADE, as solicitações da gestão, setores, cursos, entre outros segmentos e demandas.

Os instrumentos de avaliação para os segmentos/setores/serviços passam por análise e, se necessário, implementações. Para criação ou reestruturação do instrumento de avaliação serão usados como indicadores:

- . Legislação nacional, do SINAES/MEC, entre outras;
- . Desempenho dos cursos no ENADE;
- . Resultados da Autoavaliação Institucional dos cursos;
- . Desempenho dos egressos no campo profissional;
- . Documentos oficiais da instituição e dos cursos/setores;
- . Relatório de avaliação do INEP e/ou Conselho do Curso;
- . Estrutura e desenvolvimento do estágio curricular;
- . Desempenho institucional na visão dos discentes e docentes de acordo com as dimensões do SINAES;
- . Relatórios parciais e final feito pelos setores/cursos/comissões em 2022.

A coleta de dados da instituição tem como objetivo um monitoramento contínuo das atividades e um caráter tanto informativo quanto aplicado ao redirecionamento das ações da faculdade. Será realizado através da participação de membros da CPA junto às reuniões de gestão para apresentação de relatório mensais de produção dos setores/segmentos e através da análise desses relatórios pela CPA e pelos diversos segmentos.

O desenvolvimento da aplicação dos instrumentos e estratégias de avaliação será conforme o cronograma de ação da Autoavaliação Institucional e de acordo com as particularidades da comunidade acadêmica e dos segmentos, e de implementação e/ou mudanças na proposta de coleta de dados vigente.

Com relação aos procedimentos para o desenvolvimento das reuniões para análise dos relatórios setoriais e dos desafios e propostas das dimensões (SINAES), a luz das metas institucionais (PDI): a análise em grupo (reuniões) como método qualitativo de avaliação, será realizada no período final de cada semestre; permitindo a investigação aprofundada do tema, segmento, ação e atividade avaliada, a exploração e entendimento quanto às ideias e questionamentos dos integrantes do grupo que representam uma amostra do universo objeto de estudo. Na sequência, será emitido um relatório e encaminhado a gestão e ao setor/segmento em referência. A análise desse relatório dará início à segunda reunião no final do segundo semestre e concluirá a etapa de análise das dimensões por setores/segmentos/instituição.

Serão realizadas ações com estratégias de sensibilização, junto à comunidade acadêmica, objetivando garantir o maior número de participação nos processos da Autoavaliação institucional. Tais ações serão desenvolvidas pela CPA, juntamente com a gestão acadêmica, administrativa e de curso, através de atos de sensibilização e apresentação de resultados e ações dos processos avaliativos, entre outros, em todas as fases da execução da Autoavaliação, levando em consideração ser um processo político institucional. O Plano de Ação para a Autoavaliação Institucional em 2022 será apresentado em reunião com gestores, coordenadores e chefes de setores. Também será apresentado em reunião para representação discente de sala de aula/curso e membros dos diretórios acadêmicos. Este Plano de Ação ficará disponibilizado no site da FACNOPAR, no link da CPA.

IV. Divulgação e Análise dos Resultados da Autoavaliação

Durante o processo da Autoavaliação serão gerados relatórios parciais e finais de cada segmento ou ciclo, com base nas informações quanti-qualitativas e divulgados junto aos segmentos afins. No final do primeiro semestre será elaborado um relatório parcial para a apreciação da gestão acadêmica para devidas providências, com sugestões e orientação necessárias por parte da CPA, tudo em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e ao final do ano letivo será apresentado o relatório final com base na sugestão de roteiro para relatório da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES no. 065, com todos os dados e análises coletados durante todo o processo da Autoavaliação.

É importante lembrar que o processo da autoavaliação institucional se consolidará com a apresentação dos resultados e análises de todas as etapas e ações para conhecimento de toda comunidade acadêmica através de Assembleia Geral, que acontecerá no mês março do ano seguinte, onde ainda haverá oportunidade de discussão de algum item que não tenha sido esgotada a análise e discussão durante o processo.

Após a Assembléia geral o relatório da autoavaliação institucional será inserido no sistema e-Mec/INEP/MEC até o dia 31 de março de cada ano e, no site da instituição, no link da CPA. Além disso, serão impressos 3 volumes: um ficará à disposição da comunidade acadêmica na sala da coordenação da CPA e os outros dois serão entregues à presidência e à direção geral, além do envio do arquivo eletrônico.

V. Planos de Melhorias a partir dos Processos Avaliativos

O Plano de Melhorias é fruto de reflexão sobre todos os processos avaliativos que, no decorrer do tempo, permearam as ações da FACNOPAR. Desta experiência, a instituição entende que todas as dimensões são indissociáveis e, portanto, dependentes de ações que envolvem toda a sua estrutura acadêmica, administrativa e de gestão. Trata-se, assim, de planos que entendem as ações definidas como contribuição à continuidade da missão, visão, valores, objetivos e metas institucionais.

Com base nos relatórios são identificados os pontos que demandam ações de melhorias. A partir de suas definições são traçadas de forma participativa e setorial, ou

seja, os setores e atores precisam organizar-se e apresentar, em conjunto com seu responsável imediato, re(planejamento) para correção das fragilidades detectadas.

As ações pós-diagnóstico não ficam a cargo da CPA, uma vez que esta Comissão apenas age como termômetro das ações planejadas e realizadas. Estabelecer planos de ações e implementá-los fica, num primeiro momento, a cargo dos órgãos de gestão acadêmica e administrativa.

VI. Processos de Gestão

A gestão da FACNOPAR pode ser conceituada como um conjunto de processos capazes de traduzir as estratégias em ações alinhadas em todos os níveis, de forma a garantir o alcance da Missão, dos objetivos e da visão corporativas, através do planejamento, monitoramento e correção dos rumos em tempo real.

Os processos de gestão se materializam mediante atuações dos órgãos colegiados institucionais, Diretorias, Coordenações de Cursos e órgãos de apoio com atribuições e funções definidas em Regimento Geral, visando o Planejamento e a Avaliação Institucional, o Desenvolvimento Institucional, as Políticas Acadêmicas, as próprias Políticas de Gestão e a Infraestrutura, preservando-se a autonomia da FACNOPAR em relação à Mantenedora, conforme PDI e Regimento Geral. Portanto, um escopo da gestão que abrange todas as áreas, desde a administrativa até à acadêmica. É dizer que a gestão se compõe de três fases distintas, que abrangem etapas metodológicas: Planejamento, Monitoramento e Gestão do Desempenho.

Na fase de Planejamento são definidas estratégias que visam aprimorar a eficiência operacional e garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem na FACNOPAR, estabelecendo as ações necessárias para cumprir sua missão e possibilitar o alcance de sua visão, aproveitando as suas forças e eliminando as fraquezas, provenientes dos processos internos da organização e garantindo o aproveitamento das oportunidades e tratamento das ameaças originárias do macroambiente, no setor de ensino e de suas tendências.

Durante a fase de Monitoramento, a FACNOPAR mantém um ciclo de acompanhamento dos resultados através de uma sistemática em que ocorrem reuniões mensais de acompanhamento em todos os níveis, por meio das quais é realizada a

análise crítica dos indicadores e planos de ação pertinentes, com o objetivo de propor e avaliar ações corretivas, sempre que necessário.

Já na fase de Gestão do Desempenho são apurados os resultados das metas, definidas no planejamento, ao longo do ano, de forma a se avaliar a eficácia da própria gestão, identificar pontos críticos a serem tratados no ano seguinte e ajustes nas estratégias. A avaliação do desempenho visa verificar o alcance das metas financeiras e não financeiras por parte da instituição e sua Mantenedora.

A FACNOPAR sempre desenvolveu esforços para manter a coerência entre as políticas e investimentos definidos no seu PDI com as práticas implantadas nos últimos ciclos de avaliação externa e interna. O processo de Avaliação Institucional tem se configurado como instrumento para identificar oportunidades de melhorias em suas práticas administrativas e acadêmicas. As iniciativas e investimentos para melhorias nas práticas e infraestrutura em função das fragilidades identificadas nos últimos ciclos de sua autoavaliação e das últimas avaliações externas realizadas pelo INEP são evidências desta afirmação. Tal postura consolida a articulação entre o processo institucional (CPA), as avaliações externas realizadas por Comissões de Avaliação in loco do INEP, o ENADE e o planejamento da FACNOPAR com as consequentes revisões necessárias em seu PDI e Projetos Pedagógicos de Cursos. Neste processo, as ações dos gestores e colaboradores no acompanhamento da implantação das ações e na avaliação dos resultados alcançados são fundamentais.

VII. Demonstração de Evolução Institucional

Ao integrar-se academia e gestão, integram-se também a prática e a teoria, com realizações e com inovações. Assim, o resultado mais visível do trabalho é formar profissionais qualificados e reconhecidos pelo mercado e pelo mundo do trabalho, reflexo de um compromisso de cada colaborador da FACNOPAR e, também, um diferencial conquistado pelo mérito de cada acadêmico. Cidadãos mais atuantes e mais conscientes de seus direitos e deveres, de suas obrigações para com o local, regional e nacional. Neste processo, as ações dos gestores e atores no acompanhamento da implantação das ações e na avaliação dos resultados alcançados foram fundamentais. Desta forma, reproduz-se a Evolução Institucional no período compreendido de 2016 a 2021, envolvendo todas as Dimensões do SINAES:

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Ampliação e divulgação de plano de ação da Autoavaliação Institucional; Participação da comunidade acadêmica (discentes e corpo técnico-administrativo) no processo da Autoavaliação Institucional e de Curso; Implementação da atuação da CSA; Divulgação de relatórios das ações desenvolvidas pela CPA; Planejamento das atividades da Facnopar seja institucional ou dos diversos segmentos; Planejamento institucional realizado em consonância com as necessidades dos Projetos Pedagógicos; Participação da comunidade acadêmica no planejamento institucional e na análise dos resultados das avaliações, seja através da representação em comissões, seja através da participação em reuniões para esse fim; Ações de avaliação e acompanhamento do planejamento efetivas; Implementação de novas medidas/melhorias a partir do processo de Autoavaliação; Plano de Ação da CPA para o processo da Autoavaliação Institucional executado de acordo com o cronograma de ações; O Núcleo de EaD promove ações após as avaliações do AVA de forma que o registro é encaminhado para a CPA; No link da CPA no site há divulgação dos relatórios de avaliação institucional, por ano; Docentes e discentes são envolvidos no processo de avaliação do curso como membros da Comissão Setorial de Avaliação (CSA); Aumento do índice de participação discente no processo de Autoavaliação do curso; No processo de avaliação do curso, através de CSA há reuniões com os docentes e discentes do todo o curso; PPC's atualizados conforme atualização do PDI, em 2012; NDE de curso mais atuante realizando releitura da práxis pedagógica do curso; Análise das dimensões do SINAES de acordo com os eixos e o planejamento de propostas saneadoras das fragilidades como cultura institucional; Implementação do feedback da Autoavaliação institucional junto aos discentes através de banner impresso (geral); Banner on line Cursos; Avaliações dos docentes com feedback efetivo; Ações e intervenções pedagógicas após o processo da autoavaliação institucional: etapa avaliação docente, pela Direção Acadêmica e Coordenação Pedagógica; Divulgação dos resultados do corpo técnico administrativo para o alcance de todo o grupo; Utilização de diretórios acadêmicos e lideranças de sala como meios de divulgação das ações, com o objetivo de disseminar cada vez mais a cultura e importância de participação do processo da Autoavaliação institucional; Divulgação do PPC e do PDI junto aos líderes discentes, em reuniões promovidas pela Coordenação Pedagógica; Planejamento da autoavaliação do Curso com a Coordenação Pedagógica.

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Garantia da missão institucional através dos processos de autoavaliação e do planejamento e execução de medidas saneadoras; Ações realizadas em coerência com as ações propostas no PDI; Articulação do PDI com a gestão acadêmica e administrativa; Articulação do PDI com a Autoavaliação institucional; Implantação de metodologias ativas; Promoção de capacitações com relação às metodologias ativas para o corpo docente e coordenações de forma geral em Jornada Pedagógica, e de forma específica através de oficinas conduzidas por multiplicadores e consultores; Todos os cursos trabalhando com até 20% da carga horária total com disciplinas EaD; Desenvolvimento de cursos de capacitação e assessoramento para docentes e tutores de disciplinas em EaD; Atos regulatórios de credenciamento da instituição e de cursos em EaD para graduação e pós-graduação concluído; Todos os PPC's foram ou estão em fase de conclusão de revisão para adequação ao PDI, às novas metodologias de ensino e às diretrizes dos novos instrumentos de avaliação; Melhoria na iniciação científica através das ações do Núcleo de Iniciação Científica, entre outras; Promoção de políticas inclusivas: bolsas e projetos; Núcleo de Acessibilidade e Inclusão; Infraestrutura com mais acessibilidade através da colocação de piso tátil, placas em braile, implantação de Dos/Vox na biblioteca e nos laboratórios de informática; A instituição é reconhecida no estado e na região pela qualidade da oferta de ensino nos mais variadas áreas, em especial a de Gestão e Negócios e pelas ações e projetos desenvolvidos na região; Responsabilidade com relação ao meio ambiente preconizada nas políticas institucionais e lastreada como requisitos legais em PDI, PPI e PPCs; Implantação da EaD como mais uma estratégia de desenvolvimento da formação consciente do cidadão, além da proposta e missão institucional; Manutenção das parcerias com instituições públicas e privadas: convênios de estágio, projetos de extensão, patrocínio de eventos locais e regionais e organizações de classe; Oferta ao ingressante de bolsas próprias e do governo federal; Desenvolvimento de atividades práticas em órgãos públicos de saúde e educação; Registro e controle dos projetos sociais de cunho interdisciplinar e multiprofissional promovidos pela instituição/curso/professor e/ou em parceria com terceiros junto ao setor de extensão; Realização de parcerias para a oferta de estágios remunerados; Oferta de bolsas de estudo integrais e parciais para candidatos terem acesso ao ensino da instituição; incentivo ao aprimoramento dos estudos com descontos de 10 a 100%; vale alimentação; cesta básica (grupos de colaboradores); incentivo a tecnologia (doações); Realização de projetos institucionais e de curso em campanhas nacionais: setembro-amarelo/outubro-rosa/novembro-azul; Simpósio Científico: institucional e de cursos; Realização de fórum/cursos/oficinas/jornadas, semana de cursos, entre outros, coordenados pelo setor de extensão, por curso e/ou por ligas acadêmicas e diretórios acadêmicos.

EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

Implantação de curso de pós graduação na área de Educação e Gestão; Continuidade e abertura de novos projetos de extensão institucionais e de cursos; Capacitação de professores de acordo com o novo marco regulatório e em metodologias ativas, bem como em estratégias de avaliação; Revisão do PDI e PPC's; Simpósio Científico com exposição/apresentação de banner e apresentação oral dos trabalhos, e abertura para participação da comunidade externa; Criação da Plataforma EMPÓRIO DO CONHECIMENTO, com disponibilização de diversos cursos livres e de extensão, palestras, entrevistas e outras atividades, disponíveis a toda a comunidade acadêmica Interna e Externa; Ampliação da oferta de bolsas , contemplando acadêmicos e docentes; Melhoras no incentivo a publicação científica: docentes, através de regulamentos; Acompanhamento e intervenções pedagógicas do rendimento acadêmico; Ações de análise, acompanhamento e intervenção do rendimento acadêmica promovida e desenvolvida pela direção acadêmica em conjunto com a coordenação pedagógica, coordenação de curso; Simpósio Científico com participação de pesquisas desenvolvidas pela comunidade acadêmica da região; Continuidade dos projetos de extensão institucionais e de cursos; Continuidade dos programas de coparticipação com IES, ONG's e institutos para desenvolvimento da pesquisa e formação continuada; Divulgação das forma de ingresso para portadores de diploma; Participação no processo da Autoavaliação Institucional avaliando a infraestrutura, coordenação de curso e o corpo docente; Maior disponibilidade dos horários de atendimento dos serviços da Central de Atendimento, melhoria dos processos de atendimento online; Ações de estímulo para pesquisas interdisciplinar e multiprofissional; Implementação de programas de extensão; Ampliação e melhoria do fluxo de informações e canal de acesso da comunidade acadêmica através do call-center, da central de relacionamento, do “serviço de dúvidas” disponibilizado pelo setor de TI on line e presencial e da alimentação atualizada dos dados no site; Ampliação do acesso à internet; Projeto de comunicação externo mais impactante; Divulgação das ações do mês, da semana e dos resultados do processo da Autoavaliação Institucional, no e-mail dos setores; Sistema de informativos através da rádio/TV/jornal, entre outros, para a sociedade; Divulgação de notícias nas redes sociais: no facebook, Instagram, entre outros; Laboratórios disponíveis para estudos extraclases; Abertura de novos cursos de pós graduação e novas turmas; Revisão dos projetos de cursos de pós- graduação; Oferta de bolsas de estudo para egressos em cursos de pós graduação; Participação efetiva dos discentes nos órgãos colegiados; Divulgação das conquistas profissionais dos egressos nos meios de comunicação; Capacitação docente em metodologias ativas e práticas pedagógicas, bem como revisão do currículo; Ações de estímulo para pesquisas interdisciplinar e multiprofissional; Gestão pedagógica e gestão administrativa com ações mais dinâmicas e integradas junto a gestão institucional e dos cursos; Pesquisa de mercado com a sociedade civil com retorno da imagem da Facnopar; Participação dos discentes nos processos de Autoavaliação do curso, dos docentes e da infraestrutura da instituição e do

EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO

Atualização da tabela de cargos e salários; Incentivos de apoio ao desenvolvimento; Implementação Mecanismo de seleção; Formação e regime de trabalho do corpo docente e corpo técnico-administrativo; Gestão democrática; Serviços on-line e presencial da Ouvidoria; Regularidade dos pagamentos de funcionários e fornecedores; Investimentos na busca de novos cursos presenciais e EAD; Criação de um plano contínuo de capacitação para todos os colaboradores; Melhoria no acesso à inscrição on-line para os cursos de extensão; Acompanhamento das reuniões de colegiado de curso e NDE, pela gestão acadêmica; Divulgação do cronograma de reuniões do colegiado do curso junto à comunidade acadêmica; Divulgação no site das resoluções do Conselho; Consolidação do conhecimento dos instrumentos normativos institucionais através das ações de acolhimento do novo colaborador e da atualização das normativas no site institucional; Maior adesão da comunidade acadêmica aos cursos e jornadas oferecidas pela instituição; Acesso à inscrição on-line para os cursos de extensão, através do Portal: Empório do Conhecimento; Novas metodologias para captação e manutenção de alunos através de: processo de adaptação de carga horária de disciplina diferenciada para alunos oriundos de outras IES; acadêmicos com bolsa/convênios; acadêmicos com benefícios; aulas gratuitas de revisão e reforço on-line ; cursos de nivelamento; Marketing junto aos clientes potenciais através da central de relacionamento e da seleção de público, para divulgação, de acordo com a oferta em questão; Treinamento para líderes de setores administrativos e acadêmicos; presencial e a distância; Gestão democrática através do registro e da divulgação das reuniões administrativas realizadas nos setores e segmentos; Divulgação dos módulos avulsos ofertados na pós-graduação; Melhoria na divulgação e registro das ações da instituição; Divulgação dos sucessos dos egressos: aprovação em concurso, inserção no mercado de trabalho, entre outros; Orçamento planejado inicialmente por cada coordenação e responsável por setor; Implantação da nova plataforma de sistema de gestão integrada; Melhoria na integração e comunicação permanente entre os docentes, o corpo técnico-administrativo e a comunidade; Fortalecimento das decisões colegiadas; Avaliação do clima organizacional pelo corpo técnico-administrativo.

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA

Reestruturada a infraestrutura de dados: sistema de comunicação “telefonia” reestruturado, viabilizando o autoatendimento da comunidade acadêmica; Ampliação da banda larga de internet e o alcance da rede sem fio; Melhoria do alcance da internet sem fio para acadêmicos e professores; Aquisição e implantação de Biblioteca Virtual: Pearson; Manutenção, conservação, atualização e segurança da infraestrutura física e tecnológica; Implantação do sistema para gestão acadêmica, com melhoria no processo de inscrição online, captação de alunos e pré-matrícula online; Avaliação das condições arquitetônicas de acessibilidade através de relatório de estudo técnico dos parâmetros de acessibilidade; Demarcado, com pintura no piso, local exclusivo para cadeirante nos setores de atendimento ao público, a saber: Central de Atendimento, Instalação de computadores, datshow em todas as salas de aula; Contrato de um novo link de internet para a rede acadêmica, para proporcionar alcance e qualidade do sinal de internet, em todo o prédio; Implantado o sistema repositório institucional na biblioteca; Reestruturação da plataforma de aprendizado das disciplinas EaD (tanto da graduação presencial quanto do EaD 100%). Além, apresentar um layout mais direto e simples para o entendimento do aluno de forma simplificada. Novo contrato de gestão da cantina que resultou em melhoria do atendimento, produto e serviço de jantar, um pedido do corpo discente e docente; em fase de construção de auditório para atendimento de até 500 pessoas; Também a biblioteca e secretaria terão um novo espaço físico, ainda em construção. Reestruturado o laboratório de informática, e aquisição de 50 notebooks Lenovo de terceira geração que foram distribuídos em dois laboratórios móveis.

Para o período compreendido na vigência deste PDI serão válidos o aperfeiçoamento e a preservação das melhorias já implantadas, assim como as que forem extraídas dos relatórios de avaliações internas ou externas da Instituição.

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Planejamento efetivo das atividades da Facnopar, seja institucional ou dos diversos segmentos; Planejamento institucional realizado em consonância com as necessidades dos projetos pedagógicos e do PDI (revisado); Participação da comunidade acadêmica no planejamento institucional e na análise dos resultados das avaliações, considerando as metas traçadas no PDI; seja através da representação em comissões, seja através da participação em reuniões específicas para esse fim: análise das dimensões e construção de propostas e planejamento estratégico sequencial, semana de planejamento pedagógico no início de cada semestre, reunião mensal de análise dos indicadores dos setores administrativos; Ações de avaliação e acompanhamento do planejamento por parte da gestão e da CPA, visando a implantação das políticas do planejamento institucional (PDI); Implementação de novas estratégias e medidas/melhorias a partir do processo da Autoavaliação Institucional; Avaliação da sociedade civil organizada durante todo o ano, utilizando como referencial estratégico os eventos sociais e culturais na cidade; Maior envolvimento dos colaboradores no desenvolvimento das entrevistas junto à sociedade civil organizada; Plano de Ação da CPA para o processo da Autoavaliação Institucional 2022 acrescido de mais propostas de avaliação durante o ano, e executado em sua totalidade; O Núcleo de EaD promove ações após as avaliações do AVA; A CPA mantém os dados do link no site institucional atualizado, e com continuidade na divulgação dos relatórios do processo da Autoavaliação Institucional, anual; Aumento do índice de participação discente nos processos de Autoavaliação dos cursos; Revisão do PDI 2023-2027; PPC's atualizados de acordo com a revisão do PDI 2023 - 2027; Ações de divulgação do PDI; Ações de divulgação do PPC e do PDI junto aos líderes discentes, em reuniões promovidas pela coordenação pedagógica; NDE, dentre suas ações, realiza releitura da práxis pedagógica, levantamento e análise da infraestrutura e o desenvolvimento de projetos de extensão do curso; Participação dos membros NDE em

cursos de capacitação específicos; Análise das dimensões do SINAES de acordo com os eixos levantando os desafios e o planejamento de propostas saneadoras como cultura institucional; Implementado o feedback dos resultados da Autoavaliação Institucional junto à comunidade acadêmica através de banner impresso (geral); banner on line (cursos); Feedback dos resultados das avaliações discentes junto aos docentes, cada vez mais efetivo; Feedback da autoavaliação institucional juntos aos docentes pela coordenação de curso, acompanhado pela CPA, gestão, equipe pedagógica, e com arquivamento na pasta do colaborador; A CPA implementou as reuniões de divulgação e análise dos resultados das etapas do processo da Autoavaliação Institucional junto a gestão administrativa e pedagógica, bem como junto às coordenações e liderança de setor; Divulgação dos resultados do corpo técnico administrativo para o alcance de todo o grupo; Divulgação do PPC e do PDI junto aos líderes discentes, em reuniões promovidas pela coordenação pedagógica; Planejamento e condução do processo da autoavaliação dos cursos junto a gestão, equipe pedagógica e coordenação de curso; Realização de oficina, pela equipe técnica da CPA, com os gestores de curso e equipe pedagógica, para assessoramento e orientações sobre o Relatório de Análise dos Resultados dos processos de Autoavaliação do Curso; Promoção de ações para adesão e participação dos docentes nos processos da Autoavaliação Institucional e de curso; Planejamento estratégico da CPA com os gestores, equipe pedagógica e coordenadores dos cursos para análise dos índices de participação discentes no processo da Autoavaliação dos Cursos, retomando a utilização dos laboratórios de informática durante o processo; redimensionando aulas com utilização dos laboratórios de informática no período do processo e sensibilização da equipe docente com relação a divulgação do processo e do cronograma de disponibilidade dos laboratórios; Adesão do corpo docente não só nos processos da Autoavaliação dos Cursos, mas também no processo de Autoavaliação enquanto colaboradores; Divulgação dos relatórios das ações desenvolvidas e conquistadas pelos processos da Autoavaliação Institucional, por meio do AVA; Divulgação do Plano de Ação anual da CPA junto aos líderes de segmentos; Reuniões efetivas dos líderes administrativos; Reuniões pedagógicas, com calendário próprio, e extraordinárias para implementação de planejamento após cursos de capacitação; Reuniões pedagógicas e administrativas da gestão, equipe pedagógica e coordenações de curso, para planejamento estratégico: captação de alunos no vestibular, organização do cronograma de ações, projetos e

eventos da instituição, entre outros; Reuniões de avaliação, análise, divulgação e planejamento das ações dos setores administrativos; O Perfil dos alunos ingressantes estão contemplados nos projetos pedagógicos dos cursos.

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Garantia da missão institucional através dos processos de Autoavaliação e do planejamento e execução de medidas saneadoras; Ações de acompanhamento do planejamento dos segmentos por parte da gestão e da CPA, como estratégia de implantação das Políticas de Desenvolvimento Institucional (PDI); Construção de relatório anual de Autoavaliação Institucional, tendo como base a análise do desenvolvimento de práticas pedagógicas, ações, projetos e atividades norteadas pelas políticas institucionais (PDI) e pela legislação do SINAES; Implantação de metodologias ativa (DCN'S), com algumas práticas de metodologia mesclada entre o método ativo e o método tradicional; Adesão dos novos professores a proposta de metodologias ativa na instituição, em todos os cursos; Contínua promoção de capacitações com relação às metodologias ativas junto ao corpo docente e coordenações de forma geral e de forma específica através de oficinas conduzidas por multiplicadores e consultores; Todos os cursos trabalhando com até 20% da carga horária total com disciplinas EaD, Desenvolvimento de cursos de capacitação e assessoramento para docentes e tutores de disciplinas em EaD; Implantação dos cursos em EaD; Atos regulatórios de reconhecimento de cursos e autorização de novos cursos EaD concluídos; Todos os PPC's foram ou estão em fase de conclusão de revisão para adequação ao PDI 2022 – 2027, as novas metodologias de ensino e as diretrizes do novo instrumento de avaliação de cursos de graduação e EaD; Promoção de políticas inclusivas: bolsas; Núcleo de Acessibilidade e Inclusão; Infraestrutura física e operacional na unidade, atendendo cada vez mais a legislação de acessibilidade, de acordo com as demandas; A instituição é reconhecida no estado e na região pela qualidade da oferta de ensino nos mais variadas áreas, em especial a da Gestão e Negócios e pelas ações e projetos desenvolvidos na região; Apresentação da proposta curricular do curso, bem como o plano de ensino das disciplinas, a cada início de semestre, como estratégia de desenvolvimento do perfil do egresso que objetivamos; Responsabilidade com relação

ao meio ambiente preconizada nas políticas institucionais e lastreada como requisitos legais em PDI e PPC's; Implantação da EaD como mais uma estratégia de desenvolvimento da formação consciente do cidadão, além da proposta e missão institucional; Manutenção das parcerias com instituições públicas e privadas: convênios de estágio, projetos de extensão, patrocínio de eventos locais e regionais e organizações de classe; Oferta ao ingressante de bolsas próprias e do governo federal; Desenvolvimento de atividades práticas em órgãos públicos nas áreas da gestão e da educação; Registro e controle dos projetos sociais de cunho interdisciplinar e multiprofissional promovidos pela instituição/curso/professor e/ou em parceria com terceiros junto ao setor de extensão; Realização de parcerias para a oferta de estágios remunerados; Oferta de bolsa de estudo para candidatos terem acesso ao ensino da instituição: bolsas integral/parcial; Responsabilidade social interna – benefícios: incentivo ao aprimoramento dos estudos com descontos de 10 a 100%; cesta básica (grupos de colaboradores); incentivo a tecnologia (doações); Realização de projetos institucionais e de curso em campanhas nacionais: setembro amarelo / outubro rosa / novembro azul / dezembro laranja / janeiro branco; Realização de projetos institucionais e/ou de curso junto à comunidade local; Participação em ações e/ou projetos externos visando o atendimento a comunidade local; Realização de Simpósios Científico: institucional e de cursos; Realização de eventos científicos: fórum/cursos/oficinas/jornadas, “semana do curso”, entre outros, com coordenação do setor de extensão ou por curso e/ou por ligas acadêmicas e diretórios acadêmicos; Plano de ação da equipe pedagógica para 2023.

EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

Implantação de curso de pós graduação na área de Educação e Gestão; Continuidade e abertura de novos projetos de extensão institucionais e de cursos; Capacitação de professores de acordo com o novo marco regulatório e em metodologias ativas, bem como em estratégias de avaliação; Revisão do PDI e PPC's; Simpósio Científico com exposição/apresentação de banner e apresentação oral dos trabalhos, e abertura para participação da comunidade externa; Criação da Plataforma EMPÓRIO DO CONHECIMENTO, com disponibilização de diversos cursos livres e de extensão, palestras, entrevistas e outras atividades, disponíveis a toda a comunidade acadêmica Interna e Externa; Ampliação da oferta de bolsas , contemplando acadêmicos e docentes; Melhoras no incentivo a publicação científica: docentes, através de

regulamentos; Acompanhamento e intervenções pedagógicas do rendimento acadêmico; Ações de análise, acompanhamento e intervenção do rendimento acadêmica promovida e desenvolvida pela direção acadêmica em conjunto com a coordenação pedagógica, coordenação de curso; Simpósio Científico com participação de pesquisas desenvolvidas pela comunidade acadêmica da região; Continuidade dos projetos de extensão institucionais e de cursos; Continuidade dos programas de coparticipação com IES, ONG's e institutos para desenvolvimento da pesquisa e formação continuada; Divulgação das forma de ingresso para portadores de diploma; Participação no processo da Autoavaliação Institucional avaliando a infraestrutura, coordenação de curso e o corpo docente; Maior disponibilidade dos horários de atendimento dos serviços da Central de Atendimento, melhoria dos processos de atendimento online; Ações de estímulo para pesquisas interdisciplinar e multiprofissional; Implementação de programas de extensão; Ampliação e melhoria do fluxo de informações e canal de acesso da comunidade acadêmica através do call-center, da central de relacionamento, do "serviço de dúvidas" disponibilizado pelo setor de TI on line e presencial e da alimentação atualizada dos dados no site; Ampliação do acesso à internet; Projeto de comunicação externo mais impactante; Divulgação das ações do mês, da semana e dos resultados do processo da Autoavaliação Institucional, no e-mail dos setores; Sistema de informativos através da rádio/TV/jornal, entre outros, para a sociedade; Divulgação de notícias nas redes sociais: no facebook, Instagram, entre outros; Laboratórios disponíveis para estudos extraclases; Abertura de novos cursos de pós graduação e novas turmas; Revisão dos projetos de cursos de pós- graduação; Oferta de bolsas de estudo para egressos em cursos de pós graduação; Participação efetiva dos discentes nos órgãos colegiados; Divulgação das conquistas profissionais dos egressos nos meios de comunicação; Capacitação docente em metodologias ativas e práticas pedagógicas, bem como revisão do currículo; Ações de estímulo para pesquisas interdisciplinar e multiprofissional; Gestão pedagógica e gestão administrativa com ações mais dinâmicas e integradas junto a gestão institucional e dos cursos; Pesquisa de mercado com a sociedade civil com retorno da imagem da Facnopar; Participação dos discentes nos processos de Autoavaliação do curso, dos docentes e da infraestrutura da instituição e do curso.

EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO

Participação de todos os colaboradores no processo de Autoavaliação Institucional, e participação dos professores, acadêmicos e equipe pedagógica na avaliação dos cursos; Criação de um plano contínuo de capacitação para todos os colaboradores: Plano Anual de Treinamento; Supervisão/acompanhamento das reuniões de colegiado de curso e NDE, pela gestão acadêmica; Processo de Consolidação da fase de integração e acolhimento dos novos colaboradores, com apresentação aos instrumentos normativos institucionais, visita geral das instalações físicas consolidado; Implantação de ficha de avaliação (feedback) dos colaboradores contratados no corpo técnico administrativo, durante período de experiência; Aumento do valor do vale alimentação do corpo técnico administrativo, para equiparação com o valor oferecido ao corpo docente; Maior adesão da comunidade acadêmica nos cursos e nas jornadas oferecidas pela instituição; Inscrição on line para todos os eventos da IES; Novas metodologias para captação e retenção de alunos através de processo de adaptação de carga horária de disciplina diferenciada para alunos oriundos de outras IES; acadêmicos com benefício de bolsas/convênios; aulas gratuitas de revisão e reforço on line e presencial; cursos de nivelamento; Ação para divulgação da estrutura física e de práticas dos cursos, através do evento: Feira das Profissões, com sorteio de bolsas de estudos integral, custeado com recurso próprio; Marketing, através da comunicação do setor de relacionamento, com os potenciais clientes, para divulgação e oferta de cursos; Treinamento para os líderes de setores administrativo e pedagógico, na forma presencial e a distância, com o compromisso de replicar à equipe; Gestão democrática com reuniões realizadas nos setores e segmentos, de forma a possibilitar a participação, transparência e democracia, com os devidos registros; Divulgação e oferta individual dos módulos dos cursos de pós-graduação; Melhor divulgação e registro das ações da instituição; Divulgação do sucesso profissional dos egressos; Processo de Autoavaliação Institucional com participação do corpo docente na avaliação do clima organizacional; Melhoria na integração e comunicação permanente entre os docentes, o corpo técnico-administrativo e a comunidade acadêmica; Fortalecimento das decisões colegiadas; Reposicionamento da infraestrutura física e operacional da Central de Relacionamento como Central de Admissão, como estratégia na captação de alunos; Integração dos setores Central de

Admissão, Marketing e Call Center no mesmo espaço físico para melhor comunicação com o potencial cliente; Promoção de três colaboradores para a Central de Admissão com o novo formato;

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA

Reestruturada a infraestrutura de dados: sistema de comunicação “telefonia” reestruturado, viabilizando o autoatendimento da comunidade acadêmica; Ampliação da banda larga de internet e o alcance da rede sem fio; Melhoria do alcance da internet sem fio para acadêmicos e professores; Aquisição e implantação de Biblioteca Virtual: Pearson; Manutenção, conservação, atualização e segurança da infraestrutura física e tecnológica; Implantação do sistema para gestão acadêmica, com melhoria no processo de inscrição online, captação de alunos e pré-matrícula online; Avaliação das condições arquitetônicas de acessibilidade através de relatório de estudo técnico dos parâmetros de acessibilidade; Demarcado, com pintura no piso, local exclusivo para cadeirante nos setores de atendimento ao público, a saber: Central de Atendimento, Instalação de computadores, datshow em todas as salas de aula; Contrato de um novo link de internet para a rede acadêmica, para proporcionar alcance e qualidade do sinal de internet, em todo o prédio; Implantado o sistema repositório institucional na biblioteca; Reestruturação da plataforma de aprendizado das disciplinas EaD (tanto da graduação presencial quanto do EaD 100%). Além, apresentar um layout mais direto e simples para o entendimento do aluno de forma simplificada. Novo contrato de gestão da cantina que resultou em melhoria do atendimento, produto e serviço de jantar, um pedido do corpo discente e docente; Em fase de construção de auditório para atendimento de até 500 pessoas; Também a biblioteca e secretaria terão um novo espaço físico, ainda em construção. Reestruturado o laboratório de informática, e aquisição de 50 notebooks Lenovo de terceira geração que foram distribuídos em dois laboratórios móveis.

Assim, esta evolução institucional transcrita e continuada em todos os Eixos constituídos pelas dimensões do SINAES, configuram-se no relatório parcial de Autoavaliação de 2022, já postado no sistema e-MEC, caracterizando toda a sorte de melhorias efetivadas.

3.12 Políticas de Responsabilidade Social

Para que se compreenda a grande responsabilidade social e de inclusão da FACNOPAR, pela capacitação de trabalhadores e pela formação de profissionais qualificados para a atuação no mercado da microrregião de APUCARANA e dos 23 municípios do Vale do Ivaí na qual é a área de atuação da mesma, inicialmente com o ensino presencial, e que foi ampliado com o ensino a Distância, é oportuno apresentar, sinteticamente, uma caracterização desta região, que tem como predominância a atividade agricultura, em especial café soja feijão e milho, mas apresentando uma forte tendência de migração para a cultura da cana-de-açúcar, com forte indústria voltada para a confecção principalmente de bonés e vestuários, bem como a industrialização dos derivados do milho, voltados para a exportação, com indústrias como a Caramuru, Moinho, Kowalski, contando ainda com grandes indústrias na área de couro e frigorífico.

A região por mesclar grandes e pequenas propriedades, desenvolve grande tendência a agroindústria com a produção de milho, café e derivados para o mercado local e exportação. Por ter grandes extensões de áreas cobertas pelas águas do Rio Ivaí, existe uma tendência para o turismo em algumas cidades, já que a exploração de hotéis fazendas, pesqueiros e condomínios destinados a construção de ranchos é bastante visível nesta região.

Dado esse panorama, verifica-se a grande demanda educacional que se apresenta a FACNOPAR para o desenvolvimento desta parte do Estado, sobretudo em termos de educação profissional e tecnológica. Sua função social, como instituição de ensino superior, alarga-se na medida em que atualmente exige-se das pessoas formação ao longo da vida, o que implica o desenvolvimento de competências geradoras da capacidade de percepção e expressão na qual o cidadão/profissional precisa estar não só atualizado em sua área específica como também em relação ao que está acontecendo em seu entorno. Essa concepção de educação inclusiva pressupõe o comportamento crítico e criativo, audacioso e desencadeador de ações voltadas à solução de impasses e problemas do cotidiano.

Portanto, a responsabilidade social na FACNOPAR é um tema que deve estar presente nas atividades e ações empreendidas pelos docentes, discentes e técnicos administrativos. Deve ser considerada nos projetos pedagógicos dos cursos (PPC) de

forma transversal, estando presente no modelo de ensino, pesquisa e extensão, de gestão bem como dos diferentes processos de avaliação.

Nesse sentido, a FACNOPAR procura sempre conscientizar, orientar e estimular práticas socialmente responsáveis, tais como: a disseminação de conhecimentos sobre a responsabilidade social, e o incentivo de ações indutoras de valores à sociedade.

Na perspectiva das instituições de ensino superior, a FACNOPAR se defronta simultaneamente com a necessidade de qualificar seus discentes, futuros tomadores de decisão, contemplando as variáveis ambientais, e responsabilidade ética e social na sua formação, e de internalizar as práticas mais adequadas de gestão. Na medida em que a Instituição evolui nessas práticas contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa, econômica, social, ética e ambientalmente responsável.

A responsabilidade social inclui como subtemas: a inclusão social, o meio ambiente, o desenvolvimento econômico e social, a memória cultural, produção artística e do patrimônio cultural, a educação em direitos humanos assim como das relações étnico-raciais e ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira.

3.13 Políticas de Educação Ambiental

O surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável conduz as organizações contemporâneas a colocar a questão ambiental como um dos pontos centrais na sua atuação. Nesse sentido, a FACNOPAR vem desenvolvendo projetos, programas e ações que demonstram a responsabilidade ambiental da instituição.

A FACNOPAR envida esforços para promover as seguintes ações ligadas a impactos ambientais:

Incentivar a produção de conhecimentos sobre a problemática ambiental de uma forma interdisciplinar e transversal, com abordagem local e também regional;

Fortalecer a disseminação e intercâmbio de conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável.

Ampliar ações e programas que concretizem e integrem as diretrizes curriculares com as políticas relacionadas com a preservação do meio ambiente, estimulando parcerias e transferência de conhecimentos.

3.14 Políticas e Diretrizes para a Educação a Distância

Inicialmente, é imperioso assumir que na educação à distância - EAD a FACNOPAR reafirma todos os princípios e fundamentos da educação denominada presencial já amplamente discutida e assumida ao longo deste documento. Assim sendo, é necessário que partamos do princípio basilar de que a FACNOPAR, neste documento, assume uma política de EAD de boa qualidade, o que não se coaduna com uma substituição ou um arremedo/precarização da educação, tendo em vista unicamente a sua massificação. O objetivo central é a ampliação quantitativa sim, mas mantendo-se a qualidade ou, quando possível, ainda melhor do que a da educação desenvolvida de forma presencial.

Nesse sentido, considerando-se a educação como fenômeno social contextualizado, não se pode deixar de pensar na dimensão continental do nosso país e na quantidade de profissionais excluídos do processo produtivo, devido, entre outros fatores, às diferenças socioeconômicas, à dificuldade de acesso aos locais de estudo, a pouca disponibilidade de tempo. Nesse cenário, surge a necessidade de envidar esforços para ampliar as ofertas educativas na modalidade à distância. Claro está que, tomando como base esses princípios gerais, deve-se aliar a Educação Presencial à educação básica no intuito de atender às demandas pessoais, sociais e do mundo do trabalho da contemporaneidade.

A percepção da tecnologia como produto social - e não como autônoma por si só ou como ideologia – permite pensá-la como instrumento que pode viabilizar a formação de um número maior de profissionais, e de forma mais situada, segundo as necessidades locais, sem, no entanto, perder de vista o contexto global mais amplo. Trata-se de colocar a tecnologia e as novas tecnologias da informação e comunicação a serviço da formação integral do sujeito, considerando a construção de valores inerentes ao ser humano, os desempenhos éticos, críticos e técnicos de uma profissão e à percepção da capacidade transformadora do ser humano.

3.15 Relações Étnico-Raciais e Ensino da História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira

As ações decorrentes das relações étnico-raciais e do ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira devem contemplar diversos aspectos da história e da cultura

que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

A FACNOPAR mantém atividades voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, como já dito anteriormente, na promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como por meio da disciplina institucional de Formação Geral ofertada em todos os cursos de graduação da FACNOPAR, com objetivo de: Estudar os acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais com vistas à atualização permanente sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento. Trata-se de uma disciplina institucional que tem por ementa o Estudo e interpretação sobre os acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e atualização permanente sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento.

Estudo dos valores éticos e culturais que permeiam as relações dos homens na sociedade contemporânea, focando as relações étnico-raciais, a história e a cultura afro-brasileira e indígena e reflexão crítica acerca das políticas de afirmação e resgate histórico da população brasileira. Políticas públicas de inclusão social; formação da identidade nacional brasileira e das políticas educacionais da valorização das diversidades e dos direitos humanos. Políticas de Educação Ambiental e Sustentabilidade. Além disso, oportuniza aos estudantes o acesso a um conjunto de textos dos mais diversos gêneros e assuntos.

3.16 Política para Direitos Humanos

A FACNOPAR desenvolverá programas e projetos de extensão e intervenção social na área dos Direitos Humanos; programas e projetos voltados para segmentos sociais e comunidades em situação de vulnerabilidade social, visando a reinserção educacional e laboral, emancipação social, acesso às políticas sociais públicas, bem como acesso à Justiça e aos Direitos Humanos; todos voltados para a promoção e proteção da dignidade humana.

3.17 Política de Comunicação Interna e Externa

A comunicação interna e externa requer transparência e diretrizes específicas, visando consolidar a marca institucional na região e no setor educacional, bem como valorizar os cursos, programas e atividades gerando respeito, credibilidade e relevância junto à sociedade e ao mercado de trabalho.

A comunicação interna é feita por meio de editais e de um sistema próprio denominado Bitrix24, onde existe toda a base para diálogo, postagem de editais e criação de tarefas e acompanhamento das atividades, além dos portais do professor e aluno.

O portal institucional na internet reunirá as informações sobre os serviços educacionais prestados, bem como disponibilizará à comunidade acadêmica o autoatendimento, facilitando a interação com os sistemas acadêmicos e de controle administrativos da Instituição.

Este processo contará ainda com a Ouvidoria. Terá como objetivo principal a integração entre a comunidade acadêmica, sociedade e a Instituição, por meio de um canal de comunicação direcionado para dar soluções imediatas e conciliadoras e ao mesmo tempo como fonte de informações sobre a Instituição, cursos, programas e serviços ofertados.

3.18 Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico

A FACNOPAR deve manter permanentemente organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta todo o Acervo Acadêmico sob sua guarda.

O Acervo Acadêmico poderá ser consultado a qualquer tempo pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O Acervo Acadêmico poderá ser averiguado a qualquer tempo pelos órgãos e agentes públicos atuantes para fins de regulação, avaliação e supervisão. Estará sujeita à avaliação institucional a adequada observância às normas previstas na PORTARIA MEC N° 1.224, de 18 de dezembro de 2013.

A manutenção e guarda de Acervo Acadêmico não condizente com os prazos de guarda, destinações finais e observações conforme Portaria MEC nº 22, de 21 de

dezembro de 2017 e Portaria MEC nº 315, de 04 de abril de 2018, poderá ser caracterizada como irregularidade administrativa, sem prejuízo dos efeitos da legislação civil e penal.

Atualmente, com o advento das Legislações e portarias, autorizando o uso das Bibliotecas Virtuais, a FACNOPAR tem despendido recursos em manter assinatura constante e suficiente para atender todos os seus discentes e docentes, por entender que o acervo Virtual permite mais flexibilidade aos acadêmicos e docentes, bem como proporcionam um ambiente virtual propício a leitura, anotações e guarda de livros.

Desta forma, a FACNOPAR visando o processo de modernização, flexibilização e acessibilidade, decidiu por bem optar pela virtualização de seus acervos.

3.19 Política de Inclusão Social

O conceito de inclusão social está basicamente relacionado ao acesso de todos aos benefícios oferecidos pela sociedade, tendo como fundamento o respeito às diferenças, o exercício da cidadania e a dignidade humana. Refere-se, portanto, às questões de igualdade de acesso a bens culturais, tecnologias, informações e serviços, bem como a valorização das expressões culturais, as escolhas religiosas, a diversidade racial e a orientação sexual, sendo o princípio do respeito à diversidade o que mais atende a questão da inclusão social.

O Brasil, um país indígena, colonizado por europeus, formado pela mão de obra negra escrava, apresenta uma ampla riqueza cultural e encontra-se em desenvolvimento, porém ainda apresenta grande número de pessoas sem acesso a um dos requisitos básicos para o desenvolvimento econômico, a educação.

As políticas públicas para a Educação Especial no Brasil, na tratativa sobre a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista traz a Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, bem como o Decreto Nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a mesma, no qual, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

O Decreto vigente em seu Art. 1º considera a pessoa com Transtorno do Espectro Autista, pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Dessa maneira, este

público passa a se enquadrar na Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva (2008)³, no qual, garante a inclusão e o AEE.

Em relação à educação, conforme a Lei apresentada, em seu Art. 4º assegura o direito à inclusão deste público em todos os níveis de ensino:

Art. 4o É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior (BRASIL, 2012).

Assim, a legislação vigente aponta um norte para as políticas educacionais brasileiras, voltadas ao atendimento dos que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA) com o objetivo de assegurar o direito à educação a todos de forma igualitária, ou seja, uma educação democrática.

A Educação Inclusiva é destinada a todos os alunos, sem discriminação de raça, cor, religião ou qualquer tipo de deficiência. Diante disso, o Decreto 6949/2009 no qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu Artigo 9º, discute as questões de eliminação das barreiras de Acessibilidade, que implicam nas barreiras à acessibilidade arquitetônica; de comunicação; o acesso a informações, pedagógicas, como também a eliminação das barreiras à acessibilidade digital.

3.20 Política de Proteção do Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

A Lei n. 12.764 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a qual deve ser atendida em sua totalidade na FACNOPAR:

(...)

Capítulo I – Da Caracterização

Art 1o. Conforme o disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, é considerada pessoa com transtorno do

espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada da seguinte forma:

deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Parágrafo único. A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Capítulo II – Das Diretrizes

Art. 2o. São diretrizes desta Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

a participação da comunidade junto a IES, na formulação de políticas voltadas as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista na IES, na região e no País.

Capítulo III – Dos Direitos

Art. 3o. São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, na IES:

- a tratamento digno, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade e a segurança;
- a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino, terá direito a acompanhante especializado.

Art. 4o. A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade e nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

Capítulo IV – Das Disposições Finais

Art. 5o. A IES não poderá recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência.

Atendendo o contido na Legislação vigente a FACNOPAR redigiu documento complementar que trata dos procedimentos a serem adotados para o cuidado e tratamento das Pessoas com Transtornos do Espectro Autista.

3.21 Organização Didático-Pedagógica Institucional

A organização didático-pedagógica da FACNOPAR fundamenta-se em sua missão e na legislação educacional vigente.

O ensino da FACNOPAR vem se pautando por princípios os quais visam, mais do que uma discussão filosófica, proporcionar a prática pedagógica do corpo docente, seja para a elaboração dos currículos, dos planos de ensino e dos projetos pedagógicos dos cursos.

Os currículos dos cursos são constituídos por componentes curriculares, organizados em períodos semestrais, compondo módulos de ensino que dão direito a certificações intermediárias de qualificações profissionais. Os componentes curriculares serão articulados de forma a privilegiar a interdisciplinaridade. Os módulos de ensino

são compreendidos como um conjunto de unidades curriculares que desenvolvem competências afins com a certificação a ser alcançada.

Cada componente curricular dará origem a um Plano de Ensino. O Plano de Ensino considerará a ementa, a justificativa, os objetivos, os conteúdos, critérios de avaliação, bibliografias e os conteúdos definidos no PPC.

A FACNOPAR propõe-se também à educação de adultos, que, segundo Cavalcanti (2007), deve seguir os seguintes princípios:

- A aprendizagem centrada no aluno, na independência e na autogestão da aprendizagem.
- Pessoas aprendem o que realmente precisam saber.
- A experiência é rica fonte de aprendizagem, através da discussão e da solução de problemas em grupo.
- Aprendizagem baseada em problemas, exigindo ampla gama de conhecimentos para se chegar à solução.

A partir desses princípios, os papéis de professores e alunos ficam redimensionados para uma relação de cooperação no processo de ensino-aprendizagem, pois a compreensão é de que, ao incluir a experiência do aluno, os professores também entram num processo de aprendizagem tanto quanto seus alunos, resguardando as funções de cada um no processo.

Se o “fazer pedagógico” se pauta pela centralidade do processo no aluno, tendo a experiência problematizada como núcleo de organização dos conteúdos, significa que o discente no processo necessariamente deve ser um sujeito ativo, com autonomia de pensamento e de ação. Nesse sentido, Paulo Freire (2001) ajuda na construção do conceito de Autonomia. Ainda que não tenha sido tratado de forma direta pelo autor, considera-se que a compreensão que Freire traz do processo ensino-aprendizagem carrega na sua essência o pressuposto da autonomia. Ainda que não tenha sido tratado de forma direta pelo autor, considera-se que a compreensão que Freire traz do processo ensino-aprendizagem carrega na sua essência o pressuposto da autonomia. Não há possibilidade de um ensinar e de um aprender na concepção apresentada por Freire se não considerar que esse processo caminha de mãos dadas com a busca pela

autonomia. Tanto professores quanto alunos, nessa perspectiva, são sujeitos pensantes que interagem no mundo com consciência, cada qual de uma forma distinta, mas ambos com igual importância. Nesse sentido, Freire coloca em relevo o conhecimento que os alunos-adultos trazem para o processo, como um dos pilares da ação pedagógica e não só o conhecimento sistematizado que o sujeito-professor adquiriu.

Com isso, em relação àquele que se coloca na função de professor, ou para o sujeito que ensina, diz Freire:

O fato, porém, de que ensinar ensina o ensinante a ensinar um certo conteúdo não deve significar, de modo algum, que o ensinante se aventure a ensinar sem competência para fazê-lo. Não o autoriza a ensinar o que não sabe. A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer uma formação permanente do ensinante. Formação que se funda na análise crítica de sua prática. (Freire, 2001, p.259)

Nesse sentido, o compromisso com sua formação (profissional, cultural etc.) requer do corpo docente da FACNOPAR um posicionamento marcadamente diferenciado em relação aos alunos, ao conhecimento, finalmente, ao próprio processo do qual é sujeito.

Quanto aos sujeitos que aprendem, nossa inspiração em Freire (2001), resulta numa construção cotidiana de um sujeito-leitor, que interaja com o conhecimento de forma autônoma e crítica. Para Freire:

(...) estudar é, em primeiro lugar, um que-fazer crítico, criador, recriador, não importa que eu nele me engaje através da leitura de um texto que trata ou discute um certo conteúdo que me foi proposto pela escola ou se o realize partindo de uma reflexão crítica sobre um certo acontecimento social ou natural e que, como necessidade da própria reflexão, me conduz à leitura de textos que minha curiosidade e minha experiência intelectual me sugerem ou que me são sugeridos por outros. Assim, (...) o ato de estudar implica sempre o de ler, mesmo que nesse não se esgote. De ler o mundo, de ler a palavra e assim ler a leitura do mundo anteriormente feita. (Freire, 2001, p.260)

A prática de leitura, do texto, da vida, de si, é estimulada na articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. É a articulação entre os saberes formalmente estabelecidos pela ciência e aqueles adquiridos pela experiência da vida, fornecem a linha-mestre para pensar a formação da FACNOPAR. Esse eixo orientador da prática pedagógica é o princípio organizador dos currículos. Nesse sentido, a experiência que os alunos trazem deve ser valorizada, pois:

(...) a experiência da compreensão será tão mais profunda quanto sejamos nela capazes de associar, jamais dicotomizar, os conceitos emergentes da experiência escolar aos que resultam do mundo da cotidianidade. Um exercício crítico sempre exigido pela leitura e necessariamente pela escuta é o de como nos darmos facilmente à passagem da experiência sensorial que caracteriza a cotidianidade à generalização que se opera na linguagem escolar e desta ao concreto tangível. (Freire, 2001, p.261)

Essa concepção é um exercício cotidiano que a Instituição procura construir com o corpo docente e discente, num processo de reflexão para que a prática dos alunos em relação ao estudo se altere significativamente. A utopia da FACNOPAR é aquela que Freire expõe:

Se estudar, para nós, não fosse quase sempre um fardo, se ler não fosse uma obrigação amarga a cumprir, se, pelo contrário, estudar e ler fossem fontes de alegria e de prazer, de que resulta também o indispensável conhecimento com que nos movemos melhor no mundo, teríamos índices melhor reveladores da qualidade de nossa educação. (Freire, 2001, p.267)

Essa inspiração leva a Instituição buscar na dimensão da cultura o outro elemento conceitual com o qual o projeto pedagógico foi proposto. Tomou-se para essa conceituação Barbosa e Candau (2003) no texto em que tratam do currículo e cultura e trazem o conceito de multiculturalismo.

A diversidade cultural, para além das diferenças do ponto de vista das heranças que traz, diz respeito à necessária compreensão da diversidade como um bem em si. O direito à diversidade, presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), dispõe que:

Artigo II

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (1948).

E,

Artigo XXVI

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (1948)

O respeito às diferenças é hoje uma necessidade para a construção de uma sociedade melhor. A falta de compreensão e tolerância leva ao preconceito, e esse à violência. No núcleo da desestabilização das relações sociais está o preconceito, por isso, a FACNOPAR entende que uma educação que traga a diversidade como um bem, e não como uma “disfunção” social, promove uma formação que privilegie relações pautadas pela tolerância.

Mas, também o projeto foi conduzido na perspectiva do multiculturalismo, entendendo que esse também se manifesta sob a forma das diferentes etnias com as quais se contracenam no espaço social. Esse aspecto é bastante peculiar para a FACNOPAR, uma vez que esta se encontra numa região em que o encontro das culturas é imensamente privilegiado. Convive na região com grupos oriundos de culturas distintas (japoneses, eslavos, italianos, afrodescendentes etc.), e que integram uma mesma comunidade. Tende a pensar alinhado com alguns autores que discutem a cultura na modernidade (Guy Debord, Pery Anderson, Marshal Berman, David Harvey, Renato Ortiz) de que assiste a partir da segunda metade do século XX um declínio de certas tradições, alterando profundamente a cultura, devido ao crescente processo de globalização e da

padronização do comportamento em função da circulação em escala planetária das informações, imagens e tendências.

Se por um lado, o avanço dos meios de comunicação tem trazido grandes benefícios à população residente fora dos grandes centros urbanos, por outro lado, tem feito com que a influência de certos padrões culturais leve algumas culturas à condição de “antiquadas”. Sem entrar na discussão em torno do “velho X novo”, do “antigo X moderno”, considera que uma valorização das culturas, ressaltando suas diferenças, contribui sobremaneira para uma educação de tolerância, para o reconhecimento e valorização do outro, de suas diferenças que não signifiquem uma relação de subserviência de um sobre o outro. Nesse sentido, concorda com Moreira e Candau (2003) de que:

(...) a formulação de um currículo multiculturalmente orientado não envolve unicamente introduzir determinadas práticas ou agregar alguns conteúdos, o que corresponderia apenas a uma abordagem que Banks (1999) intitula de “aditiva”. Não basta acrescentar temas, autores, celebrações etc. É necessária uma releitura da própria visão de educação. É indispensável desenvolver um novo olhar, uma nova ótica, uma sensibilidade diferente. O caráter monocultural está muito arraigado na educação escolar, parecendo ser inerente a ela. Assim, questionar, desnaturalizar e desestabilizar essa realidade constitui um passo fundamental. Contudo, favorecer o processo de reinventar a cultura escolar não é tarefa fácil. Como afirmam os(as) educadores(as), exige persistência, vontade política, assim como aposta no horizonte de sentido: a construção de uma sociedade e uma educação verdadeiramente democráticas, construídas na articulação entre igualdade e diferença, na perspectiva do multiculturalismo emancipatório. (Moreira e Candau, 2003, p.166)

Com isso, organizar um currículo de acordo com esse princípio vem significando para a FACNOPAR inserir a cultura como princípio educativo, que significa “(...) questionar os lugares comuns, as leituras hegemônicas da nossa cultura e de suas características, assim como das relações entre os diferentes grupos sociais e étnicos(...)” (Moreira e Candau, 2003, p.167). A incorporação deste princípio visa:

(...) propiciar uma interação reflexiva, que incorpore uma sensibilidade todos esses aspectos são importantes, na formação docente, para que

melhor se analisem as questões curriculares e a dinâmica interna da escola. O principal propósito, acrescentamos, é que o docente venha a descobrir outra perspectiva, assentada na centralidade da cultura, no reconhecimento da diferença e na construção da igualdade. Esperamos, assim, formar educadores que atuem como agentes sociais e culturais a serviço da construção de sociedades mais democráticas e justas. (Moreira e Candau, 2003, p.167)

A valorização da cultura também significa para a FACNOPAR colocar em relevo suas qualidades, tanto do ponto de vista institucional, quanto social e ambiental. Convive com uma imagem socialmente construída na localidade de que o “outro” – a instituição, o mercado, o produto – é melhor do que é produzido localmente. Existe uma cultura da desqualificação de si próprios e do que possuem. A FACNOPAR, nesse sentido, assumiu como um dos eixos de discussão cultural uma valorização da cultura local, da produção local, das instituições locais, do meio ambiente procurando fazer com que a população passe a olhar para seu entorno e ver nele a si próprio e os valores que carregam.

Com base nas políticas estabelecidas a instituição visa uma relação de cooperação entre professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem. Resguardadas as funções de cada um no processo, que se pauta na centralidade no aluno, tendo a experiência como núcleo de organização dos conteúdos, onde o acadêmico é um sujeito ativo, com autonomia de pensamento e de ação. Tanto professores quanto alunos, na perspectiva de autonomia, são sujeitos pensantes que interagem no mundo com consciência, cada qual de uma forma distinta, mas ambos com igual importância.

Para atendimento de seus fins, a FACNOPAR adota os seguintes princípios de organização:

- Unidade de administração superior.
- Estrutura orgânica com base em coordenação e colegiados.
- Unificação das funções do ensino, pesquisa e da extensão, objetivando a plena utilização dos recursos materiais e humanos.
- Flexibilidade de métodos e critérios com vistas às diferenças entre os alunos, às peculiaridades de combinação dos conhecimentos para novos estudos, cursos e programas de trabalho.

A administração e coordenação das atividades da mantida, FACNOPAR, são exercidas pelos seguintes órgãos:

Fiscalização:

- Mantenedora, Centro de Estudo Superior de Apucarana - CESA.

Deliberação superior:

- Conselho de Administração Superior (CONASUP)

Execução superior

- Diretoria Geral.
- Vice- Direção
- Diretoria Acadêmica
- Diretoria Financeira

Deliberação intermediária:

- Conselho Acadêmico (CONSAC):

Administração de cursos:

- Colegiado de Graduação
- Coordenadorias de cursos

Os órgãos colegiados funcionam com seus regulamentos próprios e são convocados por seu presidente.

O Conselho de Administração Superior -CONASUP, colegiado deliberativo e normativo em matéria de administração acadêmica é integrado por:

- Pelo Diretor Geral, como seu presidente;
- Pelo Vice-Diretor;
- Pelos Diretores; e
- Por um representante da mantenedora, com mandato de dois anos.

Compete ao CONASUP fixar a política da mantida, FACNOPAR, e supervisionar a execução, submetendo-o à mantenedora para homologação e ao órgão federal competente nos termos da legislação vigente, para aprovação.

A Diretoria Geral, órgão executivo superior, é exercida pelo Diretor Geral e compreende:

- Gabinete do Diretor Geral;
- Vice-Diretor;
- Biblioteca;
- Secretaria Acadêmica
- Diretoria Acadêmica e
- Coordenadoria de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação; e
- Diretoria Financeira.

A função do Diretor Geral é administrar a mantida, coordenar a elaboração do plano geral da FACNOPAR, convocar e presidir o CONASUP, o CONSAC e as Assembleias do CESA.

O CONSAC colegiado de supervisão de ensino, pesquisa e extensão, com atribuições deliberativas, normativas e consultivas, é integrado pelos seguintes membros:

- Diretor Geral, como seu presidente;
- Vice-Diretor;
- Diretor Acadêmico;
- Coordenador de Extensão e Pós-Graduação;
- Diretor Financeiro; e
- Coordenadores dos Cursos de Graduação.

As funções do CONSAC são: coordenar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, propor ao CONASUP o desdobramento, fusão, criação, extinção de área ou curso de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, deliberar sobre a realização de cursos de pós-graduação lato sensu, de programas de extensão e de pesquisa, nos termos da legislação vigente e outras funções afins.

O Colegiado de Graduação, órgão integrador dos cursos, é constituído pelos seguintes membros:

- Diretor Geral, como seu presidente;
- Vice-Diretor;
- Diretor Acadêmico;
- Coordenador de Extensão e Pós-Graduação;
- Coordenador de Graduação (presencial e a distância);
- Um representante docente de cada curso; e
- Um representante discente.

O Colegiado de Graduação tem como competência fixar e compatibilizar objetivos gerais e específicos para promoção de integração entre os cursos, de acordo com as diretrizes e políticas estabelecidas, verificar a qualidade dos cursos ofertados, propor formas de integração entre os cursos e decidir sobre projetos integradores e interdisciplinares.

Cabe ao Coordenador de Curso supervisionar as atividades do Núcleo Docente Estruturante - NDE, articulando-se no que for necessário: convocar e presidir reuniões, acompanhar, cumprir e fazer cumprir as normas reguladoras, Federais e Institucionais pertinentes ao curso, fiscalizar a fiel execução do regime didático, exercer as demais atribuições que a função exige e elaborar juntamente com os demais membros a regulamentação do NDE.

É responsabilidade do NDE a definição do currículo, conteúdos e periodização do curso, ementas, bibliografia básica e complementar, formas de desenvolvimento do curso, metodologias de ensino ativo, ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação e outros recursos para os cursos. As funções do NDE são:

- Acompanhar, consolidar e elaborar contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.
- Contribuir para a composição do curso tendo como referência o perfil profissional do egresso do curso.
- Garantir a integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino estabelecidas no currículo.
- Garantir o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas para os cursos de graduação.

A atuação primordial do NDE é acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, envolvendo principalmente os conteúdos curriculares e sua aplicabilidade prática na atividade profissional, orientar a elaboração e articulação dos programas das disciplinas e dos procedimentos de ensino e avaliação, opinar sobre os projetos de ensino, pesquisa e extensão e propor o plano anual de atividades do curso.

Assim constituída a organização didático-pedagógica, institucionalizada e regulamentada, a FACNOPAR mantém a perspectiva humanista e ética expressa em suas diretrizes gerais e nas políticas estabelecidas como princípios norteadores ao desenvolvimento de sua missão educacional.

4 ENSINO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA NA FACNOPAR

4.1. Situação dos Cursos de Graduação

A FACNOPAR, ao longo de seus anos, procurou aliar sua prática em consonância com esses compromissos - a formação profissional e social- ainda que para isso, muitos foram os percalços e as dificuldades superados. Atualmente, a Instituição está consolidada como estabelecimento de ensino superior de qualidade que mantém cursos com conceitos positivos e com conceito institucional também positivo.

Considerando sua trajetória, a instituição estabelece como objetivos específicos consolidar a Educação a Distância - EAD consolidando a formação humanística e profissional que proporciona aos seus discentes e a diversificação das áreas dos cursos de graduação ofertados, para tornar-se um Centro Universitário.

Para atingir os objetivos pretendidos, a instituição está estruturando para os próximos anos novos programas, visando à qualidade dos cursos ofertados com intuito de manter os conceitos obtidos, ou superiores, conforme avaliações do MEC.

Com base no desenvolvimento institucional da FACNOPAR e na consolidação de resultados positivos no processo de Recredenciamento e de Avaliação dos cursos presenciais, e, considerando a necessidade de oportunizar a melhoria da qualidade de vida para a população brasileira, a Instituição tem voltado sua atenção para consolidar o EAD, que possa propiciar a formação profissional do educando com inserção no mundo do trabalho e que ele possa assumir suas responsabilidades perante a sociedade.

Pela constatação que é preciso repensar as formas de educação de jovens e adultos, que até o momento tiveram suas expectativas limitadas em sua formação e integração com a sociedade, e com a evolução científica e tecnológica que proporcionaram novas estratégias e metodologias de ensino, a Instituição estabelece como meta prioritária a consolidação do EAD. Define também como compromisso acadêmico e social oportunizar acesso ao ensino de qualidade, proporcionando a formação de cidadãos que possam superar as desigualdades sociais com comprometimento em seu contexto social.

A FACNOPAR entende que o EAD propicia a democratização e acesso aos conceitos fundamentais da formação profissional e pessoal do aluno, atendendo a demanda social como uma estratégia de superação da exclusão social de tantos cidadãos brasileiros. Dessa forma, tem como objetivo a implantação do EAD para o ensino médio e

CURSO	ATO	DATA	CONCEITOS
DIREITO Os cursos da Instituição	Portaria de Renovação de Reconhecimento nº 201/2020	25/06/2020	3
ADMINISTRAÇÃO-	Portaria de Reconhecimento no.212/2016 (Protocolado pedido de	22/06/2-16	4

Quadro 03- Resultados das avaliações dos cursos de graduação realizadas pelo MEC nos últimos três anos.

CURSOS PRESENCIAIS

	renovação do reconhecimento)		
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Portaria de Reconhecimento no. 207/2020	25/06/2020	3
MARKETING	Portaria de Reconhecimento nº. 704/2013 (Protocolado pedido de renovação do reconhecimento)		3
RECRENCIAMENTO	Portaria nº. 333/12 de 05/04/201 (Protocolado pedido de renovação do recredenciamento)	10/04/2012	3
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Portaria de Renovação de Reconhecimento nº 207/2020	25/06/2020	5
DESIGN DE INTERIORES	Portaria de Renovação de Reconhecimento no. 821/2018	22/11/2018	3
AGRONEGÓCIO	Portaria de Renovação de Reconhecimento no. 528/2018	01/08/2018	3
EDUCAÇÃO FÍSICA	Portaria de Autorização 1081/2021	24/09/2021	4
PSICOLOGIA	Portaria de Autorização 1110/2021	24/09/2021	4
EDUCAÇÃO EAD			
CURSO	ATO	DATA	CONCEITO
CREDENCIAMENTO	Portaria no. 659/2016 (Protocolado pedido de renovação do reconhecimento)	05/02/2017	4
CST EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Portaria de Autorização no. 05/2017 (Protocolado pedido de renovação do reconhecimento)	02/01/2017	3
PEDAGOGIA	Portaria de Reconhecimento	09/04/2020	4

	no. 96/2020		
ADMINISTRAÇÃO	Portaria de Autorização 356/2016 (Protocolado pedido de renovação do reconhecimento)	08/08/2016	4
CST LOGÍSTICA	Portaria de Autorização 358/2016 (Protocolado pedido de renovação do reconhecimento)	08/08/2016	3
CST MARKETING	Portaria de Autorização 344/2019 (Protocolado pedido de renovação do reconhecimento)	12/07/2019	4
CST GESTÃO COMERCIAL	Portaria de Autorização 337/2019 (Protocolado pedido de renovação do reconhecimento)	11/07/2019	4
CST COMÉRCIO EXTERIOR	Portaria de Autorização no. 144/2021	18/02/2021	3
CST NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	Portaria de Autorização no. 610/2021	22/06/2021	3

4.2. Modelo de Educação a Distância da FACNOPAR

A legislação brasileira, decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394 de 1996, define o EAD como “uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação”.

Considerando essa definição de EAD e as mudanças decorrentes da globalização mundial, internacionalização econômica, maior interação pessoal e difusão

rápida da informação sustentada por inovações tecnológicas que indicam a necessidade de propiciar ensino de qualidade a um número maior de pessoas que nem sempre tem oportunidade de formação ou educação continuado, principalmente aqueles que residem em locais distantes e que não tem acesso ao ensino universitário.

Para isso, a FACNOPAR tem compromisso em proporcionar uma formação que garanta as competências e habilidades objetivadas nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, nos objetivos dos cursos de pós-graduação e extensão para proporcionar o conhecimento, desenvolvimento profissional e competências necessárias para inserção social, atuando e agindo em benefício da sociedade.

O desenvolvimento de habilidades possibilita primordialmente ao aluno a capacidade de argumentação, elaborar análises do ambiente social que proporcionam a estruturação de conjecturas e a capacidade de elaborar generalizações, assim como soluções inovadoras possíveis de serem aplicadas em seu contexto social.

Com um sistema articulado de conteúdos teóricos e práticos cada qual com suas metodologias didáticas específicas, a Instituição pretende:

- *Implantar cursos de graduação: bacharelado, licenciatura e tecnológico, conforme abrangência geográfica.*
- *Investir na formação de professores da educação fundamental e básica.*
- *Proporcionar educação básica e técnica para jovens e adultos.*
- *Consolidar os cursos de pós-graduação.*
- *Proporcionar cursos de formação continuada.*

O corpo dirigente da FACNOPAR entende que para atender a demanda de formação profissional e inserção no mundo produtivo e social, a EaD pode proporcionar educação de boa qualidade por meio de gestão e metodologias inovadoras com base nas ferramentas de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC. Para isso, a Instituição está preparando continuamente, seu corpo docente e corpo técnico-administrativo para os desafios da EaD.

Como são múltiplas as possibilidades da EaD, a Instituição adota políticas e estratégias diferenciadas de suporte para cada curso com adoção de TICs adequadas aos objetivos do curso, materiais impressos ou digitais básicos ao processo de

aprendizagem, conforme natureza do curso definida em cada Projeto Pedagógico do Curso.

Nesse contexto, a FACNOPAR assume o compromisso de proporcionar infraestrutura administrativa, tecnológica e de recursos humanos necessários ao desenvolvimento da EaD, estabelecendo parcerias com instituições públicas e privadas que possam funcionar como polos de apoio presencial.

Para implementar as políticas definidas para a EaD, a FACNOPAR estabeleceu um cronograma de ações que atende, preferencialmente, o treinamento do corpo docente e dos técnico-administrativos. Além disso, foi também estabelecida a prioridade de criar regimentalmente uma Coordenadoria de Educação a Distância e o Núcleo de Integração Pedagógica para produção de material didático e apoio aos docentes na preparação das aulas.

Na área de gestão, criou o setor administrativo dos Polos e setor responsável pelo Suporte Técnico de Informática específico para EaD junto ao Núcleo de Tecnologia e Informação.

A gestão do conhecimento no EAD da FACNOPAR conta com o apoio de uma equipe pedagógica responsável pela estruturação dos recursos metodológicos utilizados, contribuindo com a elaboração das mídias digitais, atenção e respeito às questões legais da propriedade intelectual, direitos autorais e diversidade cultural.

Dessa forma, a EaD tem uma equipe direcionada ao uso e atualização das TIC, uma equipe direcionada à produção de materiais impressos e digitais, a Coordenadoria de Cursos, o Coordenador de Curso, o Núcleo Docente Estruturante, professores e tutores a distância que atuam na sede.

Além disso, a EaD conta com o suporte administrativo e financeiro das atividades por meio da Diretoria Financeira, Ouvidoria e ainda setores essenciais como Secretaria Acadêmica, Central de Atendimento Acadêmico, Biblioteca Central e uma estrutura especial de atendimento ao aluno com a finalidade de verificar a assiduidade dos alunos, o desenvolvimento das atividades pelos alunos e as dificuldades e problemas específicos dos acadêmicos, incluindo atendimento aos portadores de necessidades especiais. O setor estruturado denomina-se InterAção cujos funcionários, com função de agentes interativos, são responsáveis pelo relacionamento aluno e Instituição. Nos polos de apoio presencial o modelo de EAD da FACNOPAR conta com um

representante responsável em realizar o contato com os alunos e por fazer a matrícula e encaminhar a documentação à SEDE.

No plano pedagógico, a EaD é uma modalidade que proporciona múltiplas possibilidades de metodologias para estruturação de um curso. A composição das aulas e das atividades dos cursos pode adquirir variadas formas de comunicação e usos das ferramentas tecnológicas, mas seguem princípios estabelecidos pela legislação vigente como, por exemplo, a carga horária do curso, as avaliações presenciais, a distribuição dos conteúdos básicos e específicos, o acompanhamento da formação do acadêmico pelos tutores e professores, a certificação do curso e demais aspectos legais.

O processo de EaD da FACNOPAR foi estruturado com base nos recursos tecnológicos e didáticos disponíveis na atualidade, de forma síncrona e assíncrona, podendo utilizar-se de novas ferramentas tecnológicas que possam intermediar o processo educativo. Para isso, a instituição investiu na elaboração de materiais impressos e digitais, na infraestrutura acadêmica, na biblioteca, na formação e qualificação de recursos humanos e no estabelecimento de parcerias para os polos de apoio de ensino presencial.

A EaD da FACNOPAR constitui-se de uma estratégia de compartilhar conhecimentos sistematizados para uma formação de qualidade, utilizando-se de recursos de comunicação entre alunos, professores, tutores e coordenadores de cursos, por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Essa proposta educativa é multimidiática e interativa, com modelo de EaD com tutoria, garantindo o acompanhamento do aluno em seu processo formativo e profissional, na comunicação permanente entre a comunidade acadêmica envolvida, em atividades individuais e coletivas, materiais didáticos específicos para cada curso, ferramentas autoinstrucionais e avaliação de desempenho presencial, e avaliações das atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso.

Dos recursos pedagógicos utilizados no processo de formação, destaca-se o acompanhamento sistematizado do desenvolvimento do acadêmico, na compreensão e apreensão do conhecimento, no estímulo ao auto-estudo, na motivação necessária à conclusão do processo formativo e no entrosamento dos alunos, professores e tutores envolvidos no EAD.

Para tanto, o projeto pedagógico de cada curso foi elaborado conforme as habilidades, competências que devem ser desenvolvidas, conteúdos curriculares observando as Diretrizes Curriculares Nacionais. A formação teórica proporciona a construção de significados que possam ser aplicados na melhoria da vida em sociedade, buscando transformações em seu cotidiano, e capaz de acompanhar as mudanças do mundo do trabalho, com aprendizagem continuada e atitude de investigativa, empreendedora e com responsabilidade socioambiental. O propósito é estimular nos acadêmicos a capacidade de argumentar, realizar conjecturas, compreender os processos, fazer generalizações e contribuir nas mudanças no seu meio social, utilizando as habilidades e os conhecimentos adquiridos no curso.

A EaD, na FACNOPAR, tem como função central a disseminação do conhecimento, da formação continuada, da atualização profissional, utilizando-se das TICs, métodos e materiais pedagógicos disponíveis, com o objetivo de capacitar os educandos na compreensão da realidade em que vive e desenvolver sua capacidade para realizarem-se profissionalmente, desenvolverem a autonomia e exercer a cidadania, transformando a sociedade.

O modelo de EaD estruturado pela FACNOPAR e descrito nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, com as devidas especificidades de cada curso, em linhas gerais, tem as seguintes características:

- **MULTIMIDIÁTICO**

O modelo de EaD da FACNOPAR é concebido a partir da tecnologia e plataformas disponíveis atualmente, com utilização dos equipamentos digitais, plataformas de comunicação e recursos tecnológicos para criação e exploração de seu projeto educacional tendo como suporte essencial a comunicação pela internet, que proporciona maior agilidade na disseminação dos conteúdos, permitindo um fluxo de trabalho dinâmico e inovador no processo ensino-aprendizagem.

O modelo permite rapidez na comunicação dos conteúdos na rede de forma interativa, participativa e colaborativa para favorecer o estudo interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar. A integração dos equipamentos digitais na educação é uma tendência mundial e nem todas as suas possibilidades foram exploradas, indicando

que novos recursos midiáticos podem ser desenvolvidos e agregados no projeto educacional da Instituição.

▪ **INTERATIVO**

O processo interativo na EaD da FACNOPAR prioriza a criação, a construção, a participação ativa do aluno em sua aquisição do conhecimento. A instituição em seu projeto educacional entende que quanto mais ativas e colaborativas forem as atividades educacionais, mais o acadêmico pode reter e integrar o que aprender.

As atividades interativas entre os participantes do ensino a distância são estruturadas para que o acadêmico possa desenvolver suas capacidades de pensar, comparar, opinar, trocar ideias e agir de forma responsável no meio em que vive. A Instituição prioriza os meios de comunicação e informação que permitem diferentes relações interativas entre os próprios alunos, alunos e professores, alunos e tutores, além da interação entre professores e tutores.

Os processos interativos nesse modelo de ensino-aprendizagem geram diferentes possibilidades educacionais tendo como fator central os meios de comunicação, a internet e as aplicações Web que juntos permitem a aprendizagem cooperativa e colaborativa.

No processo de EaD da FACNOPAR, os educadores desempenham a atividade de mediador da aprendizagem na estruturação e disseminação dos conteúdos e atividades, na especificação de orientações e atitudes no uso dos recursos midiáticos e na competência de utilização dos recursos de comunicação e informação, promovendo a interação entre professores, tutores e alunos.

Na modalidade a distância, o processo ensino-aprendizagem destaca-se a função dos tutores que estabelecem a troca de informações e de comunicação entre o aluno e professores e também com o coordenador do curso.

▪ **SÍNCRONO E ASSÍNCRONO**

O sistema utilizado pela FACNOPAR é o eletroniclearning, e-learning, e o sistema dele derivado, blended learning, b-learning, dependendo das características de cada curso, com atividades síncronas e assíncronas.

Na EaD, os processos assíncronos como o correio eletrônico, agenda, o fórum e a lista de discussão são eficazes porque permitem ao acadêmico um tempo maior para pesquisa, estudo e reflexão dos conteúdos e contribuem significativamente na aprendizagem.

Já os processos síncronos, como o chat e videoconferência, permitem a comunicação entre os agentes do ensino em tempo real permitindo a interação entre os alunos, professores e tutores. Como apoio ao processo de aprendizagem é utilizado o sistema de gestão de aprendizagem Learning Management System – LMS que permite a interação entre os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Inicialmente, a plataforma LMS utilizado pela FACNOPAR é o Moddle com a possibilidade de incorporar novas tecnologias.

▪ **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC**

Os meios de comunicação e disseminação da informação na EaD permitem a interação entre os agentes envolvidos no processo. A evolução tecnológica dos meios de comunicação, aliada à Internet permitem a interatividade proporcionando ao acadêmico interagir com textos e imagens, em diferentes espaços geográficos. Permitem também ao aluno o desenvolvimento de relações interpessoais com diferentes grupos sociais, próximos ou distantes, com oportunidade de aprendizagem colaborativa e cooperativa em trabalhos em grupo, pesquisa, troca de informações e divulgação de resultados.

O modelo educacional instituído pela FACNOPAR tem a finalidade de desenvolver a flexibilidade mental, a intuição e comparação de resultados. O conjunto de recursos tecnológicos e midiáticos integrados estabelecidos no modelo de EaD da Instituição facilita a comunicação entre a comunidade acadêmica e favorece a gestão do conhecimento e o processo de ensino e aprendizagem.

▪ AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - AVA

Os ambientes virtuais de aprendizagem são softwares que possibilitam a estruturação e formatação de cursos e funções acessados por meio da Internet. O ambiente virtual de aprendizagem da FACNOPAR é concebido para o gerenciamento dos conteúdos curriculares disponibilizados para seus alunos e administração do curso.

Essa interface permite o acompanhamento da aprendizagem dos alunos no desenvolvimento de suas atividades e no acesso à informação. O ambiente foi concebido com a finalidade de uma construção coletiva do conhecimento, estabelecendo regras e definições de acesso, prazos para os trabalhos, para os estudantes e capacitar a comunicação rápida e clara.

A forma de estruturação do ambiente AVA da FACNOPAR, com características interativas e transformadoras, visa o desenvolvimento da criatividade, de habilidades cognitivas e colaborativas, a transmissão e armazenamento das informações e manutenção de processos interativos como o chat, fórum, lista de discussões, correio eletrônico, agenda, entre outros.

No ambiente AVA, as atividades e produções dos alunos constituem o Portfólio que permite que seja realizado um acompanhamento do desenvolvimento do aluno no curso. O portfólio contém todas as produções textuais dos alunos, registro de atividades e também das avaliações de aprendizagem.

▪ MATERIAIS PEDAGÓGICOS IMPRESSOS E DIGITAIS

O desenvolvimento de atividades de controle ou iniciativas criativas dos participantes do processo educacional a distância da FACNOPAR, estruturam o conhecimento teórico e experiências práticas e têm como base os materiais pedagógicos desenvolvidos pelos docentes seja na forma impressa ou digital.

Os professores, em conjunto com o coordenador do curso e equipe pedagógica têm a função de disponibilizar conteúdos programáticos básicos ao desenvolvimento do aluno, materiais para consulta complementares e questões instigadoras para desenvolvimento de pesquisas e atividades individuais ou colaborativas. Os materiais pedagógicos desenvolvidos para o curso permitem que o processo de aprendizagem

possa ser ao mesmo tempo direcionado e livre, ao despertar a curiosidade e estimular pesquisas.

▪ **BIBLIOTECA**

No sistema da FACNOPAR para o EAD, a bibliografia básica e bibliografia complementar estão definidas e especificadas no projeto pedagógico de cada curso. A bibliografia é definida pelo núcleo docente estruturante, entendendo a bibliografia básica como aquela composta por livros que constituem a leitura mínima obrigatória e bibliografia complementar como a leitura recomendada ao acadêmico para aprofundar conhecimentos sobre os conteúdos curriculares da disciplina do curso.

Para a EaD, a Instituição tem também a Biblioteca Digital com títulos especificados na Bibliografia Básica e Complementar, conforme especificações do Projeto Pedagógico. O acesso à Biblioteca Digital é por meio de acesso concedido ao aluno, com senha e identificação do acadêmico.

4.3. Processo de Desenvolvimento dos Cursos de Especialização Lato Sensu e Educação Continuada

O modelo de EaD instituído para os cursos de especialização lato sensu e educação continuada foi estruturado utilizando-se os recursos e-learning, suportado por tecnologias de informação e comunicação com uso das capacidades da Internet para acesso às aulas, conteúdos e atividades.

Nesse modelo, os professores são responsáveis pelos conteúdos curriculares, gravados preferencialmente na sede, e contam com os responsáveis pelos polos as orientações e avaliações das atividades programadas.

As monografias de conclusão de cursos de especialização lato sensu são orientadas pelos tutores e a defesa é realizada por meio de recursos de comunicação on-line com banca formada por professores da sede e professores convidados de outras Instituições que mesmo a distância, interagem com o acadêmico que realiza a defesa de seu trabalho com apresentação on-line.

Outro sistema utilizado na pós-graduação lato sensu é o sistema b-learning com atividades presenciais nos polos de apoio presencial.

Ambos os sistemas de ensino a distância propiciam atividades síncronas e assíncronas com plataforma LMS que permite diversas possibilidades de integração e interação entre professores, tutores e alunos.

A utilização da metodologia e-learning e b-learning pela FACNOPAR amplia o alcance da difusão do saber e atualização profissional, democratizando o acesso à informação nas diferentes regiões do país. Essas metodologias têm como características importantes a rápida atualização dos conhecimentos, o acesso à informação relevante, a flexibilidade de horários de estudos e de desenvolvimento das atividades. Como fundamentos básicos do EAD com enfoque central no desenvolvimento do aluno estão as capacidades de autoestudo e autonomia no processo de aprendizagem.

4.4. Processo de Desenvolvimento dos Cursos Tecnológicos, Bacharelados e Licenciaturas:

Para os cursos de Graduação a distância, a FACNOPAR utiliza a metodologia *b-learning*, com encontros presenciais para aulas, atividades práticas e avaliações nos polos de apoio presencial.

A concepção pedagógica dos cursos de graduação envolve aulas presenciais ao vivo ou gravadas na plataforma LMS, utilizando os recursos da Internet e disponibilizadas na Web.

Cada curso de graduação é estruturado em seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC, tomando como base as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN que estabelecem os conteúdos curriculares necessários à formação, os propósitos e metas que devem ser alcançados quanto à formação do aluno.

Considerando a missão institucional e tradição pedagógica de qualidade, a FACNOPAR define o perfil dos egressos de cada curso fundamentado na visão humanística, social e científica na integralização dos conteúdos, das competências e valores éticos na formação profissional do estudante.

O currículo do curso é formalizado conforme as DCN, com enfoque na flexibilização dos seus componentes, observando as diferenças regionais de acordo com os objetivos do curso, do perfil do egresso e das competências e habilidades que são desenvolvidas e pensando o aluno como sujeito do processo ensino-aprendizagem de forma indissociável da pesquisa e extensão.

A matriz curricular contempla os conteúdos básicos e específicos do curso, com articulação entre teoria e prática, com desenvolvimento de competências para o exercício profissional e de uma visão humanitária e integrada às realidades regionais.

Os cursos de graduação contemplam as Atividades Complementares com finalidade de aprofundar assuntos de interesse pessoal do acadêmico, entender as realidades do mundo do trabalho e identificar ações extensionistas junto à comunidade.

O Estágio Supervisionado, quando previsto para o curso, tem como objetivo a consolidação dos estudos realizados no exercício profissional. Os estágios têm regulamentação específica e são supervisionados pelos tutores presenciais, conforme orientações dos professores e coordenação de cada curso.

Já o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, quando estabelecido, é apresentado na forma de artigo. Os melhores trabalhos serão publicados na Revista Científica da FACNOPAR.

Para os cursos de graduação, a metodologia utilizada fundamenta-se na interação entre alunos, tutores e professores, mediada por recursos da TIC, pelo conhecimento científico e pelo aspecto teórico com aplicação prática. No EAD, o desempenho individual está vinculado diretamente à capacidade de auto-estudo e a atitude incentivadora dos tutores e professores.

Nesse contexto, as práticas pedagógicas e materiais de apoio são elaborados para o desenvolvimento do conhecimento, a apropriação de significados e de práticas profissionais, proporcionando situações que possibilitem ao acadêmico a reflexão, a análise das situações regionais e mundiais, tanto quanto a reconstrução do conhecimento no exercício profissional. Para isso, a Instituição tem como princípios educacionais, os seguintes compromissos:

- Alunos comprometidos com o processo de aprendizagem.
- Ensinar e aprender como processos integrados.

- Professor com ação organizadora dos conhecimentos.
- Tutor como condutor e avaliador da aprendizagem.
- Aulas planejadas conforme competências e habilidades definidas no PPC.
- Atividades que integram a teoria e prática.
- Metodologias inovadoras na composição das aulas e atividades.

Os cursos de graduação são estruturados em Sistema de Composição Modular, onde cada módulo corresponde a um semestre letivo. O aluno cursa as disciplinas do módulo, realizando as atividades previstas para a disciplina, avaliação presencial e participa de atividades interativas desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

A estrutura básica dos cursos de graduação na modalidade EAD da FACNOPAR contempla encontros semanais presenciais com aulas e atividades, trabalhos individuais e colaborativos, atividades complementares, aulas Web com sistema de periodização modular ou semestral.

Cada disciplina é composta por aulas, atividades, prova presencial, prova virtual, produção textual e estudos individuais. As aulas e atividades são acompanhadas pelo tutor presencial. Também contempla Fórum com professor da disciplina. Em cada módulo há uma disciplina interdisciplinar com produção textual colaborativa.

Para cada disciplina, são ministrados os conteúdos previstos no PPC e atividades semanais regulares, utilizando recursos pedagógicos diversificados, conforme a característica e necessidades de cada curso, e por meio dos recursos da TIC no desenvolvimento de habilidades e competências previstas no PPC.

Em linhas gerais, cada disciplina é constituída por aulas via Web, gravadas e enviadas aos polos, dependendo da região em que está situado e dos recursos tecnológicos disponíveis. A presença nas aulas é registrada pelo tutor presencial. Anterior ou posterior à aula são realizadas atividades presenciais desenvolvidas pelo professor da disciplina e supervisionadas pelo tutor presencial. As presenças nas atividades também são registradas pelos tutores presenciais. A quantidade de aulas, atividades e produções textuais são estabelecidas conforme carga horária das disciplinas e conteúdos curriculares.

O calendário acadêmico do curso estabelece encontros presenciais programados para as aulas, atividades e avaliações. O módulo curricular corresponde a um semestre letivo, com, no máximo cinco (5) disciplinas por módulo.

As aulas e atividades presenciais são acompanhadas por um tutor presencial, responsável pelo registro de frequência do acadêmico e acompanhamento das atividades realizadas.

Em resumo, temos as seguintes características gerais no modelo de EAD para os cursos de graduação:

- Aulas via Web ao vivo ou gravadas.
- Encontros presenciais programados para aulas, atividades e avaliações.
- Sistema de periodização modular.
- Máximo de cinco (5) disciplinas por módulo.
- Composição da disciplina: aulas, atividades, prova presencial, prova virtual, produção textual, estudos individuais e produção textual colaborativa.
- Aulas e atividades com acompanhamento do tutor presencial.
- Fórum com professor da disciplina.
- Prova presencial obrigatória com peso sete (7).
- Produções acadêmicas com peso três (3).
- Média de aprovação: 6,0.
- Média final: 5,0 (com Exame Final).
- Máximo de três (3) dependências.
- Projeto Multidisciplinar – produção textual colaborativa.

O modelo de curso com estrutura modular, adotado no projeto pedagógico da FACNOPAR não permite a promoção ao módulo subsequente quando o aluno reprovar em mais de três disciplinas.

A composição de cada curso, disciplinas, ementas, conteúdos, bibliografia, aulas e atividades são definidos no Projeto Pedagógico do Curso, e executados pelo:

- Coordenador de Curso - sede;
- Professores - sede;
- Tutores a distância - sede;

- Coordenador Pedagógico - polo; e
- Tutor presencial – polo.

4.5. Avaliação da Aprendizagem para os Cursos de Graduação

Considerando as políticas para o ensino de graduação, estabelecidas pela Instituição em seu PPI, a avaliação da aprendizagem é entendida como um processo contínuo e estruturado, realizado de acordo com os objetivos propostos para o curso. A avaliação tem a finalidade de indicar os avanços e dificuldades dos alunos e orientar quais são as necessidades individuais. A sistemática de avaliação é amplamente divulgada aos alunos, para que eles entendam sua estrutura e prazos estabelecidos.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem no EAD resulta dos diversos instrumentos como atividades, prova presencial, prova virtual, estudos de caso, produção textual individual ou colaborativa e outras práticas de tal forma que permitam analisar aspectos qualitativos e quantitativos. As provas presenciais são elaboradas de forma a contemplar os conteúdos curriculares de forma interdisciplinar com questões objetivas ou abertas. A avaliação da aprendizagem no ensino de graduação é realizada pelo conjunto de participações dos alunos, pelas atividades desenvolvidas e por provas presenciais.

As avaliações qualitativas e quantitativas dos conteúdos curriculares possuem uma característica corretiva, na qual o tutor a distância tem seu principal papel, apontando os erros e orientando o acadêmico em suas pesquisas e estudos na procura da resposta adequada.

O uso de diferentes técnicas de avaliação permite entender a avaliação como uma forma de atingir os objetivos da formação do acadêmico, orientando-o em seu processo de aquisição de conhecimento de forma contínua, formativa e somativa.

O formato do processo de avaliação no modelo de educação a distância da FACNOPAR é ajustado à carga horária das disciplinas. Como princípio norteador o sistema avaliativo da EAD está estruturado em:

- Uma prova presencial realizada no polo de apoio presencial com acompanhamento do tutor presencial.

- Uma prova virtual, utilizando-se os recursos da plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem.
- Atividade textual individual, produzida pelo acadêmico, com orientação do tutor a distância no sentido de indicar leituras complementares bibliográficas e complementações necessárias. O número de produção textual individual é configurado conforme carga horária da disciplina/módulo.
- Produção textual colaborativa, realizada por grupos de alunos, com acompanhamento e supervisão dos tutores a distância.
- Participação no Fórum com o professor da disciplina. A quantidade de participações em fórum da disciplina é determinada de acordo com a carga horária da disciplina.
- Avaliação das atividades disponibilizadas na Web, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), conforme programação da disciplina.

A avaliação do estágio e práticas pedagógicas - quando existentes no curso, é realizada mediante produções acadêmicas inseridas no ambiente AVA e atividades acompanhadas pelo tutor presencial e a distância.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), quando previsto no PPC, é constituído por uma produção contextual na forma de artigo e atividades no ambiente AVA.

A avaliação é registrada com notas de 0 a 10, conforme modelo já utilizado no ensino presencial, oficializado no art. 124 do Regimento Geral.

Na modalidade b-learning é exigido o comparecimento do aluno em pelo menos 50% de presenças nas aulas e atividades presenciais e 75% de presença nas aulas e atividades da disciplina. Destaca-se no processo avaliativo do ensino presencial e a distância:

Os casos citados acima estão oficializados com regulamentos internos da FACNOPAR.

4.6. Flexibilidade Curricular

A FACNOPAR, acompanhando a reconfiguração da educação superior no Brasil, que articula a estrutura curricular com o mundo do trabalho, teoria e prática, implantou

em seus cursos de graduação a estrutura curricular modular, com certificações intermediárias para os cursos de tecnologia, conforme os módulos cursados.

A aplicação da estrutura curricular modular proporciona ao discente flexibilidade na elaboração de um plano de estudos, oportunizando a aquisição de conhecimento e de habilidades específicas, com uso de recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, tanto no ensino presencial quanto na modalidade a distância.

A FACNOPAR entende que o recurso tecnológico é atualmente uma ferramenta fundamental no mundo de competitividade e produtividade no contexto empresarial e comercial, também está associado à qualificação de recursos humanos e à produção de conhecimento. Por isso, a preocupação em estruturar currículos flexíveis de forma que permita ao acadêmico o ingresso e permanência no ensino superior.

O controle e acesso à informação do conhecimento científico é uma vantagem competitiva na formação profissional desenvolvida pela FACNOPAR, na medida em que articula a educação com o mundo do trabalho.

Os cursos de graduação tecnológica da FACNOPAR permitem mobilidade do aluno com certificações intermediárias. É um processo de acumulação de conhecimento flexível que possibilita a organização de um plano de estudos, bem como mobilidade geográfica pelo uso de inovações tecnológicas.

Nos cursos de graduação tecnológica, com estrutura modular, o ingresso do aluno ocorre no módulo ativo, que compreende disciplinas introdutórias e específicas, com identificação das habilidades cognitivas e competências por módulo.

Os cursos tecnológicos da Instituição, por serem estruturados por módulos, com forte articulação teoria e prática, podem ser cursados de forma independente e atendem à concepção do Conselho Nacional de Educação - CNE que propõe uma maior flexibilidade na organização dos cursos, com sólida formação geral.

Os interesses especiais de cada aluno são atendidos pela proposta curricular que prevê também estudos diversificados por meio de atividades complementares, estágios curriculares, quando for o caso, e atividades de extensão e pesquisa, com enfoque global ou regional.

4.7. Aproveitamento de Estudos

O aproveitamento de estudos na FACNOPAR está devidamente normatizado pelo CONSAC, inclusive quanto à documentação a ser apresentada, respeitada a existência de vagas.

O aluno de transferência externa ou de mudança de curso na instituição fica sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitados os estudos realizados com aprovação na instituição de origem ou em outro curso na própria instituição.

O regime de adaptação é caracterizado pela necessidade de complementação da carga horária ou do conteúdo programático de uma disciplina (independente da nomenclatura) já cursada pelo aluno, com aprovação, no curso de origem (presencial ou à distância).

Aplica-se o regime de adaptação nas situações em que os complementos curriculares são necessários para o aproveitamento de estudos ou equivalência de disciplinas já cursadas com aprovação, tais como:

- Mudança de curso na FACNOPAR;
- Transferência externa (alunos transferidos de outras Instituições de Educação Superior);
- Matrícula, nos casos de mudanças curriculares ocorridas no período de trancamento;
- Rematrícula, nos casos de mudanças curriculares ocorridas no período de cancelamento ou de desistência; e
- Matrícula de aluno aprovado no processo seletivo que tenha cursado disciplinas com aprovação em outra Instituição.

A Instituição pode ofertar disciplinas para os alunos em Regime de Adaptação, compatível com as suas atividades regulares, de acordo com normas aprovadas pela Diretoria Acadêmica, na seguinte forma:

A disciplina é disponibilizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem e o acadêmico pode optar por fazê-la em qualquer etapa do semestre vigente, desde que comece junto com uma das disciplinas curriculares, que são cinco (5) por semestre. A disciplina de adaptação terá os mesmos critérios de avaliação das demais, com atividades on-line e avaliação presencial.

O aluno que reprovar por insuficiência de nota ou de frequência na disciplina em Regime de Adaptação, deve cursá-la em Regime de Dependência, preferencialmente no semestre seguinte.

Compete ao Colegiado a análise e aprovação do aproveitamento de disciplinas/módulos cursados em outras instituições de acordo com normas aprovadas pelo Conselho Acadêmico, após análise do docente da disciplina. O aproveitamento de estudos compreende o conjunto das atividades prescritas pela FACNOPAR, com o objetivo de adequar, em relação aos seus planos e padrões de ensino, o aluno cuja transferência foi por ela aceita. O aproveitamento é homologado pela Direção Acadêmica, ouvido o colegiado de curso, observadas as normas e legislação vigentes.

Conforme art. 118, do Regimento Geral da FACNOPAR, a elaboração dos planos de adaptação deve observar, além de outros procedimentos determinados pelo Conselho Acadêmico, aspectos quantitativos e formais de ensino, plano especial de estudo, avaliação especial para a comprovação de habilidades ou competências já adquiridas pelo aluno e adaptações para alunos de transferência por lei especial.

Pelo art. 44 do Regimento Geral da FACNOPAR, é competência do coordenador “Decidir sobre aproveitamento de estudos e adaptação de disciplinas, solicitando parecer do professor responsável pela disciplina, se necessário.”

O desempenho do professor no processo de aproveitamento de estudos também consta do Regimento Geral no art. 120, do qual destacamos a análise dos componentes curriculares e as necessidades de complementação ou aproveitamento total da disciplina. novo plano de estudos, realizando o aproveitamento de estudos compatíveis com os objetivos do curso. A Instituição, dispendo de vaga, pode receber o aluno e seu currículo acadêmico podendo decidir pelo cumprimento de carga horária adicional, em termos globais, pode ser exigida para efeito de integralização curricular, em função do mínimo obrigatório para expedição de diploma e não para completar a carga horária do curso.

Independentemente da carga horária cursada, a FACNOPAR pode exigir que o aluno cumpra carga horária adicional, em disciplinas optativas ou em outras atividades, para atingir a carga horária global prevista para o curso específico, em cumprimento às exigências legais.

Para os conteúdos não integralmente cumpridos, aqueles que se desdobram em correspondência de conteúdos entre as disciplinas e atividades do curso da IES de origem e as disciplinas e atividades do curso da FACNOPAR, relativamente aos conteúdos cumpridos, para o aproveitamento das disciplinas e atividades correspondentes, independentemente da carga horária, podendo exigir que o aluno cumpra carga horária complementar em disciplinas optativas ou em outras atividades, se necessário para atingir a carga horária global do curso, exigida para a emissão do diploma.

As cargas horárias excedentes em determinadas disciplinas ou atividades podem ser consideradas para fins de carga horária total do curso, pois integram o currículo do aluno.

Quanto ao aproveitamento de conteúdos cursados em curso de uma área, para um curso de outra área é realizada uma análise dos conteúdos e enfoques trabalhados, considerando a compatibilidade desses conteúdos com os objetivos do Curso.

4.8. Projetos Integradores

O Ensino da FACNOPAR envolve, por suas características, o uso de metodologias inovadoras na produção das aulas, no desenvolvimento de atividades e na forma de comunicação entre coordenadores, professores, tutores e alunos.

Os recursos tecnológicos utilizados em sua aplicação das práticas pedagógicas estimulam a criatividade e a colaboração na produção do conhecimento. Os software e hardware disponíveis atualmente permitem processos inovadores que antes do EAD eram utilizados parcialmente no ensino presencial, por iniciativas pessoais dos professores e não eram institucionais.

Nesse sentido, a equipe da FACNOPAR está comprometida com a inovação tecnológica e epistemológica com institucionalização do uso de recursos de TIC em seus cursos de graduação presencial e a distância. Por isso instituiu cursos de treinamento para conhecimento dos recursos da Web, criou grupos de estudos específicos e mantém troca de informações com outras instituições. Os recursos tecnológicos permitem análises comparativas regionais, ambiente virtual de aprendizagem, chat, fórum, e-mail e

outras inovações integradoras que passam a incorporar o ensino e o desenvolvimento dos alunos da Instituição.

Além dos recursos citados acima, na concepção curricular dos cursos presenciais e a distância da FACNOPAR, estão previstos em cada módulo um projeto multidisciplinar

colaborativo, com a finalidade de proporcionar aos discentes a integralização dos conteúdos e o estreitamento de relações com os outros alunos da turma.

O desenvolvimento do projeto integrador tem o objetivo de fortalecer a colaboração e a cooperação dos acadêmicos. O enunciado do projeto deve ser suficientemente claro, detalhado e ser coerente com a realidade dos alunos. A fundamentação do projeto é constituída pelos conteúdos do módulo cursado, identificando seu aspecto multidisciplinar e o papel de cada integrante do grupo. O planejamento é essencial, considerando os fundamentos metodológicos e epistemológicos.

O projeto integrador de conhecimentos permite também o desenvolvimento de competências a partir da experiência pessoal e não somente do ensino e avaliação do conteúdo da disciplina. Dessa forma, o objetivo do projeto multidisciplinar é que em um único trabalho, aconteça a aplicação dos conhecimentos adquiridos no ambiente acadêmico e experiências pessoais.

Na FACNOPAR, os projetos integradores multidisciplinares e colaborativos, dos cursos de graduação são importantes para obtenção da aprovação do módulo, já que sua elaboração deve promover o desenvolvimento das habilidades e competências estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso, e resulta na expedição de documento de certificação para os cursos tecnológicos.

Considerando esse aspecto, a Instituição estabelece que processo de avaliação tem que ser realizado de forma conjunta pelos tutores e professores, analisando a visão crítica e integrada dos conhecimentos adquiridos pelos alunos, o aspecto inovador do trabalho e a identificação de propostas e oportunidades, assim como a melhoria socioambiental que pode ser promovida pelo conhecimento adquirido.

4.9. Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem

Para a realização do projeto integrador multidisciplinar pelos alunos da FACNOPAR, o planejamento da atividade pode ser estabelecido, conforme metodologias inovadoras:

A FACNOPAR optou por uma metodologia participativa, em que o aluno é o sujeito ativo da aula. É uma metodologia dinâmica que incentiva técnicas participativas, o debate, o estudo de casos, dinâmicas de grupos e conhecimento dos contextos regionais e nacionais.

A metodologia participativa possibilita o desenvolvimento dos discentes, de suas capacidades em desenvolver raciocínios analíticos, pensamento crítico e propostas inovadoras para os problemas no meio social. Priorizando a capacidade de reflexão, a proposta da FACNOPAR é, em resumo, ensinar ao discente criar, interpretar, comunicar-se, pesquisar, processar e buscar informações, propor soluções, argumentar, fundamentar suas proposições, verificar pontos fortes e fracos de suas propostas, analisar e decidir.

Os cursos de Graduação da FACNOPAR são estruturados com três aspectos básicos: ser, fazer e conhecer, considerando a importância da redução entre a teoria e a prática, para o desenvolvimento integral do discente. Destaca-se a importância da aprendizagem de conceitos essenciais, contextos sociais e propostas inovadoras, com responsabilidade socioambiental.

Para tanto, a Instituição valoriza a experiência pedagógica dos professores e a capacidade de trabalharem com metodologias e projetos integradores onde os alunos sintetizam o conhecimento teórico que obtiveram no módulo curricular, de forma multidisciplinar.

Com esse objetivo, a Instituição criou um programa de treinamento permanente de atualização para docentes, tutores e funcionários técnico-administrativos que é composto por: cursos, palestras, debates e grupos de estudos sobre as novas propostas metodológicas de ensino.

Os cursos de treinamento envolvem as novas perspectivas metodológicas para o desenvolvimento de projetos inovadores no ensino, as diferentes estratégias que norteiam as práticas inclusivas e o papel dos profissionais em relação a essas práticas, como desenvolver projetos multidisciplinares integradores e atividades para efetivação da inter-relação dos conteúdos curriculares.

As principais metodologias estabelecidas para desenvolvimento dos cursos da FACNOPAR são relacionadas, em resumo, a seguir:

▪ **DISCOVERY LEARNING OU APRENDIZAGEM POR DESCOBERTA**

A aprendizagem por descoberta é uma metodologia de ensino inovadora cujo princípio se concentra em estimular os estudantes a buscar respostas e caminhos relacionados a problemas previamente fornecidos. Nessa metodologia, os alunos recebem questões, dados ou problemas para os quais devem descobrir suas possíveis respostas e soluções, adquirindo e alinhando o aprendizado conceitual ao prático durante este processo (BRUNER, 1961).

Para isso, três fatores são essenciais ao processo de aprendizagem: a curiosidade, a manutenção do processo e o direcionamento dado pelo professor. Nesse sentido, na aplicação de aprendizagem por descoberta as atividades devem ser significativas para o aluno, para que ele tenha prazer em adquirir novos conhecimentos.

Os resultados obtidos no uso dessa metodologia comprovam uma maior capacidade de consolidar princípios conceituais previamente formados, transformando-os em novos conhecimentos práticos, agregando valor ao aluno e otimizando o seu processo de aprendizagem.

▪ **INQUIRY LEARNING OU APRENDIZAGEM BASEADA EM INVESTIGAÇÃO**

Inquiry Learning ou *Inquiry Instruction* é uma metodologia construtivista de ensino ativo onde a curiosidade é o motor propulsor do aprendizado. Banchi e Bell (2008) descrevem quatro níveis da metodologia a ser implementados, conforme o conhecimento dos estudantes.

▪ Confirmação - indicado para fixar um conteúdo já abordado, estimulando o aluno a aprender a pesquisar um assunto ou ainda para que o aluno pratique uma habilidade de pesquisa, como a coleta de dados.

- Estruturado – são fornecidos os procedimentos e as perguntas, mas a resposta não é conhecida. Dessa forma, os alunos devem gerar uma hipótese embasada em pesquisas realizadas.

- Guiado - o professor provê as perguntas e os discentes devem desenvolver, além da pesquisa, o método para teste da explicação dos resultados obtidos. Nesse nível, a função do professor ou tutor é de orientação.

- Aberto - os alunos atuam como pesquisadores, elaborando as perguntas, pesquisando informações e levantamento de dados, elaborando a hipótese e fazendo sua defesa.

Essa metodologia em seus diferentes níveis é utilizada no ensino presencial e a distância, de acordo com o desenvolvimento dos alunos nos módulos curriculares, principalmente nas aulas atividades, com supervisão dos tutores presencial e a distância.

- **CASE-BASED LEARNING OU APRENDIZAGEM BASEADA EM ESTUDOS DE CASO**

Case-Based Learning e Just-in-time Teaching– JiTT é uma metodologia de ensino fundamentada a partir de estudos de casos baseados em fatos e escritos de forma a estimular os alunos à discussão em sala e à análise colaborativa.

O aprendizado baseado em casos é uma metodologia de ensino ativo que explora situações reais e específicas. Já o *Just-in-Time Teaching (JiTT)* é uma estratégia de ensino e aprendizagem fundamentada na interação entre um aprendiz e atividades de estudo baseada na Web. Essa metodologia foi desenvolvida por Gregor Novak, Andrew Gavrin e Evelyn Patterson (1999) e foi testada no desafio de conquistar o interesse e prender a atenção de alunos já cansados do trabalho.

A metodologia tem como objetivo que o aluno se prepare antes da aula, seja por meio de leitura, resumos ou exercícios e o professor conduz a aula adaptada às dúvidas e necessidades dos alunos. A preparação extraclasse previamente realizada pelos alunos afeta a forma do desenvolvimento da aula.

A estratégia *Just-in-time teaching*, pode ser resumida em:

- Preparação do aluno para a aula por meio de leitura ou exercícios direcionados;
- O aluno apresenta seus exercícios ou resumo;
- O professor seleciona alguns trabalhos para fazer referência durante a aula; professor gera discussão construtiva sobre o material; e
- O professor desenvolve novas tarefas para a próxima aula com base nas necessidades e dúvidas observadas nos alunos.

▪ **COLABORATIVE LEARNING OU APRENDIZAGEM COLABORATIVA**

A Aprendizagem Colaborativa é uma metodologia de ensino ativo onde os alunos são dispostos em grupos para aprender uma mesma ideia. Apesar da existência de diferenças entre os alunos, isso é um fator enriquecedor, já que as diferentes percepções enriquecem o teor das conversas do grupo (Smith e MacGregor, 1992).

Essa metodologia, quando aplicada, o professor elabora diretrizes de orientação para o desenvolvimento da atividade e o tutor presencial orienta o grupo, para alcance dos objetivos. Os resultados são repassados aos tutores a distância que preparam um resumo das atividades, principais dificuldades e resultados ao professor que servem como base para o desenvolvimento da próxima aula.

▪ **COOPERATIVE LEARNING OU APRENDIZAGEM COOPERATIVA**

A Aprendizagem Cooperativa tem muita semelhança com a Aprendizagem Colaborativa. Segundo alguns autores, essa metodologia pode ser considerada como uma variante da Aprendizagem Colaborativa. A principal diferença se dá apenas na distribuição das funções dos alunos em um grupo. Na Aprendizagem Colaborativa, pode-se atribuir uma mesma tarefa a um pequeno grupo de estudantes ou até ao grupo inteiro, enquanto na Aprendizagem Cooperativa atribui-se a cada um dos participantes um papel próprio (Smith e MacGregor, 1992). A interdependência entre os alunos exigirá deles o desenvolvimento de outras competências ligadas ao trabalho em grupo.

Com base nessas metodologias, a FACNOPAR instituiu que a perspectiva, a revisão e a reflexão sobre o processo de aprendizagem e as dinâmicas de grupo são componentes essenciais da aprendizagem interativa. Os alunos são considerados como agentes ativos que se engajam na construção do conhecimento e do pensamento lógico.

Dessa forma, a FACNOPAR objetiva a oferta de um ensino mais próximo da realidade dos alunos, métodos de ensino aprimorados, com foco do desenvolvimento de profissionais com fundamentação ética e humanista, que atendam as necessidades da sociedade. Para isso, fundamenta seu projeto pedagógico na interatividade e recursos tecnológicos disponíveis, e uso de estratégias que reúnam o conhecimento e a criatividade, num processo que estabelece uma relação ensino-aprendizagem mais flexível, com alunos motivados e com interesse em aprender.

▪ **OUTRAS AÇÕES INTEGRADORAS**

Os discentes do EAD, assim como os do ensino presencial, têm também apoio da Instituição quando da realização de eventos, (atividades extraclasse) proporcionando aos alunos o material de divulgação necessário, quando for o caso. A Instituição também incentiva a participação em concursos, congressos, palestras, visitas técnicas e outros eventos, configurando um diferencial no aprendizado.

Os alunos da FACNOPAR também podem cursar disciplinas de interesse pessoal e cursos de extensão disponibilizados na Web.

▪ **DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA**

A produção de conhecimentos, informações, estratégias e ações sobre desenvolvimento, tecnologias, tecnologias sociais, trabalho e educação pode ser identificada nas diversas áreas do conhecimento. A visão multidisciplinar no desenvolvimento do curso, prepara o aluno para que possa atuar em seu meio social e no campo profissional.

Os recursos tecnológicos mudaram a velocidade da informação, permitindo que as inovações sejam disseminadas, conhecidas e aplicadas nas empresas e instituições de ensino, de forma rápida e eficiente. Isso influenciou o cenário do mundo do trabalho atual e tem direcionado as instituições de ensino e empresas em geral para ações de novos empreendimentos em inovação tecnológica. Contudo, o desenvolvimento de novas tecnologias é um processo difícil e complexo, com diversas etapas e sempre associado a um elevado risco de frustração. Trata-se de uma quebra de paradigmas e mudanças comportamentais e sociais. A dificuldade de lidar com riscos, tem levado as empresas a desistirem da pesquisa de inovações.

A FACNOPAR, ciente das mudanças no contexto educacional, executa projetos de inovação por meio dos recursos da pesquisa e extensão, seja no desenvolvimento de novos processos, na atualização profissional ou no desenvolvimento de competências para o desenvolvimento tecnológico.

O desenvolvimento do projeto de inovação encontra no investimento necessário um delimitador dele. Nesse sentido, a FACNOPAR procura realizar parcerias com instituições públicas, buscando financiamento para seus projetos.

Dessa forma, pretende adotar um modelo de inovação colaborativo, que tem como pressuposto que o conhecimento para prover inovação encontra-se em qualquer lugar de sua rede ou do mundo conectado. Usando o conhecimento ou de tecnologias externa, a Instituição pode fomentar seus projetos de ensino, pesquisa e extensão. Essa categoria de inovação é denominada “inovação aberta”.

Com essa metodologia, a Instituição pretende promover a gestão inovadora, que incorporam novas tecnologias no decorrer do tempo, por meio de processos sustentáveis, envolvendo alunos, professores e tutores.

A inovação aberta conta com um banco de propostas que podem se transformarem projetos. As propostas podem ser referendadas pela comunidade social e acadêmica, com troca de conhecimento on-line, utilizando recursos da internet, fomentando o trabalho colaborativo.

4.10. Política de Atendimento Acadêmico

A FACNOPAR concede aos acadêmicos direitos e deveres oficializados no Regimento Geral. Para atendimento ao discente, a Instituição possui uma Secretaria Acadêmica, com finalidade a realização dos registros acadêmicos e seus controles, a emissão de documentos, diplomas, certificados, declarações, atestados e outros relativos às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Subordinado à Secretaria Acadêmica, foi constituído um setor de Atendimento Acadêmico para recebimento e entrega de documentos, dúvidas quanto a prazos e calendários, solicitação de 2ª chamada de provas, licenças especiais e outras providências acadêmicas.

Com a introdução do EAD, a Instituição criou também o Setor de Atendimento Acadêmico a Distância para os alunos dessa modalidade de ensino por considerar que os processos acadêmicos são diferentes daqueles utilizados no ensino presencial. Esse setor realiza o vínculo da Secretaria Acadêmica com as Secretarias Setoriais dos Polos e com Coordenador Pedagógico do Polo.

No âmbito do curso, o aluno tem atendimento direto realizado pelo Coordenador de Curso, professores e quando for EAD, dos tutores presenciais e a distância. No caso de dificuldades especiais, o aluno é encaminhado ao Centro de Apoio ao Discente para atendimento psicopedagógico.

Também estão previstos no Regimento Geral, outros atendimentos especiais aos acadêmicos na forma da legislação em vigor, por exemplo, quando for convocado para integrar o Conselho de Sentença em Tribunal do Júri, manobra militar obrigatória ou a serviço da Justiça Eleitoral, assim como as gestantes, a partir do oitavo mês de gestação.

O corpo discente tem representação, com direito à voz e voto, nos órgãos colegiados da Instituição.

Para atendimento acadêmico a Ouvidoria da FACNOPAR é o canal responsável por receber as sugestões e/ou críticas do âmbito acadêmico, compreendendo alunos, professores, funcionários e a comunidade externa com a finalidade de estabelecer uma comunicação democrática, identificar necessidades e entraves existentes e buscar soluções para as queixas e indagações apresentadas, bem como coletar propostas visando à busca de excelência no atendimento e o favorecimento da prática de gestão participativa.

A Ouvidoria da FACNOPAR atua pautada pelo sigilo, impessoalidade, imparcialidade, transparência e autonomia.

No exercício de suas atribuições a Ouvidoria deve, com eficiência, facilitar o acesso ao usuário na:

- Recepção de demandas como reclamações, sugestões, denúncias, divulgações, consultas, agradecimentos ou elogios provenientes tanto de pessoas da comunidade acadêmica quanto da comunidade externa;
- Investigação ao apurar denúncias sobre a prestação de serviços da Instituição;
- Comunicação dos agradecimentos ou elogios, divulgando para os setores mencionados; e
- Críticas e recomendações, com apresentação para os setores envolvidos, como forma construtiva ao aperfeiçoamento institucional.

A Ouvidoria funciona como porta voz do usuário, recebendo suas manifestações, cadastrando-as e encaminhando aos setores competentes da Instituição.

O ouvidor procura agir como mediador das questões apresentadas, uma vez que não tem poder de decisão.

Os usuários são atendidos pessoalmente, bem como por telefone, formulário eletrônico e por e-mail.

Além da ouvidoria, a Instituição mantém canais diretos de comunicação com a Direção Geral, Coordenadoria Acadêmica e outros setores, coordenadores de cursos e com implantação de uma página disponibilizada na Web com o nome e e-mail e cidade de atuação dos tutores presenciais, coordenadores de polo de apoio de ensino presencial e, ainda, dos tutores a distância, ampliando a interação entre os atores do ensino a distância.

O atendimento ao discente é realizado primeiramente pela coordenação do curso. Dificuldades com metodologia e didática dos professores, que são apresentadas ao coordenador do curso, que, em primeira instância, procura sanar essas dificuldades. Para acompanhamento da aprendizagem, quando o discente tem dificuldades, relacionamento com colegas de turma, e acompanhamento da vida acadêmica, a orientação é feita, por meio da Direção Acadêmica, que ouve, orienta e procura as soluções para cada caso.

Para o acompanhamento pedagógico dos discentes são estabelecidas atividades/projetos/programas, visando a dinâmica do processo ensino aprendizagem, a formação global e a realização profissional do aluno, facilitando, dessa forma, a integração à vida acadêmica e social. Procura-se fazer feedback entre as necessidades do aluno e as possibilidades da FACNOPAR proporcionando, através do planejamento, a expansão dos programas de acompanhamento que visam a adaptação e a permanência do aluno no curso escolhido e na Instituição.

Para os alunos portadores de necessidades especiais, a Instituição desenvolve programa de atendimento, com atividades diferenciadas. A IES possui uma Política de Atendimento ao Estudante com necessidades especiais que prevê o desenvolvimento de ações voltadas para o acesso, para a permanência e para qualidade do ensino oferecidos a tais estudantes.

A orientação psicopedagógica é realizada pela FACNOPAR, quando o problema do aluno assim o exigir. Em situações em que o problema é de natureza exclusivamente pedagógica, o grupo de docentes do Curso a que o aluno está vinculado assume a

responsabilidade pelo encaminhamento do atendimento, após análise, pelo coletivo dos docentes, do aluno em questão.

4.11. POLÍTICAS, AÇÕES E METAS PARA A GRADUAÇÃO

Conforme as políticas definidas no Projeto Pedagógico Institucional, nas orientações e critérios referentes à qualidade dos cursos, no relatório da Comissão Própria de Avaliação e documentos institucionais foram estabelecidas as metas e ações para o ensino de graduação da FACNOPAR, na modalidade presencial e a distância:

Quadro 06 - Políticas, ações e metas para o ensino de graduação.

Política: Proporcionar educação superior de qualidade aos acadêmicos.			
AÇÃO	PRAZO	META	
Analisar resultados obtidos nas avaliações externas	Curto	Verificar conteúdos do exame ENADE em relação aos conteúdos curriculares do curso.	
		Difundir aos professores do curso os resultados e possíveis conteúdos que devem ser reforçados.	
		Solicitar ao NDE uma análise e ajuste dos conteúdos curriculares das disciplinas em relação ao exame ENADE, se necessário.	
	Médio	Verificar e referendar propostas do NDE em conjunto com o coordenador e professores.	
		Proporcionar materiais e infraestrutura para implantação de novos processos, metodologias e eventos para o curso.	
		Analisar relatório de avaliação externa e identificar possíveis medidas de melhoria.	
		Implementar medidas para reforçar os pontos fortes do curso e adotar medidas para suprir as deficiências.	
	Longo	Realizar cadastro de Egressos com dados das empresas empregadoras.	
		Implantar sistemática de avaliação do Egresso da FACNOPAR pelas empresas empregadoras.	
		Analisar o perfil do Egresso conforme pesquisa nas empresas.	
		Adotar novas sistemáticas para o desenvolvimento do curso.	
		Proporcionar eventos conforme conteúdos e habilidades necessários ao mundo do trabalho	
	Implantar medidas de melhoria dos cursos apontados pela avaliação interna	Curto	Realizar estudo com o NDE conforme os resultados da avaliação interna.
			Analisar pontos fortes e fracos do curso, apontados pela CPA.
		Médio	Analisar resultados da avaliação dos professores.

		Divulgar relatórios de avaliação interna.
--	--	---

Política: Ampliar a oferta de Educação a Distância para atender a demanda regional e nacional.

AÇÃO	PRAZO	META
Elaborar e implantar projetos pedagógicos de novos cursos.	Curto	Obter autorização para oferta de cursos técnicos
		Implementar cursos de educação continuada na modalidade a distância.
		Treinamento contínuo de Recursos Humanos necessários à implementação do EAD.
		Preparar recursos físicos e materiais para implementação do projeto EAD.
		Ofertar cursos de educação continuada em EAD.
		Prospectar parcerias e implantar novos polos de apoio presencial.
	Médio	Ofertar e implantar cursos de especialização <i>lato sensu</i> com metodologia EAD.
		Prospectar e implantar novos polos de apoio de ensino a distância conforme abrangência geográfica.
		Desenvolver novas metodologias pedagógicas com suporte de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação.
		Obter autorização junto à Secretaria Estadual de Educação para oferta de ensino médio.
	Longo	Consolidar a Educação a Distância.

Política: Proporcionar novos cursos de graduação presencial para atender a demanda regional.

AÇÃO	PRAZO	META
	Curto	Atualizar os Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Expandir da estrutura de Recursos Humanos, Infraestrutura e Material para implementação de novos cursos.	Médio	Expandir gradativamente a estrutura física dos cursos de graduação e pós-graduação.
		Solicitar ato autorizativo para novos cursos de graduação.
		Acompanhar processos de avaliação dos novos cursos de graduação.
		Consolidar cursos de graduação conforme índices de qualidades da Legislação vigente
		Implementar cursos de educação continuada.
		Implantar ensino técnico.
		Consolidar compromisso social da Instituição.
	Longo	<p>Criar e consolidar espaço físico vinculado à extensão e iniciação científica.</p> <p>Promover integração entre ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão.</p>

Política: Desenvolver projetos complementares nos cursos de graduação: Bacharelados, Licenciaturas e Tecnológicos, visando melhoria das práticas pedagógicas.

AÇÃO	PRAZO	META
Criar espaços de formação para atividades práticas para os cursos de graduação e tecnológicos.	Curto	Consolidar a Semana Didático Pedagógica.
		Realizar Reuniões Semestrais de controle Geral e Didático.
		Avaliar a atuação dos docentes.
	Médio	Criar um ponto de venda para merchandising (Marketing).
		Implementar a Luminotécnica (Design de Interiores).
		Consolidar o Banco de Talentos Acadêmicos (Recursos Humanos).
		Consolidar programa Pró-Egresso (Direito).
	Longo	Criar e consolidar o espaço de extensão e pesquisas.

Política: Priorizar programas para o fortalecimento do desempenho acadêmico.

AÇÃO	PRAZO	META
Implantar bases metodológicas do PPI (ensino com pesquisa, extensão e interdisciplinaridade).	Curto	Consolidar da Semana Didático Pedagógica.
		Avaliar a atuação dos docentes.
		Realizar Reuniões Semestrais de Controle Geral e Didático.
Reestruturar Programa de Concessão de Bolsa de Estudo	Curto	Rever sistematização de seleção.
	Médio	Consolidar Projeto de Concessão de bolsas.
	Longo	Institucionalizar o programa de bolsas de estudo.
Consolidar Programa de Nivelamento	Curto	Elaborar programa de nivelamento aos ingressantes em Informática Básica, Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Gerais. Normatizar o Curso de Oratória.
		Aprimorar instrumentos de diagnóstico do ingressante.
	Médio	Ofertar cursos básicos à comunidade.
	Longo	Consolidar o programa de Nivelamento.
Aprimorar funções do Sistema de Registro e Controle do Sistema Acadêmico	Curto	Aprimorar acesso on-line ao sistema acadêmico.
		Reformular Sistema de Registro e Controle Acadêmico.
		Implantar Sistema de Registro e Controle Acadêmico para a Educação a Distância.
	Médio	Implementar processos de acompanhamento on-line das atividades complementares.
		Implantar solicitações on-line de documentos acadêmicos.
		Criar rotina de acesso on-line aos materiais de apoio disponibilizados pelos professores.
		Consolidar requerimentos on-line.
	Longo	Aderir aos novos espaços virtuais/sociais.
Implantar sistema de Ouvidoria on-line.		
Implantar Sistema de acompanhamento de Egressos.	Curto	Definir programa e site de egressos.
		Integrar o banco de dados dos egressos com o sistema institucional.
	Médio	Implantar Programa EGRESSO FACNOPAR - Apoio e Acompanhamento ao Egresso.

		Definir e implantar oferta de serviços aos egressos.
	Longo	Consolidar programa.

Política: Desenvolver programas com o objetivo de preparar os educandos ao Ensino Superior

AÇÃO	PRAZO	META
Implantar da Semana Acadêmica para alunos concluintes do ensino médio.	Curto	Contatar com os Colégios que ofertam o Ensino Médio.
		Elaborar programa para a Semana Acadêmica com objetivo de vivência no Ensino Superior.
	Médio	Ampliar a participação dos alunos concluintes do Ensino Médio
		Estruturar um banco de dados dos alunos que participarem da Semana Acadêmica.
	Longo	Consolidar contatos com 50% das instituições de Ensino Médio
	Reestruturar do Programa Orientação ao Calouro	Curto
Definir estratégias de orientação ao calouro.		
Entregar o Manual do acadêmico.		
Médio		Definir Manual Digital para o Aluno.
		Implantar o Manual Digital do Aluno.
		Disponibilizar o Manual Digital do Aluno na Web e no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA
Longo		Consolidar e validar o Manual Digital do Aluno.
Consolidar Programas de Acompanhamento Psicopedagógico ao Discente (CADI)	Curto	Definir sistema de apoio aos discentes com dificuldade de aprendizagem.
		Realizar ampla divulgação dos Serviços de Apoio psicopedagógico.
		Normatizar o Sistema de Apoio ao Estudo (monitoria).
	Médio	Criar local próprio para o Atendimento Psicopedagógico.
		Dar prosseguimento ao Serviço de Apoio Psicopedagógico.
		Ampliar em 10% o Sistema de

		Apoio ao Estudo com monitoria
	Longo	Elaborar questionário de avaliação dos serviços de apoio ao discente.

Política: Aperfeiçoar programas Complementares de Qualidade Institucional		
AÇÃO	PRAZO	META
Aprimorar sistema de Avaliação do Docente e Discente (CPA)	Curto	Analisar instrumentos para o Sistema de Avaliação de Desempenho Acadêmico .
		Desenvolver novos instrumentos para o Sistema de Avaliação de Desempenho Acadêmico visando torná-lo instrumento de melhoria da qualidade e de aperfeiçoamento profissional.
	Médio	Aperfeiçoar o Sistema de Avaliação de Desempenho Acadêmico.
		Realizar semestralmente Avaliação de Desempenho Acadêmico.
	Longo	Institucionalizar o Sistema de Avaliação de Desempenho Acadêmico.
	Implantar o Programa de Qualidade de Vida e de Trabalho	Curto
Médio		Implantar algumas medidas de melhoria no ambiente de trabalho (música, práticas saudáveis de postura e alimentação e outros).
		Realizar eventos voltados aos colaboradores e família visando a qualidade de vida e de trabalho
		Prospectar empresas de plano de saúde para a realização de parcerias.
		Consolidar quinzenalmente um momento espiritual.
Longo		Avaliar os resultados das ações do Programa
		Realizar um estudo apurado de novas ações a ser adotadas para adequação das condições de trabalho às necessidades pessoais e realidades locais.

4.12. POLÍTICAS, AÇÕES E METAS PARA A PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO.

A pesquisa desempenha função básica no contexto da FACNOPAR, sobretudo, enquanto fonte de novos conhecimentos e geradora de novas tecnologias. Assim, a pesquisa está vinculada diretamente ao ensino e à extensão, como realimentadora dessas atividades, de modo que seja instrumental na identificação e na solução de problemas e na proposição de novas teorias e práticas e seja, também e acima de tudo, fator de desenvolvimento profissional dos acadêmicos da FACNOPAR e socioeconômico da comunidade em que vivem.

Nesse sentido, a pesquisa estará, no próximo período, mais articulada ao ensino por ser parte integrante da metodologia de ensino-aprendizagem, desenvolvida pelo corpo docente da instituição. A pesquisa é considerada como atividade fundamental para o processo de crescimento profissional dos graduandos da FACNOPAR, bem como instrumento de aprofundamento e aperfeiçoamento do corpo docente, fazendo com que esteja mais fortemente vinculada à dinâmica da instituição em suas áreas de atuação.

Tomando por análise os dados da FACNOPAR, bem como, da avaliação externa e interna frisou-se que a Instituição tem realizado eventos de cunho científicos, informativos e interativos, o que tem sido de grande valia para a integração de prática com a teoria, necessidade essa salutar e produtiva para a criatividade e aprimoramento dos acadêmicos. Como já tem sido meta da FACNOPAR, a Instituição de ensino tem por objetivo “o aprender a aprender”, por meio de capacitação de seu quadro de pessoal, por meio de métodos que incentivem a autodidática, a pesquisa e o aprendizado.

A pesquisa e a extensão, ao longo da história da FACNOPAR, tem sido prioridade, muito embora não tenha alcançado os objetivos almejados e cumprimento das metas propostas. Contudo, em que pese os investimentos realizados, iniciou-se um processo de pesquisa e extensão, de modo mais expressivo com o objetivo de alcançar resultados mais satisfatórios, conforme metas estabelecidas neste PDI.

Conforme resultados do processo avaliativo da CPA, as concepções e organizações didático-pedagógicas estão de acordo com missão e as diretrizes da IES, possuindo coordenadoria em período semi-integral, com práticas pedagógicas realizadas por meio da interdisciplinaridade e da pesquisa. A Comissão Própria de Avaliação concluiu que o corpo docente é satisfatório, dentro do contexto educacional atual. No relatório final, foram também destacados como aspectos frágeis, a diversificação de recursos e procedimentos de ensino e avaliação, bem como, algumas

dificuldades no acesso aos recursos tecnológicos institucionais, indicando como medidas saneadoras a busca de promoção de novos eventos pedagógicos que enfatizem os métodos de ensino superior, bem como, investimentos em recursos didáticos-pedagógicos.

Diante das questões acima indicadas, foram traçadas as políticas, ações e metas para a pesquisa e pós-graduação, para o período de 2022 a 2026, conforme quadro a seguir:

Quadro 07 – Políticas, ações e metas para a Pesquisa e Pós-Graduação.

Política: Apoiar a pesquisa aplicada, com critérios de qualidade, na instituição por meio de parcerias e vinculada à temática da responsabilidadesocioambiental.		
AÇÃO	PRAZO	META
Normatizar a atividade de pesquisa na instituição	Curto	Definir junto aos coordenadores linhas de pesquisa/iniciação científica prioritárias.
		Estabelecer diretrizes de funcionamento da pesquisa, com formulários para elaboração de projetos, encaminhamento dos projetos, critérios para aprovação, e formas de acompanhamento.
		Definir critérios junto aos coordenadores dos cursos para os docentes atuarem na pesquisa.
		Normatizar junto ao setor de Recursos Humanos horas destinadas à pesquisa, com critérios e condições para recebimento.
	Médio	Definir e implantar sistemática de avaliação de qualidade das atividades de pesquisa.
		Realizar processo de avaliação da atividade de pesquisa na instituição.
		Aumentar em 10% a produção científica dos pesquisadores.
		Definir e implantar o Fundo de Pesquisa.
		Informatizar o processo de envio de propostas de projetos de pesquisa à Diretoria de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação.
	Longo	Ter, pelo menos, um (01) projeto de pesquisa financiado e em funcionamento em cada curso de bacharelado.
		Realizar avaliação da pesquisa na instituição
		Aumentar em 30% a produção científica dos

		pesquisadores
		Elaborar plano de Iniciação Científica com seleção de alunos por área de interesse.

Política: Incentivar a participação Acadêmica nos Projetos de Pesquisa/ Iniciação Científica			
AÇÃO	PRAZO	META	
Implantar a Iniciação Científica	Curto	Normatizar o funcionamento da Iniciação Científica (IC).	
		Estabelecer critérios para participação docente e discente no programa de IC.	
		Divulgar a IC na instituição	
		Realizar seleção de discentes de IC	
	Médio	Implantar sistema informatizado de controle dos projetos e dos participantes de IC.	
		Definir e implantar sistema de avaliação da qualidade das atividades do Programa de Iniciação Científica.	
		Ter, no mínimo, um (01) discente IC desenvolvendo atividades de pesquisa em cada um dos cursos de bacharelado.	
		Desenvolver e implantar site de divulgação e controle da Iniciação Científica.	
	Longo	Consolidar sistema de avaliação da qualidade das atividades do Programa de Iniciação Científica.	
	Consolidar evento Científico da FACNOPAR	Curto	Definir formato e periodicidade para o Seminário de Pesquisa.
			Definir formato e periodicidade para o Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica.
			Contatar com instituições da região para estabelecimento de rede de parcerias.
			Estabelecer e divulgar evento para próximo ano.
Buscar formas de financiamento para o Seminário.			
Estruturar comissão organizadora do evento.			
Médio		Consolidar o I Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica.	
		Realizar concurso do melhor trabalho de IC.	
		Consolidar o I Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica com apresentação dos	

		trabalhos dos bolsistas e pesquisadores.
		Informatizar processo de envio de trabalhos e avaliação para publicação.

Política: Incentivar a participação Acadêmica nos Projetos de Pesquisa/Iniciação Científica. (continuação).

AÇÃO	PRAZO	META
Consolidar evento Científico da FACNOPAR	Longo	Selecionar apresentações e publicar livro com artigos apresentados no Simpósio e o trabalho de IC premiado.
		Definir e implantar sistema de avaliação de qualidade dos eventos realizados pela FACNOPAR.
		Informatizar processo de realização dos eventos científicos: divulgação, inscrição, envio de trabalhos, avaliação e divulgação dos resultados.
		Buscar a publicação do livro com artigos apresentados no Simpósio e o trabalho de IC premiado
		Conseguir, pelo menos 30% de recursos públicos para a realização dos eventos.
		Consolidar o sistema de avaliação de qualidade dos eventos realizados pela FACNOPAR.

Política: Expandir o ensino de pós-graduação na modalidade presencial e a distância.

AÇÃO	PRAZO	META
Consolidar o ensino de pós-graduação com oferta de novos cursos.	Curto	Elaborar projetos de pós-graduação conforme demanda regional para o ensino presencial.
		Definir estratégias de pós-graduação na modalidade a distância.
	Médio	Elaborar projetos de pós-graduação na modalidade a distância.
		Implantar cursos de pós-graduação na modalidade presencial e a distância conforme cronograma.
	Longo	Consolidar ensino de pós-graduação com o desenvolvimento de ambiente favorável ao desenvolvimento da pesquisa e extensão.

Política: Incentivar parcerias institucionais de pesquisa e pós-graduação.		
AÇÃO	PRAZO	META
Estabelecer parcerias institucionais de pesquisa e de intercâmbios.	Curto	Normatizar critérios para parcerias institucionais.
		Regulamentar sistema de parcerias.
		Estabelecer plano de implantação de parcerias para o desenvolvimento de pesquisas.
		Elaborar Plano de Ação para atrair as empresas na parceria para a realização de pesquisas empíricas e de desenvolvimento de produtos/processos.
		Constituir, no mínimo, uma (01) parceria com empresa e/ou instituto e/ou entidade pública para desenvolvimento de projeto de pesquisa.
	Médio	Implantar sistema de controle de qualidade das atividades e resultados das pesquisas.
		Formar parcerias com instituições públicas e privadas para desenvolvimento de pesquisas.
		Estabelecer, pelo menos, uma (01) parceria com instituição internacional para intercâmbio de pesquisa e pesquisadores.
		Conseguir financiamento para, pelo menos, 50% das pesquisas realizadas na instituição.
	Longo	Viabilizar, a inserção da FACNOPAR em uma das instituições: IC/CNPQ e/ou da Fundação Araucária, por meio de parcerias com instituições públicas.
		Conseguir financiamento para pesquisas realizadas na instituição.
	Política: Desenvolver áreas de atuação prioritárias da pesquisa e pós-graduação.	
AÇÃO	PRAZO	META
Consolidar a pós-graduação nas áreas estratégicas da instituição	Curto	Definir as áreas de atuação estratégica da pós-graduação.
		Definir critérios, formato e condições para oferta de cursos de pós-graduação.
		Informatizar processo de inscrição na pós-graduação.

Política: Desenvolver áreas de atuação da pesquisa e pós-graduação. (continuação)

AÇÃO	PRAZO	META
Consolidar a pós-graduação nas áreas estratégicas da instituição	Médio	Abrir uma turma em, pelo menos, dois (02) cursos de pós-graduação ofertados.
		Informatizar processo de acompanhamento acadêmico da pós-graduação.
		Estabelecer parceria para oferta de pós-graduação <i>stricto sensu</i> para a qualificação do corpo docente da instituição.
		Definir e implantar sistema de avaliação da qualidade dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> ofertados pela FACNOPAR.
	Longo	Abrir uma turma em, pelo menos, três (03) cursos de pós-graduação.
		Qualificar, pelo menos, 10% do corpo docente (mestrado ou doutorado) por meio de parceria institucional.
Consolidar o sistema de avaliação da qualidade dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> oferecidos pela FACNOPAR.		
Política: Apoiar publicações científicas da FACNOPAR nos eventos acadêmicos.		
AÇÃO	PRAZO	META
Alinhar a Revista da FACNOPAR dentro dos critérios e condições de avaliação da CAPES (QUALIS)	Curto	Criar Conselho da Revista Acadêmica da FACNOPAR
		Transformar a Revista Disputationes em revista Institucional.
		Redefinir critérios e condições para publicação de artigos na revista.
		Elaborar, aprovar e implantar padrão gráfico da revista da FACNOPAR.
		Manter periodicidade da revista.
		Publicar 01 (um) número da revista da FACNOPAR conforme padrões estabelecidos.
	Médio	Implantar a revista no formato digital
		Manter a periodicidade da revista.
		Ter, pelo menos, 03 (três) artigos científicos de docentes da instituição publicados na Revista da FACNOPAR.
		Definir e implantar sistema de avaliação da qualidade dos processos de produção da

		Revista da FACNOPAR.
--	--	----------------------

Política: Apoiar publicações científicas da FACNOPAR nos eventos acadêmicos. (continuação)		
AÇÃO	PRAZO	META
Alinhar a Revista da FACNOPAR dentro dos critérios e condições de avaliação da CAPES (QUALIS)	Longo	Incluir a revista em, pelo menos, uma (01) base de dados indexada.
		Ter, pelo menos, 30% dos artigos científicos publicados na revista oriundos de docentes e pesquisas realizadas na FACNOPAR.
		Obter avaliações satisfatórias: nacional / regional para a revista da FACNOPAR.
		Sistematizar avaliação dos processos de produção da revista da FACNOPAR.
Política: Incentivar participação dos docentes em eventos científicos		
AÇÃO	PRAZO	META
Implantar sistemática de participação docente e discente e eventos científicos	Curto	Identificar eventos científicos de relevância para os cursos de graduação da FACNOPAR.
		Normatizar processo de afastamento de docentes e discentes para participação em eventos científicos.
		Estabelecer critérios para subsidiar as atividades relacionadas à produção científica, tanto de trabalhos a ser apresentados, quanto de evento.
		Definir Centro de Custo para subsídios a eventos científicos e ajuda de custo para docentes.
		Implantar sistemática de envio de solicitação de afastamento e de subsídios para participação em eventos científicos.
		Efetuar ampla campanha para estimular a participação discente e docente em eventos científicos com apresentação de trabalhos
	Médio	Informatizar sistemática de envio de solicitação de afastamento e de subsídios para participação em eventos científicos.
		Ter, pelo menos, 01 (uma) participação em eventos subsidiados pelo Centro de Custo.
		Divulgar editais públicos para subsídios e eventos e apresentação de trabalhos.
		Definir e implantar sistema de avaliação de qualidade da política de participação de docente e discente e eventos científicos.
	Longo	Ampliar em 10% os recursos para subsídios à eventos e participação docente.
		Consolidar sistema de avaliação de

		qualidade da política de participação de docente e discente em eventos científicos.
--	--	---

4.13.POLÍTICAS, AÇÕES E METAS PARA A EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

As atividades de extensão da FACNOPAR vinculam-se ao compromisso que a Instituição tem para com a comunidade regional e, portanto, direciona-se, preferencialmente, para a sua vocação na área socioeconômica, fazendo com que sejam definidas algumas linhas básicas de ação. Inicialmente, a extensão não se confunde com uma simples ação assistencial. É considerada como um fator de interação do ensino e da pesquisa numa atividade sistemática, sistêmica e interdisciplinar, que envolve a Instituição e a comunidade num processo orgânico, para garantir os desenvolvimentos científicos, tecnológicos, cultural e sócio econômico.

A instituição promove a extensão a partir das seguintes linhas temáticas: Alfabetização, leitura e escrita, Metodologia e estratégias de ensino/aprendizagem, infância e adolescência e Formação docente, Mídias (Pedagogia); Artes cênicas, Artes integradas, Artes plásticas; Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial (Cultura); Comunicação estratégica, Jornalismo, Mídia artes, Turismo e desenvolvimento sustentável (Comunicação); Desenvolvimento regional (Direito e Administração); Desenvolvimento rural e questão agrária, Questões ambientais (Gestão Ambiental); Direitos individuais e coletivos, Terceira idade (Direito); Empreendedorismo; Emprego e renda (Recursos Humanos); Grupos sociais vulneráveis (todas as áreas).

Sob esse ponto de vista, a extensão na FACNOPAR oportuniza uma revisão crítica permanente do ensino e das atividades de pesquisa, favorecendo a articulação teoria-prática e garantindo a qualidade de um saber e de uma práxis bem elaborada. A experiência regional no desenvolvimento de projetos de extensão permite estabelecer atitudes e intervenções no contexto social dos discentes e ampliar essa experiência com a implantação do EAD.

Por meios da TIC, a FACNOPAR desenvolve eventos nacionais e regionais para troca de experiências entre os discentes das diferentes localidades brasileiras.

Com relação à Responsabilidade socioambiental, cabe à Instituição contribuir com o crescimento e avanço das regiões em que atua, em termos de qualificação de bons

profissionais para atuarem no mundo do trabalho e difundir seus conhecimentos junto à comunidade. Com isso, a parcela de responsabilidade da Instituição para com a sociedade, está profundamente vinculada à sua natureza e os serviços que ela presta, com a melhoria das condições de vida e do meio ambiente no qual ela está inserida.

Quadro 08 – Políticas, ações e metas para a extensão e responsabilidade socioambiental.

Política: Expandir a extensão da FACNOPAR vinculada á temática da Responsabilidade Socioambiental.		
AÇÃO	PRAZO	META
Alinhar projetos desenvolvidos pelos cursos tecnológicos à ação extensionista.	Curto	Realizar levantamento e estudo dos projetos desenvolvidos pelos cursos tecnológicos.
		Normatizar esses projetos como projetos de extensão.
		Definir critérios e condições de realização dos projetos extensionistas dos cursos tecnológicos.
	Médio	Alinhar 50% dos projetos desenvolvidos nos cursos tecnológicos às linhas de ações extensionistas da instituição.
		Implantar sistema informatizado de registro e acompanhamento dos projetos de extensão.
	Longo	Alinhar 100% dos projetos desenvolvidos nos cursos tecnológicos às linhas de ações extensionistas da instituição.

Política: Expandir a extensão da FACNOPAR vinculada á temática da Responsabilidade Socioambiental. (continuação)		
AÇÃO	PRAZO	META
Implantar linhas de ação extensionista da FACNOPAR	Curto	Normatizar as ações de extensão na instituição.
		Definir critérios e condições de realização da extensão.
		Definir linhas de ação comunitária e de responsabilidade socioambiental da FACNOPAR.
		Definir plano de ação para as ações comunitárias e de responsabilidade socioambiental.
		Definir planilha de custos para as atividades de extensão.

		Definir formulários de envio de proposta de atividade de extensão.
		Implantar calendário de envio de propostas de extensão.
		Informatizar processo de envio de propostas de extensão.
		Realizar avaliação institucional das ações extensionistas.
		Implantar centro de custo para a extensão.
	Médio	Implantar, pelo menos, um (01) programa permanente de extensão.
		Informatizar 50% o processo de acompanhamento e avaliação das atividades de extensão.
		Ampliar em 20% as ações extensionistas da FACNOPAR.
		Definir e implantar sistema de avaliação de qualidade das ações extensionistas realizadas pela FACNOPAR.
	Longo	Implantar 100% dos programas permanentes de extensão.
		Ampliar em 40% as ações extensionistas da FACNOPAR.
		Ampliar em 30% a arrecadação de recursos do centro de custo da extensão.
		Consolidar o sistema de avaliação de qualidade das ações extensionistas realizadas pela FACNOPAR.

Política: Difundir à comunidade os resultados das ações extensionistas da FACNOPAR

AÇÃO	PRAZO	META
Desenvolver Programa de Comunicação Social das ações extensionistas	Curto	Criar identidade visual para os programas de extensão da FACNOPAR.
		Criar campanha publicitária para divulgar eventos de extensão.
		Ofertar cursos de extensão a distância.
	Médio	Informatizar divulgação da extensão
		Garantir retorno de mídia regional das ações de extensão.
	Longo	Ampliar em 20% o retorno de mídia regional das ações de extensão
		Realizar consulta á comunidade sobre

		ações extensionistas (CPA).
Política: Incentivar a promoção de eventos culturais.		
AÇÃO	PRAZO	META
Estruturar o Centro Cultural da FACNOPAR.	Curto	Definir nos Conselhos Superiores a viabilidade do Centro Cultural: métodos, custos, planos de ação, mídia e envolvimento do corpo docente e discente.
	Médio	Definir junto à mantenedora política e linha de ação do Centro Cultural.
		Realizar prospecção de mercado para obter subsídios para implantação e manutenção do centro por meio de Leis de Renúncia Fiscal.
		Definir plano de ação para implantação do Centro.
		Efetuar contatos com potenciais parceiros para a implantação do Centro Cultural.
	Longo	Instalar centro cultural.
		Definir regimento e/ou estatuto do funcionamento do Centro Cultural.
		Desenvolver, pelo menos, 20% das atividades previstas no plano de ação do Centro Cultural.
		Obter recursos para subsidiar 80% das atividades do centro Cultural.
		Estabelecer parcerias locais e regionais.
		Criar identidade visual do Centro Cultural.
		Constituir corpo diretivo do Centro Cultural.
		Desenvolver, pelo menos, 05 atividades com vinculação ao Centro Cultural.

CRONOGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO DE CURSOS

Quadro 09: Cronograma de oferta de cursos de graduação EAD

CURSO	GRAU	INÍCIO
Gestão Ambiental	Tecnológico	1º. Semestre de 2024
Segurança no Trabalho	Tecnológico	1º. Semestre de 2024
Gestão em Processos Gerenciais	Tecnológico	1º. Semestre de 2024
Serviço Social	Bacharelado	2º. Semestre de 2023
Gestão Pública	Tecnológico	2º. Semestre de 2024
Ciências Contábeis	Bacharelado	1º. Semestre de 2025
Gestão da Qualidade	Tecnológico	1º. Semestre de 2025

Quadro 10 - Cronograma de oferta de cursos de graduação na modalidade presencial.

CURSO	GRAU	INÍCIO
Serviço Social	Bacharelado	1º. Semestre de 2024
Ciência da Computação	Bacharelado	1º. Semestre de 2024
Engenharia Ambiental	Bacharelado	1º. Semestre de 2024
Medicina	Bacharelado	1º. Semestre de 2025

ÁREA	CURSO	CARGA HORÁRIA	PÚBLICO ALVO	OBJETIVOS
CONTABILIDADE	Contabilidade para Micro e Pequenas Empresas	80	Profissionais de diversas áreas do conhecimento e alunos universitários.	Entender os princípios gerais de Contabilidade. INÍCIO Capacitar gestores de empresas e estudantes universitários no entendimento dos métodos contábeis. 1º Semestre de 2023
	Práticas Contábeis Financeiras	60	Profissionais de diversas áreas do conhecimento e alunos universitários.	Compreender as práticas financeiras. Entender causas e consequências dos processos financeiros e dos métodos de gestão financeira. 1º Semestre de 2023
	Gestão Escolar para Empresas			1º Semestre de 2024
	Gestão Estratégica de Negócios			1º Semestre de 2024
	Assistente Web Design	80	Profissionais de diversas áreas do conhecimento e estudantes universitários.	Entender a importância do profissional nas práticas contábeis. 1º Semestre de 2024
	Gestão em Saúde Pública			1º Semestre de 2024
	MBA Gestão de Pessoas	15	Profissionais das diversas áreas de conhecimento,	Entender os conceitos básicos de planejamento do Orçamento Familiar. 1º Semestre de 2024
	Gestão Financeira Familiar			1º Semestre de 2024
	Gestão em Marketing Digital			1º Semestre de 2024
	MBA em Gestão Empresarial			1º Semestre de 2024

Quadro 13 – Previsão de cursos de extensão.

			estudantes e cidadãos em geral.	
TECNOLOGIA	AutoCad 1	120	Comunidade acadêmica	Computação gráfica 2 D. Aprimorar noções de desenho arquitetônico e utilizar recursos de AutoCad. Executar desenhos de ambiente e mobiliário
	AutoCad 2	120	Comunidade acadêmica	Computação gráfica 3 D. Aprimorar noções de desenho arquitetônico tridimensional. Executar desenhos de ambiente e mobiliário com imagens tridimensionais.
	Corel Draw	60	Comunidade Acadêmica	Noções Básicas do programa

ÁREA	CURSO	CARGA HORÁRIA	PÚBLICO ALVO	OBJETIVOS
DIREITO	Direito do trabalho	60	Profissionais do direito e demais da área de conhecimento, alunos universitários, e cidadãos em geral.	Entender os princípios do Direito do Trabalho. Estudar as relações de trabalho e contratos, compreender obrigações de segurança do trabalho, trabalho do menor, contribuição social e acordos coletivos de trabalho.
	Direito Previdenciário	60	Profissionais do direito e demais da área de conhecimento, alunos universitários, e cidadãos em geral.	Compreender os fundamentos básicos e princípios do Direito Previdenciário. Entender as contribuições previdenciárias e os direitos dos cidadãos.
	Direito Constitucional	80	Profissionais do direito e demais da área de conhecimento, alunos universitários, e cidadãos em geral.	Aprender os fundamentos e princípios do Direito Constitucional e das constituições federais. Diferenciar o que é poder constituinte originário e derivado. Conhecer seguridade social.
	Direito Administrativo	80	Profissionais do direito e demais da área de conhecimento, alunos universitários, e cidadãos em geral.	Entender sobre os princípios e fundamentos do Direito Administrativo e da Administração Pública. Compreender o processo administrativo e licitações.
	Direito Processual Civil	80	Profissionais do direito e demais da área de conhecimento e alunos	Conhecer fundamentos teóricos dos procedimentos do Direito Processual Civil.
	Direito de Família	80	Profissionais do direito e demais da área de conhecimento, alunos universitários,	Analisar os princípios e fundamentos básicos do Direito de Família. Compreender a Legislação atual do direito de Família.
	Direitos da Criança e do Adolescente	80	Profissionais do direito e demais da área de conhecimento, alunos universitários, e cidadãos em geral.	Conhecer Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. Entender a exploração do Trabalho Infantil. Compreender a legislação atual que garante os Direitos da Criança e do Adolescente.
	Direitos Humanos	80	Profissionais do direito e demais da área de	Entender as generalidades e princípios dos Direitos Humanos. Compreender a aplicabilidade dos

conhecimento,

			alunos universitários, e cidadãos em geral.	Direitos Humanos, cidadania e educação.
	Processos Trabalhistas	80	Profissionais do direito, alunos universitários, e cidadãos em geral.	Compreender as rotinas e fundamentos dos Processos Trabalhistas.
	Direito do Consumidor	60	Profissionais do direito e demais áreas de conhecimento e alunos universitários.	Entender os fundamentos básicos do Direito do Consumidor. Entender direitos e deveres nas relações de consumo.

ÁREA	CURSO	CARGA HORÁRI A	PÚBLICO ALVO	OBJETIVOS
	Metodologia de Educação a Distância	60	Professores e tutores.	Compreender as metodologias ativas de aprendizagem. Analisar as vantagens e desvantagens das metodologias ativas.
	Capacitação em Educação a Distância	60	Professores, tutores e pessoal técnico-administrativo.	Entender processo e tecnologias da educação a distância. Compreender a função do corpo docente, tutores e técnico-administrativo. Entender diferentes modelos de EAD e o suporte tecnológico necessário.
	Princípios básicos de Sustentabilidade	12	Profissionais das diversas áreas de conhecimento, estudantes e cidadão em geral.	Compreender os conceitos de sustentabilidade e ciclo de vida dos produtos utilizados no dia-a-dia. Entender o que é consumo e atitudes individuais com responsabilidade.
	Ensino Fundamental e Sustentabilidade	15	Professores do Ensino Fundamental	Aprender os conceitos básicos relativos á sustentabilidade e ao ciclo de vida dos produtos. Apresentar práticas para trabalho o conceito de sustentabilidade com as crianças.
	Comunicação em Apresentações	15	Profissionais das diversas áreas de conhecimento, estudantes e	Compreender os princípios básicos para uma boa apresentação. Entender como administrar o tempo nas apresentações. Conhecer os principais recursos técnicos que podem ser utilizados.

			cidadãos em geral.	
	Comportamento Ético nas Empresas	15	Profissionais das diversas áreas de conhecimento e estudantes.	Entender o comportamento humano conforme princípios éticos, morais e de direitos. Analisar os princípios éticos nas organizações.
	Elaboração de TCC	20	Estudantes Universitários.	Compreender os princípios fundamentais da metodologia científica. Entender as técnicas necessárias para elaborar um TCC.
	Educação para o Trânsito	15	Professores do Ensino Fundamental, estudantes e profissionais em geral.	Estudar os principais sinais e regras de trânsito. Como desenvolver práticas para o ensino das principais normas de trânsito para as crianças.
	Informática na Educação	15	Professores do Ensino Fundamental, estudantes e profissionais em geral.	Compreender os principais recursos tecnológicos que podem ser utilizados na educação infantil. Entender e elaborar práticas educativas utilizando recursos de informática.
	Introdução à Linguagem Brasileira de Sinais-LIBRAS	20	Professores do Ensino Fundamental, estudantes e profissionais em geral.	Aprender o histórico da língua de sinais. Estudar o alfabeto manual. Compreender a formação do sinal: forma, movimento e espaço. Introduzir aspectos gerais da conversa com sinais

ÁREA	CURSO	CARGA HORÁRIA	PÚBLICO ALVO	OBJETIVOS
EDUCAÇÃO	Matemática Financeira	20	Profissionais das diversas áreas de conhecimento, estudantes e cidadãos em geral.	Estudar os fundamentos da matemática financeira. Como calcular juros e taxas utilizados em empréstimos, financiamentos e operações financeiras em geral. Como calcular resultados de aplicações financeiras.
	Referencias	20	Profissionais	

Aprender como elaborar			
Bibliográficas		das diversas áreas de conhecimento, estudantes e cidadãos em geral.	Referências Bibliográficas nos trabalhos científicos. Entender as Normas Técnicas Brasileiras para referencia de livros, textos, artigos científicos, dissertações e teses de doutorado.
Metodologia da Pesquisa	30	Profissionais das diversas áreas de conhecimento, estudantes e cidadãos em geral.	Analisar métodos de pesquisas científicas. Compreender diferentes enfoques utilizados para a pesquisa científica. Entender as Normas Técnicas Brasileiras para Referencias bibliográficas
Técnicas de Oratória	20	Profissionais de diversas áreas do conhecimento e alunos universitários.	Trabalhar as técnicas de oratória e comunicação em público, proporcionando segurança ao falar em publico, buscando tornar-se um orador mais persuasivo e carismático. Definir e potencializar as partes principais de uma apresentação, expressando-se de forma positiva. Oferecer estrutura técnica para apresentar-se em várias situações. Apresentar base teórica sobre padrões de linguagem adequados aos públicos e aos objetivos da comunicação.
Português	80	Profissionais de diversas áreas do conhecimento e alunos universitários.	Desenvolver a capacidade de raciocínio lógico, escolhendo o registro adequado à situação, refletindo da melhor maneira a ideia que pretende comunicar. Proporcionando aos participantes a utilização adequada na manifestação oral e escrita da Língua Portuguesa, apoiando-se no conhecimento de sua estrutura e possibilidades expressivas. Valorizando a leitura como fonte de conhecimento.
Matemática Básica	80	Alunos que estão cursando o Ensino Médio, concluintes do Ensino Médio, acadêmicos e comunidade em geral.	Oferecer mecanismos pedagógicos que possibilitem resgatar aprendizagens dos acadêmicos ingressantes no Ensino Superior, retomando conceitos, métodos e procedimentos trabalhados na sua formação básica.

ÁREA	CURSO	CARGA HORÁRIA	PÚBLICO ALVO	OBJETIVOS
ADMINISTRAÇÃO	Gestão de Qualidade e	80	Empresários, administradores, alunos universitários e demais profissionais.	Conhecer processos de gestão de qualidade. Analisar a eficácia dos métodos no aperfeiçoamento dos colaboradores no sistema. Conhecer processos para interação da equipe de trabalho.
	Gestão de Compras	80	Empresários, administradores, estudantes e demais profissionais.	Entender a função de compras e sua importância nas empresas. Verificar estratégias nos processos de compras. Analisar estratégias de compras.
	Organização de Finanças Pessoais	40	Profissionais de diversas áreas do conhecimento e alunos universitários.	Analisar contas e compromissos financeiros, relacionar receitas e despesas. Proporcionar metodologia para a organização da vida financeira. Possibilitar a organização financeira pessoal. Avaliar a situação financeira.
	Gestão de Pessoas	80	Empresários, administradores, alunos universitários e demais profissionais.	Conhecer os métodos de Gestão Pessoal nas organizações de trabalho.
	Gestão Organizacional	80	Profissionais da área de RH, gerentes e supervisores, administradores e profissionais e alunos universitários.	Conhecer conceitos de Gestão de Cargos e Salários. Compreender as técnicas de Gestão de Cargos e Salários.
	Satisfação de Clientes	80	Profissionais de diversas áreas do conhecimento e alunos universitários.	Compreender a importância do cliente e seus desejos. Entender a importância de implantar uma cultura de gestão da satisfação do cliente nas organizações.
	Comunicação em Marketing	80	Profissionais do Marketing, gerentes de empresas e estudantes universitários.	A Comunicação em Marketing e sua utilização para informar e atrair os clientes a adquirir seus produtos. Meios de comunicação: propagandas, promoções, anúncios e métodos que contribuem para a comunicação eficaz para atingir os objetivos das empresas.
	Segurança no Trabalho	80	Profissionais e alunos universitários de Administração e Gestão, empresários e	Relatar o histórico da legislação sobre Segurança no Trabalho. Entender legislação atual e as medidas preventivas para evitar acidentes no trabalho. Apresentar os métodos de investigação.

			demais interessados pelo tema.	
	Técnicas de Negociação	80	Profissionais de diversas áreas do conhecimento e alunos universitários.	Entender os diversos processos de negociação. Compreender noções básicas sobre técnicas de negociação.
	Logística Empresarial	80	Profissionais de diversas áreas do conhecimento e alunos	Proporcionar conhecimentos fundamentais em logística empresarial.

4.14. POLÍTICAS, AÇÕES E METAS PARA OS RECURSOS HUMANOS E GESTÃO

As questões relativas ao quadro de pessoal da FACNOPAR – docentes e técnico- administrativos – estão entre as que têm merecido maior preocupação por parte do corpo dirigente. Em relação ao corpo docente, por exemplo, a instituição tem tomado como parâmetro para algumas contratações o perfil do profissional, seu histórico de formação profissional e, em menor medida, o tempo de docência e titulação. O mesmo acontece em relação aos profissionais que assumiram atividades de coordenação. No entanto, no ano de 2010, apesar de alguns desses profissionais não terem experiência no magistério superior e em gestão de IES, têm realizado um excelente trabalho, com dificuldades em determinados momentos, mas atingidos conceitos bons, além de demonstrarem um grande comprometimento com a instituição. Para isso, a Instituição investe na capacitação do docente e do coordenador de curso, com enfoque nas novas metodologias de ensino e gestão acadêmica.

Quanto ao perfil do corpo docente, a FACNOPAR tem contratado docentes capacitados, com, no mínimo curso de pós-graduação lato sensu concluído na área afim das disciplinas do curso.

No contexto regional, a Instituição encontra dificuldade de conseguir profissionais titulados que possam assumir regime de tempo parcial ou integral, pois uma parte exerce sua profissão de formação e/ou são docentes em outras instituições. Um aspecto a ser considerado é que, tanto na cidade de Apucarana quanto na região próxima, houve a abertura de mercado de trabalho para o ensino superior muito

recentemente. As duas IES da cidade, com exceção da pública estadual, que já existe há mais de 30 anos, foram criadas nestes últimos 10 anos, e que em que pese tratar-se de tempo razoável, não se viu ainda, uma preocupação por parte da comunidade e principalmente, das pessoas com potenciais de docência em atualizar os conhecimentos por meio de estudos de pós-graduação stricto sensu. Infelizmente esse quadro não apresenta muitas perspectivas de melhora na oferta de pessoal docente preparado e qualificado, o que leva a IES ter que adotar medidas mais incisivas.

Com isso, a FACNOPAR buscará adotar medidas mais amplas, as quais possibilitarão ao seu pessoal a busca por uma qualificação, especialização e mestrado, na própria cidade ou região e, no caso de atividades de coordenação, que possam desenvolver suas competências com treinamentos, troca de experiências entre coordenadores e difusão das normas acadêmicas e institucionais.

Em relação ao pessoal técnico-administrativo, as dificuldades se repetem numa outra medida, pois existe uma carência na região de pessoal qualificado com experiência para atuar no ensino superior. O quadro técnico-administrativo é treinado na própria instituição por meio de cursos, instruções, normas e reuniões técnicas.

Nesse sentido, a Instituição tem concentrado esforços para atuar nas seguintes áreas:

- *Programa de Qualificação Docente*
- *Plano de Carreira Docente*
- *Plano de Cargos e Salários*
- *Programas de Treinamento profissional*

Considerando a oferta de cursos na modalidade de EAD, a FACNOPAR tem proporcionado cursos de treinamento para a preparação dos tutores presenciais e a distância que atuam nos cursos de graduação e pós-graduação, considerando que os mesmos são primordiais para o desenvolvimento do EAD já que o tutor necessita de um conhecimento multidisciplinar para atender as necessidades dos alunos em seu processo de desenvolvimento. Também é papel do tutor orientar, motivar e incentivar a persistência dos alunos. O tutor é um facilitador da aprendizagem, aquele que está em contato com os alunos, verificando as dificuldades de aprendizagem, o desempenho individual nas avaliações e elaboração dos trabalhos, além de atuar na verificação de

necessidade de conteúdos básicos para os acadêmicos no desenvolvimento de suas atividades e promover recuperação paralela de conteúdos.

A qualificação em EAD dos tutores presenciais e a distância é proporcionada também pela Instituição por meio de recursos utilizados na educação a distância.

Como regra geral, os agentes envolvidos no processo de EAD da FACNOPAR são devidamente capacitados para essa modalidade de ensino.

Com referência às áreas estabelecidas, as ações que visam atingir os melhores conceitos na dimensão de pessoal, tanto dos docentes quanto dos técnico-administrativos, são:

Quadro 14 - Políticas, ações e metas para os recursos humanos e gestão.

Política: Proporcionar programas de valorização e qualificação do corpo docente.		
AÇÃO	PRAZO	META
Adequar corpo docente quanto regime de trabalho conforme Quadro de Carreira Docente (QCD).	Curto	Criar e desenvolver um plano de Carreira docente.
		Buscar a homologação junto ao Sindicato do referido Plano.
		Enquadrar, pelo menos, 20% do corpo docente no Quadro de Carreira e atender ao mesmo percentual para tempo integral e parcial.
	Médio	Enquadrar, pelo menos, 50% do corpo docente no QCD e atender ao percentual de 30% em tempo integral e parcial.
	Longo	Enquadrar, pelo menos, 80% do corpo docente no QCD.
Estabelecer parceria interinstitucional para desenvolvimento de mestrado (MINTER).	Curto	Efetuar levantamento e consulta às instituições para a realização de parceria para a realização do MINTER.
		Apresentar proposta às instituições interessadas.
	Médio	Compor, pelo menos, uma turma de 05 docentes do QCD regularmente matriculados no MINTER.
	Longo	Proporcionar, pelo menos, uma turma de 05 docentes no MINTER.
Compor, pelo menos, mais uma turma de 10		

		docentes no MINTER.
--	--	---------------------

Política: Desenvolver meios de qualificação docente.		
AÇÃO	PRAZO	META
Elaborar programa de estímulo à pós- graduação <i>stricto sensu</i> .	Curto	Definir medidas administrativas e contratuais que incentivem os docentes a buscarem a pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
	Médio	Implantar medidas administrativas e contratuais de incentivo à pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
	Longo	Atender a, pelo menos, 5% dos docentes ainda não titulados com o programa de estímulo à pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
Política: Valorizar e qualificar quadro Técnico-Administrativo - TA.		
AÇÃO	PRAZO	META
Adequar corpo técnico-administrativo (TA) ao Plano de Cargos e Salários (PCS).	Curto	Criar Plano de Cargos e salários.
		Enquadrar, pelo menos, 50% do corpo de TA no PCS.
	Médio	Realizar estudo para melhoria da qualificação do corpo técnico-administrativo.
	Longo	Enquadrar 100% do corpo de TA ao PCS.
Política: Proporcionar cursos de treinamento para gestores, docentes, tutores e técnico- administrativos.		
AÇÃO	PRAZO	META
Constituir programa permanente de treinamento em EAD.	Curto	Elaborar cronograma de cursos de treinamento.
		Proporcionar cursos de treinamento em EAD para professores, tutores e gestores.
	Médio	Ofertar periodicamente cursos de treinamento em EAD.
	Longo	Constituir corpo de professores e tutores experientes em EAD.
Adequar corpo técnico-administrativo (TA) ao Plano de Cargos e Salários (PCS).	Curto	Elaborar cronograma de cursos de treinamento.
		Proporcionar cursos de treinamento em EAD para técnico-administrativos.
	Médio	Proporcionar, periodicamente cursos de treinamento em EAD.
	Longo	Avaliar qualificação do pessoal técnico-administrativo.

Política: Priorizar ações de qualidade dos serviços internos e externos que a FACNOPAR realiza.		
AÇÃO	PRAZO	META
Dar continuidade ao programa de treinamento profissional.	Curto	Identificar parceiros como SENAI, SESC e outros para o desenvolvimento de treinamentos específicos ao quadro técnico-administrativo.
		Realizar, pelo menos, uma parceria com instituição de treinamento profissional.
		Incentivar e conceder bolsas de estudo parciais ou integrais para cursarem Ensino Superior aos técnico-administrativos que não obtiveram título de graduação.
		Adequar o horário de atendimento do Recursos Humanos para período noturno.
		Criar procedimentos para contratação de pessoal técnico-administrativo e docente.
	Médio	Realizar, pelo menos, três programas de treinamento profissional.
		Qualificar até 50% do quadro de TA.
	Longo	Realizar, pelo menos, 5 programas de treinamento profissional.
		Qualificar, pelo menos 80%, do quadro de TA.
		Possuir 90% do TA, com Ensino Superior.

Para o ensino a distância, a FACNOPAR criou uma estrutura para administração, gerenciamento e suporte ao trabalho pedagógico, tecnológico e de atendimento acadêmico, alterando seu organograma conforme Regimento Geral e regulamentações internas.

Em destaque, a criação de uma Secretaria Setorial de Educação a Distância com a finalidade de registro e controle da vida acadêmica dos alunos dessa modalidade de ensino e atendimento aos alunos nos diversos procedimentos acadêmicos.

Foram também criadas uma Coordenadoria de Educação Presencial e Coordenadoria de Educação a Distância, subordinadas à Diretoria Acadêmica com o objetivo de dar unidade às ações acadêmicas no que tange ao planejamento dos cursos, preparação de materiais impressos, materiais midiáticos, calendário acadêmico, horário

dos docentes, preparação de aulas e outras. O ensino presencial e o ensino a distância da FACNOPAR são conduzidos de forma colaborativa e participativa.

Foi também criada a Coordenadoria de Integração Pedagógica com setor responsável pela gestão dos tutores presenciais e a distância e um setor de Produção Pedagógica cuja função é dar suporte à preparação das aulas, atividades e materiais; orientar quanto ao uso dos recursos midiáticos disponíveis; gerenciar os estúdios de gravação e cuidar das necessidades de novos recursos tecnológicos.

A FACNOPAR estruturou junto ao Núcleo de Tecnologia e Informação um setor de Suporte Tecnológico de Educação a Distância com a finalidade de apoiar os coordenadores e professores, cuidar da parte técnica da gravação das aulas, sistemas utilização Internet e recursos da Web e da infraestrutura necessária ao bom andamento dos processos do ensino a distância e um setor de Administração de Polos de Apoio Presencial responsável pela gestão de parcerias e polos de apoio, subordinado à Diretoria Administrativa.

A FACNOPAR dispõe de estrutura básica de recursos humanos e de infraestrutura para dar início dos cursos a distância que são alteradas e expandidas conforme as necessidades.

4.15. POLÍTICAS, AÇÕES E METAS PARA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE SERVIÇOS

A infraestrutura constitui uma das dimensões fundamentais numa IES, pois um projeto pedagógico para que se efetive necessita de uma base física e de serviços. Em relação a esse tópico, a CPA da FACNOPAR realizou uma consulta à comunidade acadêmica, além de visitas e os resultados demonstraram uma satisfação por parte de discentes, docentes e técnico-administrativos em relação à infraestrutura da Instituição.

Esses dados foram importantes para nos dar retorno quanto à qualidade das instalações e serviços. No entanto, para o próximo período será necessário um investimento maior nesta dimensão tendo em vista o crescimento pretendido e a instalação de novos cursos, programas, serviços e a implantação do ensino a distância.

Com isso, as ações e metas para o próximo período são grandes e exigirão um esforço para seu atendimento. Com relação ao PDI anterior, foi necessária a adequação das metas estabelecidas porque surgiram novas necessidades para atendimento aos cursos ofertados e com a desativação de alguns cursos, foi realizada uma reestruturação da infraestrutura. Para os serviços e infraestrutura, dividimos as políticas, ações e metas em quatro áreas, relacionadas abaixo:

Espaço físico

- *Instalações acadêmico-administrativas*
- *Instalações para portadores de necessidades especiais*
- *Biblioteca*

Outras instalações Equipamentos

- *Computadores (atualmente taxa de uso: 13,6 alunos por computador)*
- *Recursos audiovisuais (televisão, vídeo, DVD, som).*
- *Multimídia*
- *Software*

Serviços

- *Sistema de manutenção e conservação das instalações físicas*
- *Sistema de manutenção e conservação de equipamentos*
- *Apoio logístico para atividades acadêmicas, de pesquisa e de extensão.*
- *Infrmatização*

Biblioteca

- *Acervo*
- *Infraestrutura de acesso a acervos externos.*
- *Infraestrutura necessária à implantação da Biblioteca Digital.*

Quadro 15 – Políticas, ações e metas para a infraestrutura e serviços.

Política: Propiciar condições de trabalho de excelente qualidade em relação ao espaço físico
--

AÇÃO	PRAZO	META
Ampliar as instalações acadêmico- administrativas.	Curto	Adequar laboratórios conforme quantidade de alunos por curso.
		Adequar o laboratório de Desenho, dentro do espaço físico da IES para acomodar um número maior de alunos do curso de Arquitetura, que será solicitada autorização.
		Reestruturar sala nº 33, em sistema auditório, com degraus feitos em tablados, com mesas no formato de meia lua para otimização do espaço para constituição da nova sala de pós-graduação.
		Instalar ar condicionado para todas as salas de aula.
	Médio	Aprimorar o sistema de monitoramento interno de vigilância nas áreas de grande fluxo de pessoas.
		Ampliar área específica para a alocação dos programas de formação prática específicos dos cursos.
		Aperfeiçoar sistema de avaliação de qualidade quanto às instalações físicas.
	Longo	Construir e/ou adequar uma sala para atividades de pesquisa.
		Construir ou adequar salas conforme eventuais necessidades.
		Consolidar sistema de avaliação de qualidade das instalações físicas.
		Construir ou adequar uma capela ecumênica.
		Ampliar espaço físico da Biblioteca.

Política: Propiciar condições de trabalho de excelente qualidade em relação ao espaço físico. (continuação)

AÇÃO	PRAZO	META
Adequar os espaços físicos da Biblioteca para atendimento aos padrões de qualidade requeridos às IES.	Curto	Ampliar uma política de compra e manutenção do acervo.
		Estabelecer política financeira de aquisição do acervo.

	Médio	Adequar um espaço físico da biblioteca com sistema de segurança antifurto.
		Implementar sistema de avaliação de qualidade quanto às instalações físicas
	Longo	Virtualizar 100% da Biblioteca.
		Consolidar sistema de avaliação de qualidade quanto às instalações físicas.
		Integrar os serviços bibliotecários virtuais ao Sistema Institucional.
Instalar outros espaços	Curto	Fechar área externa do estacionamento com muro ou grade e criar um estacionamento interno.
		Ampliar o sistema de segurança para o estacionamento e guarita
	Médio	Fazer calçamento da área interna do estacionamento.
		Fazer cobertura da entrada e fechar para criação de um rol.
		Criar cobertura para acesso dos alunos nos dias de chuva.
		Revisar sistema de avaliação de qualidade quanto às instalações físicas
	Longo	Ampliar o setor administrativo
		Construir um auditório modelo que possa atender a demanda institucional para desenvolvimento de eventos, como palestras e colação de grau.
		Elaborar sistema informatizado de controle eletrônico da entrada.
		Consolidar sistema de avaliação de qualidade quanto às instalações

Política: Propiciar condições de trabalho de excelente qualidade em relação ao espaço físico. (continuação)

AÇÃO	PRAZO	META
Adequar instalações para portadores de necessidades especiais.	Curto	Elaborar levantamento das adequações físicas necessárias.
		Definir prioridades das adequações físicas necessárias.
	Médio	Colocar cobertura do

		estacionamento e ampliar área do estacionamento para portadores de necessidades especiais.
	Longo	Revisar as ponderações da lei específica dos portadores de necessidades especiais, para desenvolver novos projetos de adequação.

Política: Adequar infraestrutura de espaço físico e equipamentos para atendimento às necessidades das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

AÇÃO	PRAZO	META
Software de Registro e Controle Acadêmico para EAD	Curto	Consolidar sistema de Registro e Controle Acadêmico com especificidades da EaD.
	Médio	Manter registro da vida acadêmica do discente.
Montar novo estúdio para a geração de aulas.	Curto	Adquirir novos equipamentos para estúdio de gravação.
	Médio	Manter estúdio de gravação de aulas com novos equipamentos, conforme evolução tecnológica.
Aumentar quantidade de equipamentos de informática.	Curto	Ampliar laboratórios destinados aos cursos de graduação.
	Médio	Readequar os computadores dos laboratórios em suas configurações por meio de <i>hardware</i> ou <i>software</i> .
		Definir e implantar sistema de avaliação de qualidade dos recursos de informática em relação às necessidades para ensino, pesquisa, extensão e s serviços internos.
	Longo	Adquirir servidor para a integralização do sistema institucional informatizado.
		Adequar 10 computadores para biblioteca para consulta e desenvolvimento de trabalhos dos alunos.
		Ampliar o número de veículos destinados às atividades administrativas

Política: Adequar quantidade de equipamentos para atendimento às necessidades das atividades de ensino, pesquisa e extensão. (continuação)

AÇÃO	PRAZO	META
Adequar recursos audiovisuais (televisão, vídeo, DVD, som)	Curto	Reutilizar laboratórios audiovisuais, rádio, fotografia e Web, em outros cursos para melhorar a qualidade dos cursos ofertados, que tenham

		necessidade de uso de tais recursos.
	Médio	Manter laboratórios com equipamentos atualizados
	Longo	Adquirir novos equipamentos.
Adequar número de equipamentos multimídia para os cursos.	Curto	Adquirir equipamentos de data show.
	Médio	Adquirir pelo menos mais 50% de data shows
		Analisar adequação dos recursos audiovisuais em relação às necessidades para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e demais serviços internos.
		Definir e implantar sistema de avaliação de qualidade dos recursos multimídia conforme as necessidades das atividades de ensino, pesquisa, extensão e serviços
	Longo	Implantar 100% das salas de aula com data shows.
		Adequar os recursos audiovisuais em relação às necessidades para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e demais serviços internos.
Consolidar sistema de avaliação de qualidade dos recursos multimídia em relação às necessidades para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e demais serviços.		
Ampliar acervo de software para apoio administrativo, ao ensino, à pesquisa e à extensão.	Curto	Efetuar levantamento das necessidades de software.
	Médio	Adquirir software de jogos empresariais e software jurídicos.
		Definir uma política de atualização dos <i>software</i> .
		Definir e implantar sistema de avaliação de qualidade dos recursos de software disponíveis em relação às necessidades para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e demais serviços internos.
	Longo	Implantar política institucional para atualização de <i>software</i> .
		Consolidar sistema de avaliação de qualidade dos recursos de software disponíveis em relação às necessidades para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e demais serviços

Política: Compatibilizar o acervo da Biblioteca às necessidades dos cursos visando o atendimento ao discente com qualidade.

AÇÃO	PRAZO	META
Adequar o acervo para atendimento às exigências de qualidade e quantidade de títulos e exemplares.	Curto	Criar um plano para ampliação sistemática do acervo da biblioteca.
		Criar um plano para ampliação sistemática do acervo
	Médio	Adequar o acervo da biblioteca às exigências das avaliações dos cursos e da Instituição.
	Curto	Definir política de parcerias com editoras e livrarias visando à melhoria do acervo.
	Médio	Definir e implantar sistema de avaliação de qualidade quanto ao cervo disponível na instituição e de seu acesso.
	Longo	Consolidar acervo para atendimento com qualidade aos alunos e comunidade.
		Consolidar sistema de avaliação de qualidade quanto ao cervo disponível na instituição e de seu acesso.
Ampliar o número de aluno/livro		
Adequar infraestrutura de acesso aos acervos externos	Curto	Implantar programa de divulgação do COMUT e outras bases de dados digitais de material bibliográfico.
		Médio
	Longo	Definir e implantação de sistema de avaliação de qualidade quanto à infraestrutura de acesso a acervos externos
		Consolidar serviços de COMUT e outras formas de acesso às bases de dados digitais de material bibliográfico.
		Consolidar sistema de avaliação de qualidade quanto à infraestrutura de acesso a acervos externos.

Política: Priorizar os serviços internos de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão.

AÇÃO	PRAZO	META
Implantar sistema de manutenção e conservação das instalações físicas.	Curto	Definir sistemática de controle do estado de conservação das instalações físicas.

	Médio	Implantar sistemática de controle do estado de conservação das instalações físicas e patrimoniais.
		Definir e implantar sistema de avaliação de qualidade quanto à qualidade das instalações físicas disponíveis.
	Longo	Consolidar sistema de avaliação de qualidade quanto à qualidade das instalações físicas disponíveis.
Sistematizar processo de manutenção e conservação de equipamentos.	Curto	Definir sistemática de controle do estado de conservação dos equipamentos.
	Médio	Implantar da sistemática de controle do estado de conservação dos equipamentos.
		Definir e implantar sistema de avaliação de qualidade quanto à qualidade dos equipamentos disponíveis.
Longo	Consolidar sistema de avaliação de qualidade dos equipamentos disponíveis.	

4.16. POLÍTICAS, AÇÕES E METAS DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A dimensão da sustentabilidade financeira numa IES no atual sistema de Avaliação das Instituições de Educação Superior compreende, além do compromisso perante os órgãos reguladores das IES seu compromisso social e educacional, a demonstração que a Instituição mantém controle em sua gestão, garantindo dessa forma sua manutenção no sistema de educação superior.

A Instituição, apesar de ainda não possuir um sistema informatizado de orçamento, receitas e despesas, tem efetuado um processo de acompanhamento da situação financeira de cada curso, tratando cada curso como uma unidade orçamentária e verificando a viabilidade de cada curso, conforme padrões de qualidade exigidos. Dessa forma, alcançou estabilidade financeira necessária para manter e viabilizar o funcionamento efetivo de suas unidades. As metas e ações previstas inicialmente no PDI foram analisadas e revisadas adequando-as à nova realidade política e econômica do país.

Foram também realizados estudos cuidadosos sobre a viabilidade financeira para implantação da EAD. Nesse sentido, a Instituição disponibilizou um orçamento específico para a nova atividade, com investimentos em capacitação do pessoal docente e técnico- administrativo, preparação de tutores presenciais e a distância, equipamentos e software de Tecnologia de Comunicação e Informação.

Para tanto, para a estruturação da EAD e sua manutenção quanto ao presencial, a equipe diretiva da FACNOPAR executou o seguinte procedimento:

- *Elaboração de orçamento para as ações e metas estabelecidas nas dimensões anteriores.*
- *Dimensionamento em termos de recursos financeiros necessários para a concretização das ações e metas previstas nas outras dimensões para o período de 2022-2026.*
- *Ajuste das ações e metas previstas nas outras dimensões para o período de 2022-2026, de acordo com a capacidade financeira da Instituição e da mantenedora.*

Com isso, o planejamento de sustentabilidade financeira visa garantir o cumprimento das ações e metas previstas nas demais dimensões, bem como, garantir estabilidade financeira para a Instituição.

Foi estabelecido, para tanto, as seguintes áreas nas quais foram elaboradas ações conforme políticas institucionais para:

Sistema de alocação de recursos

- *Instalações*
- *Atualização de equipamentos e materiais*
- *Pessoal docente*
- *Pessoal técnico-administrativo.*
- *Ensino, Pesquisa e Extensão.*
- *Sistemática para a Autossustentabilidade.*

Quadro 16 – Políticas, ações e metas de Sustentabilidade Financeira.

Política: Proporcionar fontes de captação dos recursos diretos e indiretos para projetos de extensão e/ou de pesquisa de caráter socioambiental.

AÇÃO	PRAZO	META
------	-------	------

Estabelecer parcerias institucionais para o desenvolvimento de projetos de extensão e/ou pesquisa.	Curto	Efetuar levantamento e identificar parceiros institucionais.
		Definir estratégias e linhas de ação, em parceria com a Diretoria de Extensão e Responsabilidade Socioambiental e Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, para o estabelecimento de parcerias institucionais visando à obtenção de recursos para projetos de cunho social e/ou de pesquisa.
		Estabelecer, pelo menos, 01 (uma) parceria institucional.
	Médio	Ampliar em, pelo menos, 50% de parceiros institucionais para o desenvolvimento de projetos de extensão e/ou de pesquisa.
		Viabilizar, pelo menos, 30% dos projetos de extensão e/ou de pesquisa, por meio de recursos externos.
	Longo	Ampliar, pelo menos, 50% de parceiros institucionais para o desenvolvimento de projetos de extensão e/ou de pesquisa.
Viabilizar, pelo menos, 70% dos projetos de extensão e/ou de pesquisa por meio de recursos externos.		

Política: Viabilizar processos de ajustes financeiros.

AÇÃO	PRAZO	META
Criar novas fontes de receitas.	Curto	Analisar e desenvolver novos projetos que envolvam cursos de pós-graduação ou outros mecanismos para ampliação de novas metas.
		Desenvolver projetos para criação de parcerias e captação de recursos públicos
	Médio	Implantar novos mecanismos de receitas.
	Curto	Consolidar novos mecanismos de receitas.

Política: Proporcionar fontes de captação dos recursos diretos e indiretos para projetos de extensão e/ou de pesquisa de caráter socioambiental.

AÇÃO	PRAZO	META
Estudar viabilidade econômica dos cursos ofertados.	Curto	Efetuar levantamento e tratamento dos dados econômicos dos anos anteriores em relação aos cursos ofertados.
		Identificar perfil do aluno

		ingressante e concluinte dos cursos ofertados
		Reavaliar necessidades do mercado quanto ao profissional egresso dos cursos ofertados.
	Médio	Adequar oferta dos cursos a partir dos levantamentos realizados.
		Pesquisar mercado para identificação de necessidades de profissionais com formação superior.
	Longo	Efetuar levantamento nas empresas do perfil profissional esperado.
Política: Priorizar cursos de graduação e de pós-graduação autossustentáveis.		
AÇÃO	PRAZO	META
Analisar relação curso / custo aluno.	Curto	Implementar levantamento de custos por turma/curso, para melhor análise da sustentabilidade.
	Médio	Analisar relação de alunos por turma e indicar medidas saneadoras.
	Longo	Manter 100% dos cursos ofertados na condição de autossustentáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APUCARANA (PR). **Prefeitura 2013**. Disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2014.

BANCHI, H; BELL, R. The many levels of inquiry. **Science and Children**. Virginia, v.46, n.2, oct. 2008. BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001.

BRASIL. CONAES/INEP. **Avaliação externa de Instituições de educação superior**: diretrizes e instrumento. Brasília, DF:CONAES/INEP, 2006.

BRASIL. INEP. **Portaria INEP nº 31 de 17 de fevereiro de 2005**. Estabelece os procedimentos para a organização e execução das avaliações externas de Instituições de Educação Superior e dos cursos para fins de credenciamento e reconhecimentos. Brasília, DF:INEP, 2005.

BRASIL. INEP. **Resolução nº 01 de 04 de maio de 2005**. Dispõe sobre a composição das Comissões Multidisciplinares de Avaliação de Cursos e sua sistemática de atuação. Brasília, DF:INEP, 2005.

BRASIL.MEC/SESU. **Plano Nacional de Extensão Universitária**: Edição Atualizada. Brasília, MEC/SESu, 2001a.

BRASIL. Ministro da Ciência e Tecnologia. **Protocolo de Quioto**. 1998.

BRASIL. Ministro da Educação. **Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007**. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. DF: 2007.

BRASIL. Ministro da Educação. **Portaria nº 1.309 de 14 de julho de 2006**. Dispõe sobre simplificação procedimental sobre comprovação da regularização fiscal das instituições nos processos de credenciamento e reconhecimentos. Brasília, DF:MEC, 2006.

BRASIL. Ministro da Educação. **Portaria MEC nº 604 de 07 de março de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília, DF:MEC, 2004.

BRASIL. Ministro da Educação. **Portaria MEC nº 2.051 de 09 de julho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Brasília, DF:MEC, 2004.

BRASIL. Ministro da Educação. **Portaria MEC nº 563 de 21 de fevereiro de 2006**. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Brasília, DF:MEC, 2006.

BRASIL. Ministro da Educação. **Portaria MEC nº 300 de 30 de janeiro de 2006**. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Brasília, DF:MEC, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Federal nº 5.773 de 09 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF: 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Federal nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. DF: 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Federal nº 10.419 de 19 de maio de 2004**. Institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e dá outras providências. Brasília, DF: 2004.

BRASÍLIA (DF). **Prefeitura 2014**. Disponível em: <http://www.brasilia.dg.gov.br/>. Acesso: em 10 fev. 2014.

CAVALCANTI, Roberto de Albuquerque. **Andragogia: A Aprendizagem nos Adultos**. Disponível em <http://www.rau-tu.unicamp.br/nou-rau/ead/document/?view=2>. Retirado em 02.01.07.

CENTRO DE ESTUDO SUPERIOR DE APUCARANA. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Apucarana: CESA, 2001.

CENTRO DE ESTUDO SUPERIOR DE APUCARANA. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Apucarana: CESA, 2011.

CENTRO DE ESTUDO SUPERIOR DE APUCARANA. **Regimento Unificado**. Apucarana: CESA, 2002. COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO. **Relatório de Autoavaliação**. Apucarana: FACNOPAR, 2011.

CORNÉLIO PROCÓPIO. **Prefeitura Municipal**. Disponível em: <http://www.cornelioprocopio.pr.gov.br/portal/index.php>. Acesso em: 03 dez. 2013.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em :

http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm.

Acesso em: 10 out. 2006.

DEWEY, John. **Vida e Educação**. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.

FLORIANÓPOLIS (SC). **Prefeitura 2013**. Disponível em: <http://www.florianopolis.sc.gov.br/>. Acesso em 04 dez. 2013.

FREIRE, Paulo. **Carta de Paulo Freire aos professores**. Estudos Avançados, n.15(42), 2001. p. 259-268. GAMA. **Portal do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.gama.df.gov.br/>. Acesso em 11 dez. 2013.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/>. Acesso em: 05 dez. 2014.

IBGE **Censo**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411007>. Acesso em: 5 jan. 2014.

INEP. **Resultado preliminar do Censo Escolar do Ensino Básico de 2013**, Anexo I. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 3 fev. 2014.

INEP, **Censo do Ensino Superior**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 6 fev. 2014.

JANDAIA DO SUL (PR). **Prefeitura 2014**. Disponível em: <http://www.jandaiadosul.pr.gov.br/>. Acesso em: 23 jan. 2014.

LONDRINA (PR). **Prefeitura 2013**. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/>. Acesso em: 23 dez. 2013

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa e CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação, n. 23, Maio/Jun/Jul/Ago, 2003. p. 156-168.

MOREIRA, Antonio Flávio. **Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços**. Educação & Sociedade, ano XXI, no 73, Dez. 2000. p. 109-138.

NOVAK, GREGOR; GAVRIN, Andrew, PATTERSON, Evely. **Just-in-time: Blending active learning with web technology**. 1999.

RENAUT, Alain. **Reflexões acerca da filosofia do sujeito**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004. Coleção enfoques. Filosofia.ho

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

TAGUATINGA. **Portal do Distrito Federal**. Disponível em:
<http://www.taguatinga.df.gov.br/>. Acesso em 11 dez. 2013.

WIKIPEDIA [http://pt.wikipedia.org/wiki/Gama_\(Distrito_Federal\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Gama_(Distrito_Federal)). Acesso em: 22 fev. 2014.